

HISTÓRIA
DE
ALAGOAS

POR MORENO BRANDÃO

REEDIÇÃO

Historia de Alagôas

Por

Moreno Brandão



ARTES GRAPHICAS
TYP. E PAUTAÇÃO
de J. Amorim + +
Rua do Commercio, 8
Penêdo-E. de Alagôas

1909

Prologo

*À memoria adorada de minha querida
mulher*

D. ASCENDINA DE MENEZES BRANDÃO,

*nome a que darei sempre a moldura
violacea de uma saudade immorre-
doura, consagro este livro, escripto
entre as doçuras bemfazejas de um
affecto imperecivel, na serena tran-
quillidade de um lar que a morte en-
luctou.*

Penêdo, 1º de Agosto de 1908.

MORENO BRANDÃO.

Prologo

Depois de porfioso e fatigante trabalho para o qual muitas vezes me escacêaram os materiaes, pude concluir a resumpta de subsidios que reuni n'este volume muito impropriamente denominado—Historia de Alagoas.

Na sua confecção ative-me ao lacunoso trabalho do Dr. Thomaz do Bomfim Espindola, que não pode ser com justeza e imparcialidade relegado para um plano inferior, mesmo attentas as falhas de que se resente a Geographia Alagoana, muitas vezes de uma prolixidade enfadonha a respeito de certos assumptos, e de outras feitas sobremodo omissa e incompleta.

Mesmo assim, ninguém poderá tratar da historia de Alagoas sem procurar tão importante e valioso auxilio.

Tambem me serviu de grande utilidade a Revista do

Instituto Historico, Archeologico e Geographico Alagoano, onde, ao lado de muito trabalho sem valor, existem escriptos de inestimavel preço para quem se deleita com os estudos historicos.

Entre os ultimos, deve-se apontar os do mallogrado professor Adriano Jorge, muito versado no assumpto sobre o qual se propoz a escrever uma obra, que, a julgar pelos fragmentos publicados, deveria ser um trabalho completo.

Folgo de registar aqui o muito que devo a este insigne mestre, de quem hauri muitas informações sobre nossa população aborigene e sobre a guerra hollandeza.

Tambem não desprezei a tradição oral, colhendo o que me pareceu mais distanciado de inverdades.

Reluctei em tratar de factos, que tiveram como representantes pessoas ainda existentes no scenario politico.

Historia de Alagoas

DESCRITIVA

Tratando de alguns, porem, fugi de commental-os devidamente, para não me antecipar em julgamentos precipitados que podessem cahir sob a inquinação de parcialidade.

Quiz que este modesto livro fosse uma obra de severa justiça, escripta com amor e carinho, sem preocupações partidarias, nem odios deprimentes.

Si consegui meu intento, digam-n' o os criticos que porventura possa ter meu modestissimo opusculo.

Fiz o que pude: façam melhor os que podem mais do que eu.

Moreno Brandão. D

Historia de Alagôas

DESCOBERTA

EMBORA reine muita obscuridade no tocante á primeira exploração mandada proceder pela côrte portugueza nas terras recém-descobertas por Pedro Alvares Cabral, em 1500, as opiniões mais bem fundamentadas dão-n'á como partida do Tejo em meados de Maio de 1501, sob o commando da mesma pessoa que levára á Portugal a noticia do famoso e, para muitos, fortuito achado do Almirante portuguez; historiado na celebre carta de Pero Vaz de Caminha.

Tem-se attribuido a Gaspar de Lemos e a André Gonçalves o commando dessa primeira esquadra exploradora, pois ambos são apontados como portadores da carta alludida.

Alem d'esses são tambem indigitados como chefes da expedição: Christovam Jacques, Pedro Coelho, d. Nuno Manuel, João Coelho, Gonçalves Coelho, Fernando de Noronha e até Americo Vespuccio.

E' incontestavel, porem, que a fricta exploradora trouxe a seu bordo este piloto florentino, que lançou o descredito sobre a terra, respeito a qual viera, com outros, proceder a indagações.

Na altura de Cabo-Verde a esquadra deparou a de Cabral, e, continuando sua rota, veio tocar no Cabo de S. Roque (16 de Agosto), Cabo de S. Agostinho (28 de Agosto), Rio de S. Francisco (4 de Outubro), Bahia de Todos os Santos (1° de Novembro), Cabo de S. Thomé (21 de Dezembro) Rio de Janeiro (1° de Janeiro), S. Vicente (22 de Janeiro).

Como se vê, as terras e outros accidentes geographicos, á proporção que iam sendo descobertos, iam tendo o nome do santo ou da solemnidade do dia em que eram inventados.

Por ter esmorecido o chefe da expedição, Americo Vespuccio seguiu para o suêste, e, depois de uma viagem tempestuosa, chegou a Lisboa a 7 de setembro de 1502.

Foram, portanto, as costas de Alagôas e o seu grande rio, os pontos avistados logo depois das primeiras descobertas geographicas feitas pela esquadra que, visando explorar as costas do Brasil, zarpu de Portugal e permaneceu 22 dias entre o Cabo de S. Agostinho e a barra do S. Miguel, levando d'ahi 11 dias para ir á embocadura do S. Francisco.

Si bem que haja historiadores que fallem em mais de uma viagem de exploração, do que resultou a multiplicidade dos nomes apontados como de chefes de taes empresas; si bem que Zeferino Candido e Rocha Pombo impugnem o character official de qualquer expedição exploradora antes de 1503, dizendo o ultimo que «com a responsabilidade e a expensas directas do erario publico nada se fez até 1503,» desvendou a primeira exploração largo trecho do territorio brasileiro, principalmente do norte e do léste.

Depois dessa viagem foi o paiz recém-descoberto entregue ao mais completo abandono, visto como a fascinação das Indias ainda continuava a deslumbrar todas as imaginações, e os primeiros aspectos da terra foram inteiramente desagradaveis, parecendo que era escassa das riquezas orientaes.

Foi preciso que a cobiça estrangeira começasse a corvejar sobre a *Ilha de Santa Cruz*, como então foi considerada a possessão descoberta, para que se alertasse o governo portuguez, dispendendo seus cuidados com o fabuloso senhorio, no meio do qual estava encravada Alagôas, que figura logo nos primeiros mappas por seus rios S. Miguel e S. Francisco. Dando-se credito ao que diz Fernandes Gama sobre o descobrimento do Brazil a 24 de Abril de 1500, as primeiras terras então avistadas, aos 10° de latitude, foram as de Alagôas, entre Jequiá e Coruripe.

A TERRA

O terreno que hoje constitúe o actual Estado de Alagoas e jaz entre os de Pernambuco, Bahia e Sergipe, sendo afflagado tambem em longa faixa littoranea pelo Oceano Atlantico, é superior em superficie á Suissa, á Belgica, á Servia, á Hollanda e á Dinamarca, sendo, porem, menor que qualquer dos Estados brazileiros, excepção feita de Sergipe, Espirito Santo e Rio Grande do Norte.

A sua area de 58,491 kilometros quadrados, que affectam a forma de um triangulo rectangulo, que tem o angulo recto na foz do S. Francisco, é baixa e alagadiça na costa, eleva-se um pouco para o centro onde tem imponentes mattas, e na região sertaneja é verdadeiramente montanhosa.

As suas serras não apresentam, como as de Goyaz e Minas Geraes, altitudes grandiosas; pelo contrario, sendo, como são, ramificações da cadeia oriental, tem, quando muito, elevação de 500 metros.

Paulo Affonso, por onde se despenha a celebre cachoeira; Barriga, notavel pelo Quilombo dos Palmares que lá floresceu; Longa; Pirangassú; Cabuta; Matta-Verde; Limociro; Morena — eis as principaes serras alagoanas, muitas dellas mostrando aspectos singulares e esplendidos, patrimonio exclusivo da imponente natureza brazileira.

Salvante o rio S. Francisco, a que se deve a fertilidade e riqueza de vasta região do Estado, dos demais rios pode se dizer que são de pequena importancia, innavegaveis em grande parte de seu curso, como sejam: o Coruripe, o S. Miguel, o Parahyba, o Mundahú, o Mirim, o Santo Antonio Grande, o Camaragibe, o Manguaba, etc.

As lagôas que deram o nome ao formoso cantão, onde começa para quem vem do norte, a parte lèste do Brazil, as lagôas, repetimos, integradoras de seu systema hydrographico, são numerosas e algumas d'ellas importantes, como a Mundahú ou Lagôa do Norte, a qual, no ponto denominado Giboia, se communica com a poetica e formosa Manguaba, que banha varias localidades do Estado.

Muitas outras se contam, de pequena importancia para a navegação, porem sobremodo valiosas para a agricultura e para a industria da pesca.

Alagôas resente-se da falta de ancoradouros realmente abrigados, e de facil accesso.

Os de Jaraguá, Pajussára e do Francez, este ultimo propositadamente obstruido, e outros, não têm os requisitos indispensaveis aos bons ancoradouros, sendo alguns d'elles expressões geographicas com que se enchem inutilmente os compendios.

A nesographia alagoana conta apenas ilhas fluviaes de pouca importancia no S. Francisco e algumas outras nas lagôas Norte e Manguaba.

O clima pode ser reputado excellente.

E' no littoral quente e humido; no sertão, quente e secco.

Afôra alguns casos de impaludismo durante a phase da estiagem dos rios, não se contam endemias dizimadoras da população, nem o Estado tem sido reiteradamente visitado por grandes epidemias.

As chuvas não são muito abundantes, especialmente na zona sertaneja, sempre flagellada pelas *seccas*, oriundas do Ceará e que aqui repercutem damnosamente.

A flora, que já teve maxima opulencia, ainda hoje avulta por sua importancia, apresentando um vasto repositório de plantas medicinaes, madeiras de construcção e tinturaria, fibras textis e plantas outras de inapreciaveis e variados meritos, que se prestam maravilhosamente ás industrias extractivas.

Já foi muito rica de pãu brazil, hoje bastante escasso.

Tem magnificas pastagens que a podiam tornar um vasto nucleo pastoril.

E' rica de uma fauna muito populosa, que maravilha pela variedade dos passaros cantores e pela opulencia fabulosa de exemplares ichthyologicos, de mammiferos uteis, de molluscos e crustaceos alimenticios, de hymenopteros, que constituem grandes e inexploradas fontes de receita.

Ainda não toram sufficientemente exploradas as riquezas mineiras do Estado.

Por mára presumpção è que se affirma que ha grandes jazidas de mineraes preciosos, porquanto nunca se fez nem ao menos estudos preliminares sobre o assumpto, podendo, entretanto, esses estudos dar es mais proficuos resultados.

Segundo Pires de Almeida, ha no Estado de Alagoas schistos betuminosos dos quaes se extrahе petroleo que serve para a illuminação e um oleo meuos volatil que é empregado na lubrificação das machinas.

Eis em ligeira synthese, em resumidissima summula, o que é a linda terra alagoana, que, no decurso do tempo, deveria fazer resaltar do conflicto das raças, em intima alliagem, os empolgantes typos homericos, motivos de nosso orgulho e de nossa honra, homens feitos ao calor vivificante de nossas mattas polychromas, os quaes, partindo da patria estre-mecida, levaram para as terras do exilio voluntario, gravadas na retina, as visões de nossas dunas brancacentas, com seus longos renques de farfalhan-tes coqueiras, o perfil bizarro das barreiras avermelhadas, e do *mare-ma-gnum* das batalhas sangrentas e ainda ouviam o fragor estrepitoso da cata-dupa collossal de Paulo Afonso.

O HOMEM

NO esplendido e magestoso scenario onde marulham dolentes as lagôas e serpeia, murmuroso e offegante, o Opára, viviam varias tribus aborigenes, entre as quaes, pela selvatiqueza de seus habitos, distinguam-se os ferozes *Cabetès*.

Eram indios geralmente odiados até pelos proprios autochthones do paiz, que muitas vezes formavam contra elles allianças terriveis.

Tinham como seu principal *habitat* o terreno que se estende do S. Francisco até alem do Iguarassú.

Das proximidades de Porto Calvo até perto e alem de Itamaracá fi-cavam os *Potyguáras*, sendo seus visinhos os *Tabajáras*.

Nas ilhas fluviaes habitavam os *Abacatiáras*.

Os *Aconãs*, os *Carirjs* e os *Coropatis* residiam acima de Penedo.

Um pouco afastado da orla marítima, na densidão das mattas virgens, moravam os *Moriquitos*.

Nos sertões occidentaes de Alagôas habitavam os *Chucurús*, os *Vouvés*, os *Chocôs*, os *Umãs*, os *Pipianos* e os *Coropotos*.

Eram essas as tribus indígenas que povoavam Alagôas, onde as mais illustres estirpes portuguezas vieram, por seus rebentos, constituir domicilio.

A colonisação, que não se fez sem grandes esforços, alliou ao sangue caboclo, sangue proveniente de uma parte da península iberica, que, juntando-se ao do indio, produziu typos como aquelle de que é admiravel especimen o Marechal Floriano Peixoto, em cuja physionomia estão perfeitamente estereotypados os traços do selvicola.

O cruzamento entre portuguezes e indígenas foi mais fundo na região occidental de Alagôas, onde a ausencia de engenhos de fabricar asucar, não permittiu a aglomeração de negros em grande quantidade, como na região do norte onde elles chegaram logo depois da descoberta.

Região pecuaria, o sul de Alagoas, talvez influenciado pela visinhança de Sergipe, centro passoril de alguma notoriedade, povoou-se sem larga proporcionalidade de sangue africano, recebendo igualmente uma contribuição, não bastante avultada, de sangue portuguez, infiltrado em nossas veias, deixando-nos os caracteristicos principaes d'aquelle povo: a serenidade do animo, uma certa apathia, a ausencia de grandes surtos de iniciativa individual, e grande atherro ás tradições do passado.

E' preciso registrar aqui o que explica as tendencias democraticas do sul do Estado em opposição ao espirito mais ou menos aristocratico da população do norte, pelo genero de vida que as duas divergentes regiões alagoanas tiveram sempre.

Enquanto a industria assucareira creava nos senhores de engenho o typo approximado do senhor feudal, forçado a manter sempre rigida e ferrea disciplina entre a escravatura, a pecuaria, tal como é praticada entre nós, participava de um certo cunho de nomadismo, não estabelecia

diferenças de classes, nem suscitava o dom do commando imperioso, que o habito de tratar com escravos tanto sóe produzir.

Assim se explica o longo predomínio que tiveram os nortistas nos negocios publicos, aproveitando-se igualmente de sua proximidade do centro da capitania, posteriormente da Capital da provincia.

O inconsciente da historia, creou, entretanto, para as populações ribeirinhas do S. Francisco, uma situação economica muito mais vantajosa, desde quando se sabe, pelos ensinamentos da economia politica, que a melhor industria para os paizes despovoados, é a bovinotechnia, que se não fosse tão rudimentar e descuidada, seria uma espantosa fonte de receita.

Seria tambem aqui o lugar em que se estudasse o motivo determinante do maior povoamento do sólo n'esta parte de federação brasileira, onde ha 17 habitantes por kilometro quadrado.

Em parte explicar-se-á o facto pela proximidade em que ficam os pontos mais centraes do Estado do littoral, que entre nós foi sempre a parte mais visitada e consequentemente mais populosa do Brazil.

Não deixaram de actuar tambem para maior densidade da população alagoana as guerras hollandezas, causionando a trasladação de grandes levas de pernambucanos para esta região de capitania.

Si bem que o alagoano não constitúa, por todas as suas caracteristicas, um typo á parte, fundamentalmente diversificado dos demais brasileiros, tem, contudo, peculiaridades de character, que accentuam com vigor as divergencias existentes entre os restantes compatriotas.

Taciturno, algo desconfiado, sem a franqueza rude de outros provincianos, o alagoano detesta faufarronadas e não tem avidez de glorias.

Em todas as guerras em que tem entrado, tem feito brilhante figura: na hollandesa distinguiu-se, apresentando vultos como Valentim da Rocha Pitta e Calabar, mulato heroico e transviado da senda do dever, manchado eternamente por uma traição ignobil; na guerra do Paraguay, deu o coronel Cyrillo de Castro, Deodoro da Fonseca, Hermes da Fonseca, Hypolito da Fonseca, Floriano Peixoto e outros muitos.

Tem os alagoanos muita tendencia para os trabalhos industriaes, como se verifica pela miovimentação manufactureira, que se observa de longa data no Estado.

São muito dados tambem aos estudos da natureza, e é com muito luzimento que figuram em sua galeria de celebridades: Mello Moraes, com sua *Botanica Brasileira*; Fernandes de Barros, com suas valiosas memorias; Ladisláu Netto, o maior de todos os naturalistas brasileiros, com uma serie de obras esplendidas, como sejam: os *Archivos do Museu Nacional*, *Investigações historicas e scientificas sobre o Museu Nacional*, diversos estudos nos *Annales des Sciences Naturelles*, etc.; e actualmemente Arthur Guimarães de Araujo Jorge, auctor da *Philosophia Biologica*; não devendo ser esquecido o generoso D. Dias Cabral, propagador do *darwinismo* e polygrapho de merito.

A poesia é aqui representada por homens da estatura de Antonio Romariz, Cyridião Durval, Alves de Faria, Guimarães Passos, Sebastião de Abreu, Aristheu de Andrade, José Maria Goulart de Andrade e Elysio de Carvalho.

Segundo Wapçeus (*Geographia do Brazil*, nesta parte refundida pelo D. J. Rodrigues Peixoto) ha a seguinte proporção de raças puras em Alagôas:

Branços — 25, 5 %.

Negros — 12 %.

Caboclos — 1, 7 %.

O resto está mestiçado.

Actualmente conta o Estado perto de um milhão de habitantes, cifra que attingirá em curto prazo.

ALAGOAS NO XVI SEculo

OS primeiros annos que se seguiram á descoberta do Brasil sabe-se que foram de completo e absoluto abandono, emquanto perdurou o governo de D. Manoel, o Venturoso.

Coube a D. João 3.^o a honra de fundar, com o estabelecimento de capitánias hereditárias, o magno imperio colonial brasileiro.

A colonisação começou a effectuar-se de 1530 em diante, sendo maximo impulso para ella, a divisão da grande colonia em 12 circulos, com a denominação de capitánias a que acima alludimos.

Com essa medida tomada por D. João 3.^o constituíram-se «quatro grandes células fundamentaes que por multiplicação formaram todo o tecido do Brazil antigo: a de *Pernambuco*, que gera os nucleos secundarios de Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas e a cujo influxo maternal sempre obedecem (na guerra dos mascates, 1710—12, na revolução de 1817, na confederação do Equador); a da *Bahia*, que absorve Ilhéos, Porto Seguro e Sergipe; a de *S. Paulo* d'onde evolve todo o oeste com os bandeirantes, Goyaz, Minas, Matto-Grosso; a do *Rio*, que pelo elemento official em lucta com os hespanhóes faz nascer, e já tarde, as capitánias do extremo sul; a do *Maranhão* ou *Pará*, que gera as unidas administrativas do extremo norte, e sempre viveu separada do Brazil e até pelos portuguezes lhe foi lembrado no tempo da independencia que poderia manter, como um novo Canadá, o lealismo á Corôa.»

(João Ribeiro—Historia do Brazil—Pagina XIX).

A capitania de Pernambuco, que comprehendia 60 leguas de terra entre o rio S. Francisco e o de Santa Cruz de Itamaracá, foi doada a Duarte Coelho Pereira, a 10 de abril de 1534.

Relevantes foram os serviços prestados por esse fidalgo portuguez á corôa, que assim entendeu galardão-os, dando-lhe uma feitoria importantissima, onde, segundo a asserção pitoresca de Sebastião da Rocha Pitta: «desembarcando achou tão rija opposição e porfia nos Gentios da Nação dos Cahetés, que dominavam todo aquelle districto até o rio de S. Francisco, (assistidas de alguns francezes), que lhe foi necessario ir ganhando a palmas o que se lhe concedera a legoas, sahindo ferido de uma das repetidas batalhas, que aos barbaros dera».

O primeiro estabelecimento fundado no territorio alagoano foi a actual cidade de Penêdo, entre 1522 e 1535, segundo o D. Thomaz do

Bomfim Espindola, ou em 1558, como dubitativamente escreve o D'. Diégues Junior.

Segundo chronistas desta cidade, a edificação da mesma começou a effectuar-se na actual rua do Sol.

Em 1549 creou-se, com Thomé de Souza, o 1º governo geral do Brazil.

Em 1557 falleceu o donatario da capitania de Pernambuco, succedendo-lhe seu filho Duarte Coelho de Albuquerque, que por estar no estudo em Lisbôa, deixou o governô de sua feitoria entregue a sua mãe D. Brites de Albuquerque.

Por esse tempo foi a capitania de Pernambuco rijamente abalada pela guerra de exterminio promovida contra os *Cabetés*, por terem estes trucidado e comido o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que, tendo-se desavindo com D. Duarte da Costa, segundo Governador geral, seguiu para Lisbôa a queixar-se ao Rei.

Com elle seguiam o provedor-mór, Antonio Cardoso de Barros, e numerosas pessoas.

Pereceram muitas, salvando-se, comtudo, 98, que, avançando para Pernambuco, foram suppliciadas pelos selvagens.

A revindicta foi tremenda e pavorosa, exercida a ferro e a fogo.

Na ausencia do segundo donatario, coube a seu primo Jeronymo de Albuquerque, o commando das tropas que vieram até Penêdo, battendo os autochthones, n'uma furia louca, aos impulsos da um odio desabrido, que deveria culminar com o edicto régio em o qual se decretava o captivoiro dos indios.

Em 1560, reinando D. Catharina, regressou ao Brazil, Duarte Coelho de Albuquerque, que teve de enfrentar (1561) os francezes apparecidos no Recife donde seguiram rumo do sul.

Em 1572 tornou a ir para a metropole o segundo donatario, ficando em seu lugar D. Brites, que, fallecendo em 1575, foi substituida por seu irmão Jeronymo de Albuquerque.

Approximadamente por 1575 o fidalgo italiano Christovão Lis

lançava os fundamentos de Porto Calvo, conquistando as suas terras aos *Potyguares* e erigindo até o Cabo de S. Agostinho sete engenhos para fabricar assucar e uma igreja para o culto da Immaculada.

Ao expirar do seculo 16 ou nos primordios do 17, Diogo Soares da Cunha, por seus procuradores, começava a erigir a povoação de Magdalena de Subaúma, hoje cidade das Alagoas.

Em Alcacerquibir falleceu Duarte Coelho de Albuquerque, e foi succedido por Jorge de Albuquerque, ao tempo da dominação hespanhola.

Continuou na gestão da capitania seu tio Jeronymo de Albuquerque.

Em 1580, Simão Rodrigues Cardoso; em 1592, Pedro Homem de Castro; em 1593, D. Felippe de Moura; em 1596, Manoel Mascarenhas Homem, tiveram successivamente, por investidura do douatario da respectiva capitania, a direcção da mesma.

Foi ella uma das mais prosperas, tendo no fim do seculo 16, segundo Oliveira Martins (*O Brazil e as Colonias*, pagina 42, nota) 700 colonos em Olinda; 50 engenhos com 1.200 colonos e 5.000 negros, produzindo 200.000 arr.; o páu-brasil rendendo 4 contos; outro tanto, o dizimo dos engenhos

Abandono de toda a cultura fôra o assucar.

Viveres das Canarias e de Portugal.

Luxo celebre. 45 navios por anno no porto.»

A GUERRA HOLLANDEZA

DEPOIS de Manoel Mascarenhas Homem, ultimo governador que no seculo 16 teve a capitania de Pernambuco e sem contar o Bispo D. Antonio Barreiros e o vereador mais velho da camara de Olinda, Duarte de Sá, que governaram o territorio doado por D. João 3º a Duarte Coelho Pereira, enquanto seu gestor partia para o Rio Grande do Norte com o intuito de expulsar os francezes, foi a mesma região dirigida por Alexandre de Moura, que o substituiu em 1610, passando o

poder successivamente a Gaspar de Souza (1613), Vasco de Souza Aune e Pacheco (1615), João Paes Barretto.

Morrendo o 3º donatario Jorge de Albuquerque Coelho, tomou posse, por procuração, seu filho—Duarte de Albuquerque, 4º donatario, em seu nome governando (1620—1626) seu irmão Mathias de Albuquerque e depois André Dias da Franca, derradeiro representante dos donatarios.

Foi durante o governo de Mathias de Albuquerque que começou a guerra hollandeza.

Si bem que a Hollanda estivesse em conflicto com a Hespanha, dominadora então de Portugal e suas colonias, o motivo talvez mais serio da lucta promovida no Brazil e de que Alagôas tambem foi theatro, foi o que alguns historiadores convencionaram chamar com muita justeza de expressão—*lucta pelo commercio livre contra o monopolio*.

Essa campanha preludiada em 1587 e em 1595, quando piratas batavos, em trez nãos, se associaram a Lancaster para depredações em Pernambuco; em 1604, quando sete navios hollandezes forçaram o porto da Bahia, apreizando um navio carregado de riquezas e incendiando outro (J. Ribeiro), teve o seu maximo de acuidade de 10 de Maio de 1624 a 27 de Janeiro de 1654.

As acções bellicosas reiteradas em territorio extranho a Alagôas e antes de ser esta invadida, foram, em ordem chronologica, as seguintes: Uma armada, sob o commando de Jacob Willekens, tendo por almirante Peter Heine, e por general de desembarque Hans Vandort rende a Bahia (10 de Maio de 1624), que no anno seguinte, a 1 de Maio, foi totalmente liberta;

Aos 22 de Maio uma esquadra de 34 velas, sob a commando de Baldwin Henrik, entra no porto do Salvador d'onde se retira para Pernambuco, desembarca a marinhagem em seguida na Bahia da Traição, e, essa perante forças vindas de Pernambuco e Parahyba, recolhe-se aos navios, fazendo-se estes no rumo d'onde provieram.

Depois de varios tentamens, mais ou menos infructiferos, deu-se a invasão de Pernambuco por uma armada composta de mais de 50 ve-

las, tendo como almirante Pieter Adrian, general em chefe Henrik Loncq, commandante das tropas Weerdemburch.

Essa armada trazia 7,000 homens de desembarque.

Só a 21 de Setembro de 1631 é que começou a se ferir a lucta no territorio alagoano.

Nesse dia entrou Bagnuolo com 10 caravellas na Barra Grande, onde saltaram 700 homens mandados por Oquendo para que fossem transportados até o arraial do Bom-Jesus, onde era opposta aos hollandezes uma resistencia verdadeiramente heroica e sobrehumana.

Já então se tinha ferido a batalha naval de 12 de Setembro do mesmo anno, em que os batavos foram destroçados, morrendo o almirante hollandez Adrien Jansen Pater.

Por esse tempo chegava igualmente o donatario Duarte de Albuquerque Coelho, sendo recebido com muitas hourarias e zumbaias pela população, verdadeiramente jubilosa e alegre com o seu advento.

N'essa phase tinha Alagôas as trez povoações seguintes: Penêdo, Magdalena e Porto Calvo.

Alguns revezes e derrotas contavam os batavos na lucta que trouxeram ao Brazil de que visavam assenhorear-se, quando a defeccão de Calabar veio melhorar para elles o aspecto da campanha em que se alternavam victorias e derrotas.

Domingos Fernandes Calabar, filho de Angela Alvares e natural de Porto-Calvo, tinha no exercito commandado por Mathias de Albuquerque, um modesto posto e n'elle recebera um houroso ferimento.

Por motivos que ainda não foram completamente elucidados, attribuindo-lhe os portuguezes a pratica de actos que, por vergonhosos, o fizeram incorrer na sanção penal, e outros suggestionados por um amor patrio feito de aberrações, que chegam até a apothose da ignobilidade de uma traição, vendo no desertor um clarividente patriotismo, bandeou-se elle com os ucerlandezes, guiando-os vantajosamente á victoria em alguns recontros.

Cumpre tornar patente que, si a deserção do mulato Calabar foi negra e torpissima perfidia, seu papel; secundando os hollandezes, não foi tão primacial quanto se pretende, tendo alguma justeza parcial a asserção de João Ribeiro, contida nas palavras seguintes :

«O brasileiro Calabar, grande conhecedor do lugar, passou-se para as tropas inimigas; tem sido o seu nome por isso malsinado, porque a esta personalidade emprestaram um prestigio sobrehumano de fazer voltar a fortuna para o lado dos que, aliás, sempre desde o começo a tiveram.»

A defeção do transfuga verificou-se no dia 20 de Abril de 1632.

No ultimo dia do mesmo mez, guia o desertor os hollandezes n'uma investida contra Iguarassú, corôada do melhor exito.

Teve desde então grande ascendente no animo de Weerdemburch.

A Companhia das Indias Occidentaes animada com o feliz resultado da campanha e com os magnificos dividendos que obtinha, enviou reforços para o Brazil, sendo Weerdemburch, extenuado de labores, rendido por Mathias van Ceulen e João Gysselingh.

Deu-se após o assalto e tomada do forte do Rio Formoso, e depois uma investida de Rembach contra o arraial do Bom Jesus.

Os hollandezes foram infelizes, morrendo Rembach no campo da lucta.

Foi então que Calabar lembrou a necessidade de transportar-se a campanha para Alagôas.

A' frente de 400 homens, embarcados em seis navios e oito barcas, velejou para sua terra, trazendo o designio de apoderar-se de Porto de Pedras e de Porto Calvo.

Em sua derrota entrou pelo rio Manguaba, onde incendiou trez embarcações portuguezas, degolou moradores, saqueou e aprisionou alguns homens, tendo incendiado mais duas caravellas no Rio Formoso.

Sobremodo estimulado pelo successo da empreza do mestiço, seguiu Gysselingh para o sul da capitania.

A 11 de Outubro desembarcavam 600 homens na Barra Gran-

de, marchando em seguida para Porto Calvo, sempre debaixo da orientação do funesto Domingos Fernandes.

Chegaram á meia-noite ao ponto de seu destino, e começaram logo na pratica de suas depredações, apoderando-se do assucar encontrado a bordo de uns barcos, por elles incendiados.

Em Camaragibe, para onde volveram suas vistas, roubaram gado e levaram tudo a ferro e a fogo.

No porto do Francez, em Alagôa do sul ou Magdalena, fizeram atrozes pilhagens e horrições devastações.

Em S. Luzia encontraram a repulsa heroica e tenacissima que lhes foi opposta pelo capitão de milicias Antonio Lopes Filgueira, morto de ferimentos alcançados na tremenda lucta.

Continuando os hollandezes a agir sob os influxos de uma estrella propicia, tomaram, depois de 3 mezes de cerco, Nazareth e o Campo do Bom-Jesus, depois do que Mathias de Albuquerque ordenou a Bagnuolo que seguisse para Porto Calvo, o que foi realisado.

Lichthardt, que se achava fortificado na Barra Grande, donde avançou para Porto Calvo, assediou-o e depois de uma resistencia diminuta, de que redundou a fuga de Riba Aguero, commandante da praça, que foi encorporar-se a Mathias de Albuquerque, e tambem a retirada de Bagnuolo para Alagôas, apossou-se d'aquelle ponto importante.

De Alagôas, Bagnuolo alvitrou a Mathias de Albuquerque a conveniencia de desamparar Pernambuco, vindo reunir-se a elle.

Deu-se então um dos mais tocantes episodios da invasão hollandeza no Brazil.

8.000 pessoas acompanharam o caudilho pernambucano, atravez de asperos e sinuosos caminhos, deixando os lares e penates, dominadas de apprehensões, maguas e pavores.

Em Porto Calvo, auxiliado por Sebastião de Souto, que estava com os hollandezes, porem passou-se para as fileiras patricias, tentou o chefe portuguez assalto da praça, que se verificou com o mais feliz exito no dia 12 de Julho de 1635, sobresahindo entre os combatentes pe-

lo seu grande valor D. Fernando de la Riba Agüero, D. Pedro Tavoro Soto-Maior, Affonso de Albuquerque, Fernando Barbosa, D. João de Estrada e D. Fernando Alvarado de Mendouça.

Alegre pelo venturoso resultado de sua empreza, Mathias de Albuquerque denominou o villar arrebatado em requintes de gallardia ao batavo iudomavel, de *Bom Successo*.

Capitulando os neerlandezes e depois de alguma reluctancia, foi entregue Calabar á vindicta portugueza que se exteriorizou n'uma punição tremenda.

O mameleuco desertor foi enforcado e esquartejado e teve a cabeça e quartos collocados á porta da povoação.

Realisou-se sua morte no dia 22 de Julho.

Hesitando Picard, commandante da praça, em entregal-o aos portuguezes que não quizeram tornar extensiva a Domingos Fernandes a capitulação que permittia aos hollandezes retirar-se para a Bahia e d'alli para a Hollanda com as suas respectivas bagagens, o transfuga, n'um momento de abnegação, suggeriu o alvitre de sua entrega, resgatando assim a enormidade de sua culpa.

A morte de Calabar enfureceu Segismundo van Schkoppe, que veio até Porto-Calvo donde já se retirára Mathias de Albuquerque para Alagôa do Sul.

Ao morto foram prestadas imponentes honras funebres, sendo poupados os porto-calvenses de ser reduzidos á escravidão ou passados a fio de espada, graças a benigna mediação de Frei Manoel do Salvador.

As penas que deveriam caber aos porto-calvenses foram commutadas em auxilios de munições de bocca aos hollandezes.

Os portuguezes tinham concebido contra Calabar um odio tremendo, a ponto de Mathias de Albuquerque tencionar matal-o, á traição, para o que chegou a peitar um primo do transfuga que morreu casualmente traspassado na propria espada, quando ia realisar seu intento. Sua punição devia corresponder a tanto odio que lhe votavam.

E assim terminou a existencia d'aquelle que foi condemnado, por

traidor e aleivoso e por muitos males, agravos, furtos e extorsões, que havia feito e foi causa de se fazerem aos moradores de Pernambuco.

Segismundo marchou depois para o sul até Paripueira.

A's margens do Sauassahy erigiu um forte, onde deixou uma guarnição de 600 homens ao mando de Artischofsky, pensando assim impossibilitar as communicações entre Alagôa do Sul e Porto-Celvo.

Para tornar mais defeusavel aquelle ponto tambem erigiu dous reductos que ficaram, um n'uma collina á cavalleiro da praia, e outro mesmo na costa.

Em Camaragibe, para onde depois seguiu, tambem levantou um forte.

Guarneceu-o com 120 homens sob o commando de Jacob Estacour. Artischofsky fez-se de rumo para o Recife.

No dia 2 de Agosto os emigrados chegaram a Alagôa do Norte; tendo Alagôa do Sul melhores condições de defeza, e por sua visinhança do porto do Francez, offerecendo mais facilidade de communicação, Mathias de Albuquerque seguiu com os mesmos que o tinham acompanhado para aquelle ponto, onde se empenhou em obras de fortificação, e no sentido de derimir os damnosos effeitos da incursão hollandeza.

No lugar que é hoje um dos mais pinturescos arrabaldes de Macieió — o Poço — ergueu á guisa de guarda avançada, uma trincheira, guarnecendo-a com alguns indios e uma companhia de brancos.

Tambem levantou uma palhoça onde accommodou os religiosos encorporados ao seu sequito, exceptuando aquelles que foram para a Bahia.

Foi esta palhoça que deu origem ao actual convento de Alagoas.

Sempre attento e vigilante, provendo a tudo com infatigavel ardor Mathias de Albuquerque, exercia grande fiscalisação nas adjacencias da Alagôa do Sul, ficando assim livre de surpresas, e, a quando e quando, fazendo captura de um ou outro inimigo de quem auferia informações.

Apezar, porem, dos grandes serviços de Mathias de Albuquerque, as intrigas de Olivares o fizeram cahir no real desagrado, sendo Rojas y Borja incumbido de succedel-o.

No dia 30 de Novembro de 1635 chegava elle ao porto de Jaraguá com um importante reforço de 1700 homens embarcados em 30 navios.

Faltava, comtudo, a essas tropas unidade ethnica, porquanto eram compostas de italianos, hespanhóes e portuguezes.

Tambem não contavam munições bellicas sufficientes, nem tinham aprovisionados mantimentos que devessem durar por mais de deus mezes.

Desembarcado o reforço, a esquadra fez-se de vela para a Bahia onde devia deixar o novo Governador Geral do Brazil, Pedro da Silva.

A 16 de Dezembro do mesmo anno Mathias de Albuquerque retirava-se para a Europa depois de, no Brazil, ter envidado os mais ingentes esforços para que não se verificasse sua desaggregação, levando seu civismo a ponto de sacrificar seus haveres, porquanto nem mesmo seus soldos foram pagos.

Como providencias preliminares de sua chefia Rojas y Borja enviou para Santa Luzia do Norte a artilharia e bagagens; mandou preparar um caminho para Porto-Calvo, bastante distanciado da orla oceanica, para evitar a passagem por Paripueira, ainda sob a occupação dos bátavos. E destinado a fazer explorações, remetteu anticipadamente Sebastião de Souto com um contingente de 20 homens.

Reuniu-se então um conselho de officiaes e, com o voto discrepante de Bagnuolo, resolveu-se o ataque de Porto-Calvo.

Emquanto Rojas y Borja marchava á frente de 1,400 homens (6 de Janeiro de 1636) Bagnuolo ficava com 700 homens guarnecendo S. Luzia do Norte.

Segismundo permanecia na primeira dessas duas povoações.

A' distancia de 6 kilometros da localidade denominada Bom Successo por Mathias de Albuquerque, Rojas y Borja mandou que D. Pedro Marinho e Francisco Rebello, com 3 companhias, investissem a praça.

O bátavo abandonou logo Porto-Calvo, recolhendo-se ás pressas á Barra-Grande.

Foi perseguido, sendo levado de vencida um troço de cavallaria que procurava assegurar a rectaguarda dos fugitivos.

Artischofsky vinha, contudo, celeremente em auxilio de van Schkope, e em Matta Redonda, 16 kilômetros affastada de Porto-Calvo, começou a tiroteiar com sua vanguarda, parecendo a Rojas y Borja ser crescidissimo o numero dos inimigós.

Não podendo retroceder, teve de aceitar o combate na manhã de 18.

Ambos os exercitos batteram se a principio com muito ardor.

Vendo, porem, Rojas y Borja que seus soldados vacillavam cedendo o terreno, em desordem, precipita-se para reanimal-os, recebendo n'esse momento um mosquetaço na perna e depois em cheio, uma balla no peito.

Estabelece-se após medonha confusão, debandando os italianos e hespanhóes.

Graças a Rebello e a Camarão, poude-se evitar uma debaudada geral, dando-se uma retirada em ordem.

Artischofsky não estava, contudo, preparado para a lucta, tendo-o salvo apenas a morte do General inimigo.

Não quíz por isso voltar á Paripueira, preferindo nortear-se para a villa Formosa, nem siquer obstando á que Francisco Rebello desalojasse os 400 homens que guarneciam o forte da Barra Grande, que promptamente arrazou.

Bagnuolo, que então assumiu a chefia marchou para Porto-Calvo, onde chegou aos 19 de Março.

Pelo computo de suas forças verificáva-se montarem ellas a 1,800 homens alem das tropas de Alagôa do Sul, e dos caboclos chefiados por D. Antonio Felipe Camarão.

Com a mudança do centro das operações de Alagôa do Sul para Porto-Calvo, acouselhada pelo donatario Duarte Coelho de Albuquerque, ordenou Bagnuolo a Camarão que fosse occupar a linha do Una, a uma distancia aproximada de 60 kilometros.

Essas forças iniciaram as guerrilhas que bastante danno causaram aos inimigos.

A 23 de Abril de 1636 Porto-Calvo, Alagôa do Sul e Penêdo

eram elevadas á categoria de villa, a segunda com o nome de Magdalena, e a terceira com o de S. Francisco.

De um reducto que tinham em Paripueira marcharam (23 de Abril) os hollandezes com o fim de investir contra S. Luzia do Norte.

Essa tropa neerlandeza, encontrando-se com duzentos dos nossos que, sob o commando do Sargento-mór Martim Ferreira, iam proceder a um reconhecimento em Paripueira, travou um combate em que foi completamente desbaratada, perdendo, comtudo, os portuguezes o bravo capitão Alvaro de Azevêdo.

Em consequencia d'este facto teve o capitão Francisco Rebello ordem de, á frente de 450 homens, avocar para o territorio alagoano a aquellos que, julgando-se inseguros, quizessem assim proceder, devendo tambem queimar o que pudessem com o fim de mais prejudicar o inimigo.

A sua incursão heroicamente realisada, foi até 5 leguas distantes do Recife no lugar denominado S. Lourenço.

A 25 de Abril Rebello retrocedeu celeremente por vir ao seu encontro uma partida de soldados ao mando de Jacob Stackower.

Os hollandezes, visando tomar desforra da temeridade portugueza, enviaram Segismundo á frente de 1500 homens, os quaes atacaram as praças destacadas em Una, sendo comtudo, repellidos.

No recontro foi victimado o bravo chefe dos indios Antonio Cardoso.

Camarão e Henrique Dias aggrederam varias vezes e sempre com vantagens, os bítavos, indo em suas incursões até Goyana. N'um desses recontros Camarão derrotou Artischofsky (24 de Agosto).

Sempre côoados de feliz exito, transformando Alagoas n'um refugio dos perseguidos da furia hollandeza, continuaram os portuguezes a fortificar Porto-Calvo, embora a base das operações de Bagnuolo fosse Alagoa do Sul.

O accumulo de forças e o máo passadio n'aquella localidade tornaram-n'a epidemica e muito soffreram seus habitantes com a escacez de viveres promptamente remediada pela generosidade dos mais ricos.

As communicações entre Bom Successo, Santa Luzia do Norte e Alagôa do Sul tornaram-se desimpedidas, porque os neerlandezes, em Novembro, abandonaram o seu forte de Paripueira.

--

Foi quando taes aspectos propicios mostrava a campanha, que aportaleceu no Recife uma numerosa esquadra, trazendo a seu bordo o conde João Mauricio de Nassau (23 de Janeiro de 1637).

Mauricio de Nassau alliaa a uma clara e lucida intelligencia um criterio pouco commum de administrador.

Bravo e disciplinado, logo depois de sua chegada ao Recife cogitou de proseguir na campanha encetada, devendo o primeiro ataque ser feito a Porto-Calvo.

Assim, fez seguir com destino aquella villa um corpo de exercito sob as ordens de Segismundo van Schkoppe, e por mar, uma frota de 30 velas no rumo da Barra Grande, sob o commando de Artischofsky.

N'esse ultimo ponto reuniram-se as duas forças a 17 de Janeiro de 1637, seguindo para Porto-Calvo.

Bagnuolo tratou de aperceber-se para oppor resistencia aos neerlandezes, fortificando a praça, erguendo dous reductos no colle fronteiro á villa, ao nascente, e conhecido sob a designação de Armador Alvares.

O forte porto-calvense teve como seu commandante o intrepido Miguel Giberton, excellent official artilheiro, a cujas ordens estavam trezentos homens em armas.

Ao encontro dos inimigos enviou Bagnuolo, Almiron, que levantou ás ribas do Commandatuba uma estacada e duas trincheiras que deveriam servir de apoio ás suas forças.

Na manhã de 18 de Fevereiro travou-se a escaramuça da qual resultou sahirem em debandada os portuguezes, mantendo-se apenas em seu posto de honra Rebello e Henrique Dias, n'aquella emergencia terido pela sexta vez.

Bagnuolo, que tivera a lucida previsão do que estava acontecendo, pelo que antes de mandar Almiron ao encontro dos hollandezes, remettera,

sua bagagem para Santa Luzia do Norte, depois d'esses acontecimentos fugiu com inaudita celeridade para Alagoa do Sul.

Na fuga foi perseguido por Nassau, que, retrocedendo depois de feito um percurso de 6 kilometros, se apossou dos reductos abandonados e assentou os canhões contra os porto-calvenses.

Não obstante a fuga de Bagnuolo ter motivado um certo desanimo entre os portuguezes, determinando que o capitão Manoel de França, que nas ribas do Manguaba resistia ás lanchas dos invasores, desistisse de seus intuitos, proseguiu a lucta secundada até pelo nobre heroismo feminino de D. Clara Camarão.

O forte foi assediado.

Miguel Giberton resistiu heroicamente por quatorze dias, morrendo por occasião de um canhoneio o sobrinho de Mauricio de Nassau, capitão Henrique de Nassau.

Já não restava o menor vislumbre de esperança aos sitiados, deruidos os parapeitos do forte, cheio de escombros o poço onde se abasteciam de agua, pelo que, vendo a deserção de pessoa que lhe podia ser desvantajosa entre os inimigos, receberam um parlamentar com uma proposta de rendição escripta em francez. Miguel Giberton replicou pedindo para ouvir Bagnuolo e como este pedido não lhe foi concedido, capitulou diante da intimação de Mauricio de render-se em 24 horas.

Opiando os capitães que Miguel Giberton reunira em conselho que se acceitasse a capitulação, visto como a escacez de viveres estava eminente, teve ella lugar logo depois, estabelecendo suas bases por parte dos portuguezes D. Fernando de Viveiros e João Rodrigues de Souza e por parte da Hollanda um sargento-mór e um capitão (6 de Março).

Aos vencidos foi concedido que se retirasse do forte uma peça com os respectivos petrechos, duzentas libras de polvora, duzentas de ballas, duzentas de cordas; que os officiaes levassem seus effectos, bem como os soldados; e os senhores de escravos tambem os conduzissem; que fossem reciprocamente entregues os prisioneiros; que os officiaes sahisses em esquadrão formado com as competentes insignias, e os sol-

dos formados, devendo todos partirem para as Indias, o que effectivamente se realisou. Apesar de Mauricio ter ficado de posse de numerosas munições bellicas, alli encontradas, não poudo se utilisar das seáras e roças, que foram conjuntamente com os utensilios de preparo da fariuha destruidos pelos moradores do local.

Abrigado na villa de Magdalena, Bagnuolo não se achou garantido, pelo que abandonou-a no dia 10 de Março, procurando a região do S. Francisco, chegando em Penêdo no dia 17. Não se julgando ainda seguro n'esse local, transpoz o caudaloso rio depois de já ter mandado para Sergipe o terço nopolitano e o hespanhol, com Affonso Ximenes Almirou á freute. Effectivamente em sua perseguição vinham os hollandezes, commandados por Segismundo van Schkoppe e o proprio Mauricio de Nassau, que no dia subsequente á chegada de Bagnuolo em Sergipe (27 de Março) chegava em Penêdo, onde construia o forte Mauricio, e na margem direita do rio um reducto para obstar as communicações entre a Bahia e Pernambuco. Mandou Artischofsky para a Europa e, deixando ahi Segismundo, retirou-se para o Recife, onde desempenhou uma brilhante figura como administrador de excelsos dotes.

Permaneceu no rio S. Francisco apenas dous mezes. Bagnuolo por sua vez localizado em S. Christovão, iniciou uma campanha de guerrilhas com o que prejudicou bastante os invasores nas incursões por estes feitas para arrebanhar o gado dos nacionaes.

Coube a Sebastião do Souto desvendar o intuito que tinham os hollandezes de se apoderar da Bahia. Souto foi commissionedo para ir secretamente a Pernambuco em companhia de João Magalhães e sessenta indios, e partia no dia 23 de Fevereiro de 1638. Passando o rio na proximidade da toz, em uma chalupa tomada á viva torça a uns hollandezes, que aprisionou e remetteu para Bagnuolo, seguiu para Coruripe, onde na madrugada de 20 de Março surpreendeu uma trincheira erguida com o fim de assegurar o cõrte de uma partida de pau-brazil.

Marchando em sua direcção prendeu dous hollandezes, nos bolsos dos quaes encontrou documentos reveladores de que Mauricio de Nassau fazia aprestos para conquistar a Bahia.

Retrocedeu para fazer sciente do occorrido a Bagnuolo, que se apressou em transmittir similhantes novas ao Governador Geral. Recebeu Bagnuolo ordem de se approximar da Bahia, que salvou, restaurando o seu nome da vilta de covardia adquirida com a sua fuga.

Como Governador Geral do Brazil veio o Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, trazendo copiosa esquadra e ordens de mover guerra pertinaz aos hollandezes.

Foi, porem, o novo Governador Geral de uma lentidão censuravel, o que permittiu a Mauricio de Nassau informar o Conselho das Indias Occidentaes em que situação perigosa se achava, pedindo-lhe adjutorios que não tardaram.

Dando instrucções confusas e incoherentes a Camarão, a André Vidal de Negreiros e outros, partiu a 19 de Novembro da cidade da Bahia. A 13 de Dezembro chegou ao porto de Alagôas para haurir informações e desembarcar munições que deviam ser distribuidas ás tropas de terra.

Mauricio de Nassau já dispunha então de formidaveis elementos de resistencia. Poude assim remetter 41 vasos para sul sob o commando de Coonelison Loos.

Esses vasos surprehenderam quatro que estavam no ancoradouro de Jaraguá, dando desembarque a munições. A 12 de Janeiro de 1640 encontraram-se as duas esquadras um pouco ao septentrião da ilha de Itamaracá, em frente á Ponta de Pedras, roteando-se as embarcações sempre e cada vez mais para o norte até que a 17 verificou-se a derrota do Conde da Torre, da qual provieram grandes soffrimentos áquelles que procuravam apoiar em terra qualquer tentativa de desembarque.

Foi depois d'esses factos que se effectuou a famosa retirada dos mil e trezentos soldados do commando de Luiz Barbalho sempre impavido e resistente diante das tentativas de Nassau para oppor-se á alludida retirada. Ao mesmo Mauricio não valeu siquer o expediente de enviar o almirante Jol em oito navios com 700 soldados e 200 indios para no S. Francisco obstar a passagem de Luiz Barbalho. Combattendo e talhando campos, avançou sempre sem que nada o pudesse estorvar, dei-

xando incendiados os dois unicos navios que ainda restavam nos mares alagoanos.

A 3 de Dezembro de 1640 poute enfim Portugal sacudir o jugo hespanhol, reconquistando sua independencia.

Por esse motivo houve um interregno na lueta entre aquella nação e a Hollanda, que, não obstante, insidiosamente, apoderou-se do Maranhão e reconquistou Sergipe, tomando tambem ao dominio portuguez, Loanda e S. Thomé.

Em virtude de taes actos promoveu-se activamente a reacção de que vinha incumbido o novo Governador Geral do Brazil, Antonio Telles da Silva, nomeado para tal cargo em 1642. Sob o pretexto de entender-se com Mauricio de Nassau a respeito dos negocios de Angola, Telles da Silva enyiuo ao Recife André Vidal de Negreiros que se encarregou de fomentar a insurreição.

Si tal succedia com um governo que procurava zelosamente extinguir qualquer motivo de descontentamento, como o de Mauricio de Nassau, muito peor deveria succeder governando como effectivamente o faziam, desde de Maio de 1644, os Conselheiros Secretos Henrique Hamel Andrian Von Booletraste e Pedro S. Bas, avidos mercantes.

Visando os intuitos da primeira viagem, fez Negreiros uma outra ao Recife, conseguindo em seu regresso desembarcar na Barra Grande, munições de bocca e de guerra para o levante planeado.

A mando do Governador Geral seguiram tambem para o Recife cerca de quarenta soldados affeitos ás guerras de recursos, os quaes tinham por seu commandante Antonio Dias Cardoso. Esses homens se destinavam a exercer funcções de officiaes na lueta imminente e ficaram occultos nas proximidades da séde da capitania, acoitados por Domingos Fernandes Vieira. Apezar de todas essas machinações, os hollandezes estavam despercebidos, até quando foram despertados de seu lethargo pelos avisos de Mucheron, chefe politico das Alagôas, que lhes annunciou se terem posto em marcha para o norte Camarão e Henrique Dias.

A guerra da independencia irradiou-se promptamente por todos

os pontos dominados pelos neerlandezes. Em Porto-Calvo encabeçou o movimento Christovão Lins de Vasconcellos, acompanhado por Vasco Marinho Falcão. Ambos eram homens abastados e parentes affins.

Alliciando gente dos Morros de Ferricosa, do rio Manguaba, do Commandatuba, do Escurial, de Camaragibe e da Matta Redonda, montaram dous quartéis nas proximidades de Porto-Calvo, ficando um no colle denominado Amador Alvares e o outro, na elevação denominada Mocoitá.

Do primeiro era commandante Christovão Lins, e do segundo, Marinho Falcão. Os insurgentes que tinham em mira obstar que a guarnição hollandeza recebesse mantimentos e artigos bellicos, não dispunham de armamento sufficiente, mas ainda assim estavam dispostos a arrostar com todos os sacrificios. Em Julho de 1645 verificou-se o primeiro choque com a repulsa de 14 soldados hollandezes que o commandante da fortaleza, Aram Florins, mandara para desalojar os inimigos insurrectos de Porto-Calvo. Foram todos esses soldados victimas, com excepção de um que, tomado de panico, fez uma narração exagerada dos recursos com que contavam os insurgentes.

Alguns dias depois assaltaram, com o melhor exito, um navio hollandez que subia o rio Manguaba, carregado de viveres e munições de guerra, que de muito proveito lhes foi. Animados por esses successos intimaram a Aram Florins a rendição da fortaleza, recebendo em resposta que enquanto seus soldados dispuzessem de polvra e bala teriam o que comer, como provaria em breve. Diante d'isto continuaram os revoltosos a apertar cada vez mais o assedio. Florins, depois de seis dias de apertado sitio, mandou um parlamentar com o fim de avaliar bem os recursos com que contavam os nacionaes, levando, á guisa de disfarce a futil mensagem de que os sitiados não se renderiam nem á fome e sim á viva força. Soube, entretanto, Christovão Lins tirar proveito do incidente, vendando os olhos do mensageiro, e procurando convencel-o de que dispunha de formidaveis elementos de acção. Aram Florins, quando ouviu as informações de seu enviado, assustou-se, e fez sciente a Christovão Lins de que: 1º não podia entregar a fortaleza a elle, ou a outro capitão da terra de Pernambuco, e que mandasse vir um dos capitães de

infantaria vindos da Bahia, com o fim de estabelecerem as bases do accordo; 2º precisava de algum *refresco de terra*, enquanto chegava o capitão da Bahia.

Christovão Lins accedeu, enviando, um correio a Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, pedindo-lhes um *capitão grave* dos vindos da Bahia para ajustar o accordo. Remetteu igualmente aos sitiados quatro saccos de farinha, uma vacca, laranjas, limões, peixe salgado, queijos e vinho. Chegaram em seguida o coronel Pedro Marinho Falcão, o capitão João Gomes de Mello, que acompanhavam o capitão Lourenço Carneiro de Araujo incumbido de accordar a capitulação que se effectuou no dia 17 de Setembro, depois de quarenta e dois dias de cerco, sahindo da fortaleza 156 homens. Coube aos vencedores 8 peças de artilharia de bronze, que o capitão Lourenço Carneiro levou para a Varzea do Capiberibe. A fortaleza foi arrazada e os sitiados marcharam para Pernambuco com o fim de augmentar as forças que assediavam o Recife. Estimulado pelo exemplo da parte septentrional da capitania, Penêdo resolveu-se tambem a sacudir o jugo dos batavos. Aproveitando o momento em que um sargento, que tinha ás ordens dez soldados passava com um preso, arrebataram-lhe este, do que redundou mandar Samuel van Koyu setenta soldados para castigar a ousadia dos sanfranciscanos. Victima de uma tocaia, os soldados estrangeiros, deixaram na mão dos insurgentes muitas armas, com as quaes ousadamente puzeram em sitio o forte Mauricio, enviando mensageiros ao Governador Geral Antonio Telles da Silva.

Assaltaram um navio hollaudez que estava esperando vento de feição para subir até Penêdo, obtiveram grande copia de mosquetes, balas, alem de muita polvora e munição de bocca. A 27 de Julho Telles da Silva fez seguir para o S. Francisco com as tres companhias aquarteladas no Rio Real, o capitão Nicoláu Aranha, que chegou á Villa Nova, depois de uma viagem cheia de peripecias, no dia 10 de Agosto. Ahi foi tomando, entre outras providencias, a de queimar as lanchas que prestavam serviços ao forte, já então sob um assedio regular. No mesmo dia foram mortos dous soldados que sahiram por mando de van Koyu para dizer aos da campanha que troucessem para junto do forte o tributo ordenado pelos

escabinos e consistente em setenta rezes. Por occasião de ser tomadas duas embarcações hollandezas foram sacrificados vinte homens d'entre os inimigos. Com essas victorias parciaes iam os portuguezes avolumando o *stock* de seu armamento.

No dia 11, Nicoláu Aranba transpoz o rio, embarcando um pouco acima do forte, tomando pouco depois insurgentes em numero de dez uma canôa tripulada por onze ueerlandezes.

A 13 o chefe portuguez se approximou dos arraiaes dos assaltantes, arrebatando aos antagonistas todos os caminhus. Dia a dia mais precaria se tornava a posição dos hollandezes, até que depois de varias vicissitudes trancaram-se na fortaleza para só sahir d'ella completamente vencidos. No dia 13 de Setembro Nicoláu Aranba intimou a Koyu para render-se, e este pediu trez dias de interregno, que lhe foram concedidos.

Lavrava, entretanto, no meio dos invasores o maior desanimo muito principalmente depois das noticias que souberam relativas á posição dos patricios no Recife e nas circumvisinhanças. A 19 de Setembro verificou-se a capitulação feita nas seguintes condições: os hollandezes sahiram da fortaleza com suas armas e balas em bocca, bandeiras estendidas e os officiaes com suas insignias até uns tantos passos, depois do que seriam desarmados. Na fortaleza foi encontrada muita munição de guerra, alguns viveres e animaes cavallares.

A capitulação dos hollandezes, que se passaram para a margem direita do rio, obstou a que recebessem um auxilio de cento e cincoenta homens, alem de grande quantidade de material bellico e alimentos vindos em uma náu e trez lanchas, que fugiram diante aos portuguezes, quando presentiram que havia de ser accommetidas. O forte Mauricio foi arrasado, e as peças occultas em logar seguro.

Livre estaria o S. Francisco de seus invasores, si Sigismundo van Schkope que já havia regressado da Hollanda não fizesse seguir para a mesma zona Henderson, levando ás suas ordens 1300 homens embarcados em 13 navios, commandados por Lichthardt.

Desembarcou Henderson em Coruripe (16 de Novembro) e ao approximar-se de Penêdo, a população tomada de pauco fugiu, sendo

assim reconquistada pelos hollandezes uma região que lhes era muito preciosa pelo abastecimento de gado que lhes poderia trazer.

Henderson tratou de erigir um forte, porem os nossos, recuperados do pavor que os tomara e auxiliados pelos soccorros advindos da Bahia se concentraram em um local que estava quasi ao meio-dia, e em numero de duzentos surprehenderam um posto avançado guarnecido por vinte homens.

La Montagne, enviado por Henderson para castigar aquelle feito, cahiu em uma emboscada, morreu, sendo aprisionados o capitão Gisselingh e o ministro Astete. Esta derrota foi tanto mais sensivel para os hollandezes quanto elles tinham mandado para aquella empreza toda a torça disponível. Desanimados por esses revezes abandonaram o S. Francisco, em cuja restauração exerceu papel saliente Valentim da Rocha Pitta, ou Valentim Rocio, como pretendem outros.

NOVO DOMINIO PORTUGUEZ

A capitania de Pernambuco a que parcialmente coubera um momento de brilho e esplendor com o governo de Nassau, não deixou de soffrer os damnosos effeitos da lucta hollandeza. Grande retardamento ao seu progresso trouceram-lhe as luctas travadas em varios pontos de seu territorio, que, entretanto, ficou sendo mais conhecido, graças ás incursões que os naturaes eram obrigados a fazer por varios pontos de seu territorio.

fou ella successivamente governada por: André Vidal de Negreiros (22 de Março de 1657);

Francisco de Britto Freire (26 de Janeiro de 1661—a 5 de Março 1664);

Jeronymo de Mendonça da Costa Furtado (24 de Abril de 1666);

Vidal de Negreiros (24 de Abril de 1666—13 de Junho de 1667);

Bernardo de Mirauda Henriques (13 de Junno de 1667);

Fernando de Souza Coutinho (28 de Outubro de 1670 a 17 de Janeiro de 1674). Foi n'este governo que D. Pedro 2.^o ordenou ao Marquez de Barbacena que fizesse povoar Maceió, fortificando o seu porto contra os commerciantes contrabandistas de pau brazil.

D. Pedro de Almeida (até 14 de Abril de 1678);

Ayres de Souza Castro (até 21 de Janeiro de 1681) .

João de Souza (até 13 de de Maio de 1685);

João da Cunha Souto Maior (até 29 de Junho de 1688);

Fernão Cabral de Belmonte (até 9 de Setembro de 1688, daucta em que falleceu, tendo sido substituido pelo governador interino Mathias de Figuerêdo Mello, bispo da diocese, que se manteve no poder até 25 de Maio de 1689);

O ex-douatario da capitania do Espirito Santo, Luiz Gonçalves da Camara (até 5 de Junho de 1690;

Marquez de Monte-Bello (13 de Junho de 1690—13 de Junho de 1696).

O QUILOMBO DOS PALMARES

AO Marquez de Monte-Bello succedera na administração da capitania de Pernambuco, a 13 de Junho de 1696, Caetano de Mello Castro, em cujo governo effectuou-se a destruição do famoso Quilombo dos Palmares.

Fundado a cerca de 64 annos, na vigencia das invasões hollandezas, o quilombo estava localisado n'um bello lugar, ensombrado de virente palmeiral, na encosta oriental das serras da Barriga e da Jussára.

Distava 120 kilometros do littoral e era banhado pelas aguas paludosas do Mundahú e do Jundiá.

O quilombo palmarino offerencia um esboço de organização social, que, embora de character rudimentar, não deixava de fazer perceber os lineamentos de um futuro estado que não ficava em grande distancia d'a-

quelles Estados constituidos sob os modelos da civilização europèa. Dez ou doze aldeias, denominadas *quilombos* ou *mucambos*, eram dirigidas por sub-chefes que tinham a denominação de *ambas*, governados supremamente por um chefe superior a todos e chamado *Zumbi*, que residia na séde desse *fac-simile* de confederação.

O nucleo do famoso *quilombo* foi constituido por uns 40 negros fugidos ao predomínio sempre tyrannico do senhor. Nota um projecto historiador que foi esse agrupamento em quilombos o segundo estadio das formas de protesto adoptadas pelos negros trazidos ao Brazil.

A principio, devorados pelo *banzo* incuravel, deixavam-se morrer, appellando para as multiplas modalidades do suicidio, em seguida reagiram com um vigor homerico, e depois encorporaram-se á sociedade brazileira de que foram um prestante auxilio.

Por juxtaposição de novos negros, muitos d'elles já libertos, foi crescendo a republica dos Palmares e á proporção que se expandia procurava garantir-se contra a mais do que provavel aggressão dos brancos.

Contava tambem o quilombo dos Palmares, alguns moradores pardos e mestiços que tangidos pela invasão hollandeza, se embrenhavam nos sertões. Ascendendo ao vultuoso numero de mais de 20.000 homens fortificaram-se, estabelecendo em sua republica minuscula uma cidadella circumvallada de trez estacadas de pau a pique, defendidas cada uma por 200 homens, que eram elevados a maior numero quando se receiava a possibilidade de um assalto que mesmo os proprios hollandezes infructiferamente deram.

Da parte exterior da cidadella levantavam-se as roças e os pomares.

Os moradores das paragens propinquas, por essa especie de complicitade que o mêdo impõe, estabeleceram com os palmarinos um tacito *modus vivendi* em virtude do qual mutuavam serviços e se davam a transacções reciprocas. Como um traço fundamental da unidade de vistas que os vinculava seguiam todos a mesma religião, mixto do monothetismo catholico, e das aberrações fetichistas dos africanos. Tinham leis repressivas do roubo, do homicidio e do adulterio.

Tomando a iniciativa do ataque aos insolentes confederados, os homens nobres do governo da villa de Alagôas, bem como o povo, enviaram um mensageiro, o capitão João da Fonseca, ao Governador da Capitania, Bernardo de Miranda Henriques, pedindo-lhe para mandar bater esses *quilombos*.

Coube, porem, a Caetano de Mello e Castro, prover a sua extinção.

O Governador Geral D. João de Lencastro com quem se entendeu, lhe mandou 1.000 soldados paulistas sob a chefia de Jorge Velho que exercia a profissão de capitão de matto.

Fez este uma primeira tentativa, que ficou sem prolicuidade e resolveu-se então a, deixando de parte a estulta vaidade de ser elle o unico vencedor da *Troya negra*, sollicitar auxilios.

De Porto-Calvo, onde se havia refugiado, mandou aviso ao Governador de Pernambuco, pedindo reforços.

Ao nucleo de forças paulistas e mineiras reuniram-se contingentes de Olinda, Recife e lugares circumvisinhos, em numero de 3.000, praças. Penêdo, Alagôas, S. Miguel, S. Luzia do Norte, bem como o alcaide-mór Christovão Lins de Vasconcellos, capitão Rodrigo de Barros Pimentel, mestre de campo Christovão da Rocha Barbosa, reuniram forças que orçavam por 7.000 soldados aos quaes tocou dirigir um dos typos mais singulares e suggestivos de nossa historia colonial, Bernardo Vieira de Mello, que de sua fazenda denominada *Pindoba*, situada talvez em Alagôas, trouxera grande numero de voluntarios, e no posto de sargento-mór, Sebastião Dias. Avançaram em seguida para os Palmares, que puzeram em cerco, ferindo-se um combate sanguinolento e medonho, em que a resistencia dos *quilombos* fez vacillar o animo dos assaltantes.

Officiou então Bernardo Vieira de Mello ao Governador da Capitania de Pernambuco pedindo reforços em soldados e artilharia, que não vieram, porque chegara a Pernambuco a noticia de rendição dos Palmares.

Tinha.n já decorrido dois mezes depois do estabelecimento do cerco á confederação palmarina, quando os negros alli acoutados, avistando ao longe muito gado e cargas que vinham em adjectorio aos assaltan-

tes, sentiram esmorecer-lhes a coragem que de todo falleceu, quando os homens commandados por Bernardo Vieira de Mello começaram a escalar as trincheiras.

O *Zumbi* e o numeroso cortejo de seus seguidores suicidaram-se, atirando-se pelos esbarrondadeiros da serra da Barriga, votando-se assim em holocausto á liberdade.

Os sobreviventes foram reescravizados, embora muitos d'elles fossem homens livres. Os vencedores dos legendarios palmarinos ficaram cumulados de favores, cabendo-lhes as terras dos quilombolas em sesmaria, que tambem toccou a Domingos Jorge Velho.

Fez este ultimo erigir a igreja que foi depois matriz da freguezia da Atalaia.

ALAGOAS. COMARCA DE PERNAMBUCO

LONGE morriam os echos das luctas hollandezas, e os gemidos dos heróes defensores de Palmares quando em 1711 foi Alagoas elevada á comarca de Pernambuco, tendo como seu primeiro ouvidor José de Acunha Soares que governou de 1712 a 1715.

Até então os governadores da capitania de Pernambuco mandavam ouvidores exercer jurisdicção em Alagoas, sendo o ultimo que teve semelhante encargo João Marques Bacalháu. Depois de elevada á comarca, ficou tendo na séde, — villa da Magalena, além do ouvidor, corregedor e commandante militar, juizes ordinarios, camaristas e capitães-móres, trez cargos que tambem existiam em Paraíba e Porto-Celvo.

Servia de regulamento, á ouvidoria o regimento de 22 de Setembro de 1668, dado ao ouvidor de Pernambuco João Sepulveda de Mattos por Pedro 2°. José de Acunha Soares foi successivamente substituido por: João Villella do Amaral (1715—1718); Manoel de Almeida Mattoso (1723—1725); Carlos Pereira Pinto (1725—1729); Antonio Rebello Leite (1730—1734); João Gomes da Silva Agalá (1734—1739); José

Gregorio Ribeiro (1739—1745); António José Muniz (1745—1748); Antonio José Pereira Barroso (1749—1755).

De 28 de Novembro de 1755 a Abril de 1756 houve uma interrupção na serie dos ouvidores, tendo exercido o governo o Capitão General da capitania de Pernambuco Luiz José Corrêa de Sá.

Continuou (até 1765) a sequencia interrompida o ouvidor Manoel Gouvêa Alvares, em cuja ouvidoria foi Atalaia, que já era um importante nucleo de população, elevada à categoria de villa.

Já nesse tempo constituia Atalaia uma freguezia (1763). Tinha assim Alagôas em 2 seculos de existencia historica, quatro notaveis localidades, abrigando a maioria d'ellas importantes reminiscencias.

A Manoel Gouvêa Alvares succedeu Francisco Manoel, cujo dominio procrastinou-se até 1770.

Ao decimo segundo ouvidor (1772—1776) Diogo Soares Tangil coube a importante missão social de reprimir com vehemencia e energia a congerie de crimes oriundos da anarchia superstite ás luctas holandezas e á guerra dos Palmares.

No desempenho de sua missão houve-se o illustre ouvidor com muita severidade, procurando acautelar ao abrigo da lei, a sociedade, que se encarreirava para sua integração definitiva, depois das convulsões que em epocas não muito remotas a sacudiram rijamente. Teve como successor Francisco Nunes da Costa, cujo periodo governamental se alongou de 17 de Fevereiro de 1777 a 21 de Agosto de 1779.

Com o decimo quarto ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira (16 de Dezembro de 1779—1798), a agricultura deveria receber notavel impulso, com a introdução de mais uma cultura, que hoje enriquece vastissima zona do Estado—o algodoeiro. Ao que parece n'aquelle tempo houve um certo movimento em prol de nossas riquezas florestaes, que eram barbaramente devastadas, porquanto, deixando a ouvidoria, José de Mendonça de Mattos Moreira passou a exercer o cargo de conservador das mattas, função que só existiu em Alagôas, e que tinha por fim velar pela extracção e cõrte das madeiras de modo a preservar as nossas riquezas

vegetaes da destruição completa. Regulamentada pelo regimento de 11 de Julho de 1799, a conservadoria das mattas, tinha, alem do conservador, um administrador, um mestre, um contra-mestre, um escrivão e um almoxarife com funcções claramente especificadas. Cumpre tambem registrar que a um dos ex-ouvidores enumerados, o desembargador Francisco Nunes da Costa, coube a inspecção dos reaes córtes. A conservadoria das mattas deixou de existir em 1827, sendo os ultimos conservadores o D. Narciso de Almeida Guatimozim e Tiburcio Valeriano da Silva Tavares.

A José de Mendonça Mattos Morcira succedeu Manoel Joaquim Pereira de Mattos Castello-Branco (1798—1803). N'esta ouvidoria foram creadas mais duas villas: Poxim e Anadia. A erecção da primeira verificou-se aos 8 de Julho de 1799, e a da segunda aos 18 de Novembro de 1801.

Segundo conservador das mattas, Castello Branco passou o cargo da ouvidoria a José dos Santos Pereira de Mattos (16 de Julho de 1803 a 8 de Setembro de 1807).

Em 1807 começou a ser administrada por Joaquim José de Castro, que exerceu o poder durante um triennio.

Caracterisa esta ouvidoria o aneio das embryouarias municipalidades para alargar a esphera de suas franquias. Demonstração inconcussa do que affirmamos, está no facto de terem simultaneamente trez comarcas—Penêdo, Alagôas e Porto-Calvo—pedido a nomeação de Juiz de fóra. Tambem a camara das Alagôas endereçou uma supplica ao Rei D. João 6º, já então no Brazil (17 de Abril de 1809), pedindo Juizes letrados para algumas villas da comarca. E ou por calculo, ou por desprevenção de animo, não trepidou a edilidade da séde da comarca em inserir no meio do arrasoado que dirigiu ao rei transportado de seus penates sob o tagante do medo que lhe inspiravam as hostes napoleonicas, as seguintes palavras que têm o cunho de uma prophecia, treze annos depois realisada:

«V. Alteza Real a quem a Providencia do Altissimo, pelo meio de tantos e tão evidentes perigos foi servida collocar n'este

continente, para de mais perto dar as providencias e fazer a felicidade de seus feis vassallos n'esta conquista, que vai ser o novo imperio, o primeiro da America, que Deus faça o mais potente do globo . . .»

Sob auspicios tão magnificentes encetava a então comarca e todo o paiz o cyclo historico de um seculo, em cujo decurso pode elle elevar-se de simples colonia a um paiz autonomo, régido por instituições democraticas.

Evoluindo desde as mais rudimentares formas de administração até chegar a completa e porventura demasiada autonomia, Alagôas foi comarca pelos mesmos motivos que levaram a côrte portugueza a desagregar Sergipe da capitania da Bahia. Foi ainda a sobrevivencia da lucta hollandeza, como nota o Sñr. D'. Felisbello Freire em sua Historia de Sergipe, que determinou esse tímido ensaio de autonomia, que visava a repressão dos crimes muito frequentes depois da lucta contra os batavos invasores.

A constante fragua em que os animos tinham se aquecido não arrefecera de todo depois que zarparam de nossas plagas os invasores audazes. O habitante do paiz exercitado na emboscada, na lucta, na tocaia paciente e feroz, ficára affeito a essa vida. D'ahi a serie de crimes, que se succediam com uma frequencia pasmosa, alarmando a sociedade e pondo em sobresalto os seus elementos conservadores.

Negros, indios, portuguezes e filhos de varios cruzamentos havidos na terra participavam d'esse estado de geral indisciplina, a que era preciso oppôr barreiras, o que effectivamente foi feito com a criação das ouvidorias, que duraram por mais de um seculo, com muito proveito para o territorio alagoano, onde, como já vimos, o decimo segundo ouvidor Diogo Soares Tangil empenhou-se em remediar os males que originaram a criação da comarca de Alagôas, contendo os que aberravam das normas juridicas, praticando crimes, severamente punidos. A comarca, região que foi por muitas causas pouco mais ou menos bem povoada, contou ao iniciar-se o novo seculo que lhe deveria trazer completa autonomia

as localidades seguintes : Penêdo, núcleo da vida de todo Baixo S. Francisco a que ainda hoje continúa a presidir; Alagôas, séde da comarca; Porto-Calvo; Atalaia; Poxim, Anadia, todas com fóros de villa.

Outros pontos começavam a se tornar salientes e aqui e alli despon-tavam esses villares que, reunidos, constituem a formosa terra alagoana.

La também se formando no seio do povo aguerrido da capitania o sentimento bem justificavel da revolta contra o dominio da metropole e todos os signaes do tempo renunciavam que não muito remota, embora indecisa, nebulosa e vaga, pairava nossa independencia, conquista sangrenta e ao mesmo tempo outorga da cupidez.

Foi diante d'esses prodromos que o 17º ouvidor, Joaquim José de Castro, entregou a gestão da comarca ao seu successor Antonio José Ferreira Batalha, sob cujo dominio passaram-se grandes eventos.

REVOLUÇÃO DE 1817

O grande acontecimento historico, tragedia sombria e dantesca, da qual resurtem lances eschylianos e que teve lugar em 1817 na arena purpurea de martyres—Pernambuco, é de capital importancia para Alagôas, por ter no seu crepusculo trazido á vasta região a autonomia completa, com a desaggregação da capitania a que esteve jungida, desde os primordios de sua existencia. Em Março de 1817 rebentou a revolução, incentivada pelo negociante bahiano Domingos Martins, que em pratica com os officaes brasileiros lhes inculára os germen's da rebeldia contra a metropole.

Começou por um assassinato, o que muito a desmerece, porem sublimou-se logo em actos de claro patriotismo.

Para angariar-lhe adeptos nos lugares sobre os quaes Pernambuco tinha avultado ascendente, partiram do Recife varios emissarios.

A Alagôas e outros pontos do sul foi mandado o D. José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido por Padre Roma.

Conseguiu geraes adhesões, menos em Atalaia, onde se achava fa-

zendo correição o ouvidor Antonio José Ferreira Batalha cujo exercicio tivera começo em 1810 e prolongou-se até 1819.

Reunido ás auctoridades e ao povo, obstou a que fossem lidas as proclamações do Governo Provisorio, revelando assim um espirito de reacção invulgar entre nós, onde o adhesismo se mascára sempre com um mal entendido humanitarismo.

Em varios pontos da então comarca, notadamente S. Miguel de Campos e Penêdo, foi acceita a revolução a que adheriram com real ou ficticio entusiasmo os typos proeminentes de Alagôas.

O unico rebelde de S. Miguel, capitão Manoel Vieira Dantas, abraçou a revolução com toda a energia. Os de Penêdo fizcram-n'o coagidos pelo terror, presos como ainda estavam da sombria impressão que lhes deixaram no animo dois flagellos que assetaram a villa no anno preterito: a variola e a *secca*.

Noticias falsas e adrede espalhadas da generalisação do movimento revolucionario por largo espaço do paiz, do Rio Grande do Norte até a Bahia, deixando perplexos os vultos mais salientes do S. Francisco, atiraram-nos a abraçar a causa dos pernambucanos.

Exteriorisou-se, entretanto, a revolução, em actos ingenua e parvoamente demagogicos e iconoclastas, consistentes na soltura dos presos encerrados nos carceres, na eliminuação das armas reaes de bandeiras e edificios publicos, na mudança do tratamento de senhor, excellência, senhoria e mercê por *vós e patriota*.

Recobrada do espanto que lhe produziram as primeiras noticias, Alagôas desligou-se, a 31 de Março, do Governo de Pernambuco e installou um governo provisorio sugeito ao da Bahia. Compunha-se este governo do vigario Antonio Gomes Coêlho, ouvidor Batalha, tenente-coronel Francisco de Cerqueira e Silva e do capitão Manoel Duarte Coêlho.

Reunindo forças de Maceió e Porto de Pedras, fel-as seguir para Pernambuco, sendo estes um dos primeiros actos positivos de reacção que se manifestou contra o movimento nativista pernambucano.

Por ordem do Conde dos Arcos, exarada em officio de 26 de Abril

dirigido ao ouvidor Batalha, devia-se dar o sequestro dos bens d'aquelles que houvessem secundado o movimento revolucionario.

E para debellação do mesmo movimento, desorbitado em sua gravitação para a perda completa de seus proceres, enviou o mesmo, chefiando vultuoso exercito, o marechal Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda. Formavam este exercito, alem da cavallaria paga da Bahia, todos os cavallarianos e infantes de Sergipe.

Por contravir as disposições da lei de 12 de Dezembro de 1770, foi declarado ao ouvidor que não devia continuar o governo provisório aqui constituido.

Com a evasão clandestina do commandante militar de Alagôas, tenente-coronel Antonio José Victorino Borges, que, vendo as cousas mal paradas em Alagôas, furtivamente seguiu para o Recife, deu-se a mais completa reversão dos sentimentos populares em respeito á revolta que entrava n'um occaso melaucholico.

Não obstou, porem, a submissão prestada á dynastia a que a mais infrene e desabrida perseguição se fizesse sentir em toda a comarca, culminando em Penêdo.

Essa pagina escura de nossa historia apresenta-nos toda uma população, por seus homens representativos, ajoelhada na curvatura suprema da humildade, implorando perdão á prepotencia boçal, que se quitessenciava em actos de anomala vingança.

Foi o caso que, conhecido em Penêdo o inicio da contrarevolução, aquelles que acceitaram a desobediencia ao rei, pressurosos correram a desdizer-se, formando-se um partido realista a cuja frente se achava o commandante do corpo de milicias, coronel Ignacio Francisco da Fonseca Calaça Galvão, commandante do regimento dos pardos da comarca, capitão Manoel José de Santanna; capitão-mór José Gregorio da Cruz; sargento-mór Antonio da Silva e os membros da Camara Municipal.

Assim começou essa *via-crucis* de humilhações.

Para fortalecer os elementos de resistencia fazem seguir para Vil-

la-Nova o missionario Francisco José Corrêa, e tendo obtido promessa de concurso para enfrentarem os revolucionarios, saúdaram no meio de uma multidão de duas mil pessoas, a causa regia, a qual prestam juramento de fidelidade tão emphatico quanto o odio que promettem ha de estimulal-os na lucta contra os rebeldes de Pernambuco.

Apressam-se em fazer o governador de Sergipe e o Conde dos Arcos sabedores de suas deliberações e ao mesmo passo procuram a adheção das outras camaras da comarca.

A attitude dos penedenses, accetando a revolução, motivára a hostilidade do povo da Villa-Nova, hostilidade que não cessou, mesmo quando aquelles se desvincularam de qualquer apeguilho com os amotinados do Recife

Entre mil protestos de fidelidade á causa da dynastia brigantina, clamavam os penedenses por providências que os puzessem a salvo das perseguições do povo da Villa-Nova, especialmente do sargento commandante do piquete de cavallaria alli destacado, Francisco Manoel da Rocha.

Os villa-novenses exerciam um curso medonho contra o povo de Penêdo, aprezavam embarcações, prendiam individuos fôrros ou captivos, atiravam nos que fugiam aos seus ataques, patrulhavam acintosamente as ruas, etc.

O panico subia no animo dos penedenses a tal ponto que, tendo sido pregadas ás esquinas as proclamações impressas do Conde dos Arcos, e como diversas pessoas arrancassem alguns exemplares para divulgar por copia os seus dizeres, foram obrigadas por ordem do juiz ordinario a collocal-as immediatamente para não dar azo a maiores hostilidades dos suspeitosos e malevolos visinhos,

Um emissario, o alteres Manoel José Gomes, mandado a Villa-Nova, foi preso e enviado para Sergipe d' El-Rei (cousoante reza o documento a que nos ciugimos).

Continuando ás depredações e tornando-se mais alarmantes os boatos relativos a attitude do povo de Villa-Nova, começa o exodo das familias espavoridas com a futura perspectiva de novas scenas luctuesas. No dia 13 a camara se reúne e resolve tornar patente ao Conde Ge-

neral da Bahia a situação afflictiva do povo de Penêdo, remettendo o ajudante de ordenanças Antonio Fernandes dos Santos e o individuo João Gacheiro.

Continuando a serie de tropelias iniciadas, aprezam um barco, que, trazendo um carregamento de farinha, velejava de Coruripe para Alagôas; e cada vez mais estimulados pela paciencia das victimas imbelles que faziam, promettem prender e até impunemente matar os chefes da guarnição de Penêdo! . . .

Reuniu-se então novamente a camara no dia 16 de Abril, e ahi em plena municipalidade Bento de Mello Pereira que depois foi Barão da Cotinguiba, auxiliado pelo seu ajudante Miguel dos Anjos Souto-Mayor e pelo alferes do regimento dos Henriques, Anacleto do Rosario, prendeu o coronel Cilaça Galvão, o sargento-mór Miguel Velloso da Silveira Nobrega, o capitão-mór José Gregorio da Cruz, que foram levados para Villa-Nova e d'alli remettidos para a Bahia.

Não pararam ahi as perseguições, permittidas pela inepecia das auctoridades de Alagôas: Penêdo foi declarado em sitio e os actos de vandalismo chegaram a um auge tão elevado que a população espavorida procurou o refugio dos campos para evitar os desatios immitentes. Parecia que o desejo de perseguir se assanhava com as perseguições já feitas, e até se duplicava.

Satisfazendo rivalidades e cevando velhos odios contra pessoas que só coagidas pelo terror fingiram abandonar a causa legal, que lhes parecia mal amparada, até a deputação de penedenses enviada ao governador da Bahia e constante do sacerdote Francisco José Corrêa, do capitão de milicias Francisco de Souza Machado e do capitão de ordenanças Francisco Moreira da Silva Lemos prenderam e mandaram para S. Christovam e d'alli para a Bahia. A chegada do general Cogominho sustou a torrente das tropelias. O mesmo general com toda a facilidade organisou em Penêdo dous batalhões de voluntarios, um dos brancos, commandado pelo tenente-coronel José Gomes Ribeiro, e outro, dos pardos, commandado pelo coronel Francisco Manoel Ramos, e seguiu com elles para Pernambuco a debellar a revolta.

As perseguições a pessoas salientes de Penêdo e outras partes não pararam ali, porquanto José Gregorio da Cruz que ficára por doente, preso em casa e com sentinella á vista, foi por ordem do marechal Cogominho e conjunctamente com elle, embarcado para Alagôas onde ficou tendo a villa por menagem. N'esta localidade justificou-se e foi recolhido á sua casa nos ultimos dias do anno de 1817.

Em Villa-Nova ainda foi preso Manoel Lucas, soldado de milicias dos pardos, enviado por Manoel Luiz das Chagas para ver as forças de que dispunha a causa legal. Em Coruripe tambem foi preso o mencionado Manoel Luiz das Chagas e em Alagôas encarcerado, o capitão de ordenanças Felippe da Silva Moraes.

A reacção que se fez sentir tão formidavel em Penêdo, irradiou-se para outros pontos de Alagôas sendo em Jequiá preso e esquarterado José Leão, tido em conta de patriota. Promoveu esse acto de barbaridade o individuo de nome José Pedro sobre o qual recahiu a animadversão geral tocando-lhe como justa punição ser em 1826 preso e remettido para a cadeia da Bahia, onde o punhal vingador de um sentenciado deu cabo á sua vida execranda. Em Porto de Pedras, Nicoláu Paes Sarmiento, capitão-mór das ordenanças, foi preso e remettido para a Bahia.

Premiando os serviços do ouvidor Batalha, o rei elevou-o a desembargador (15 de Setembro de 1817) e pendurou-lhe ao peito o disco de um crachá.

ALAGOAS, CAPITANIA INDEPENDENTE

VISANDO enfraquecer Pernambuco, amesquinhando-lhe a vastidão territorial, e galardoar os serviços prestados por Alagôas na debellação do movimento de 1817, o rei D. João VI resolveu-se a separar a antiga comarca da indomita capitania, dando-lhe os fóros de independente.

Assim o fez por decreto de 16 de Setembro de 1817, concebido nos seguintes termos:

«Convindo muito ao bom regimen d'este reino do Brazil, e à prosperidade a que me proponho elevá-lo que a provincia das Alagôas seja desmembrada da capitania de Pernambuco, e tenha um governo proprio, que desveladamente se empregue na applicação dos meios mais convenientes para della se conseguirem as vantagens que o seu territorio e situação podem offerecer, em beneficio geral do Estado, e em particular dos seus habitantes, e da minha real fazenda: sou servido isental-a absolutamente da sujeição, em que até agora esteve, do governo da Capitania de Pernambuco, erigindo-a em capitania, com um governo independente que a rêja na forma praticada nas mais capitánias independentes, com faculdade de conceder sesmarias, segundo as minhas reales ordens, dando conta de tudo directamente pelas secretarias de estado competentes; e attendendo ás boas qualidades e mais partes, que concorrem na pessoa de Sebastião Francisco de Mello; Hei por bem nomeal-o governador d'ella, para servir por tempo de trez annos, e o mais que decorrer emquanto lhe não der successor. — Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Setembro de 1817.—

Com a rubrica de S. Magestade».

Um outro decreto de 12 de Janeiro de 1818 ratificou este.

A situação economica de Alagôas, quando lhe foram doados os beneficios da autonomia, si não era das mais propicias e brilhantes, tambem não era das mais precarias e veixatorias. E visto como em paiz essencialmente catholico, como o nosso, a erecção de templos traduz perfeitamente o bem estar geral, o grande numero de igrejas e freguezias que, ao tempo de sua independencia já contava, permittia que se avaliasse bem a sua marcha para um progresso bastante satisfactorio.

Alagôas, Porto-Calvo, Penêdo, Santa Luzia, Poxim, S. Miguel, Collegio, Atalaia, Pioca, S. Bento, Camaragibe, Palmeira, Anadia, eram as freguezias então existentes, algumas d'ellas com uma duração mais do que secular. (*)

(*) Alagôas contava igualmente as seguintes villas: Penêdo, Alagôas, Porto-Calvo, Atalaia, Poxim, Anadia, Porto de Pedras e Macciô.

Tambem de uma carta escripta quinze annos antes de sua elevação á categoria de capitania independente, em 1802, se infere embora pallidamente, a situação de Alagoas.

Penêdo contava então, comprehendidos em seu territorio Porto da Folha (Traipú) e Aguas Bellas (Estado de Pernambuco), seis mil fogos, mais ou menos, quasi trezentas fazendas de criação, muitos engenhos, e vastas lavouras de algodão. Poxim tinha a sua população computada em seis mil e quinhentos habitantes, que se dedicavam ao córte de madeira, plantio de algodão e bovinotechnia.

Atalaia tinha, segundo o computo do mesmo informante, de mil e duzentos a mil e quatrocentos fogos. Dedicava-se tambem ao cultivo do algodão, ao córte de madeiras e ao commercio da ipecacauha preta, de que havia grande abundancia.

Alagoas, com as freguezias de Santa Luzia do Norte e Pioca, teria de cinco a seis mil fogos e mais de sessenta engenhos de assucar. Disponha de madeiras esplendidas, plantava muito algodão e entre suas industrias domesticas figurava a confecção do azeite de ricino, em grande abundancia. Porto-Calvo, comprehendendo Camaragibe, S. Bento e Jacuhype, tinha cerca de seis ou sete mil fogos.

Parecia o mais importante emporio agricola da então comarca, pois o numero de seus engenhos elevava-se a cento e vinte.

E' de presumir, porem, que a mais notavel e rendosa industria de Alagoas áquelle tempo fosse a extracção de madeiras, o que justifica a criação da conservadoria das mattas, extincta em 1827.

O intormante de quem haurimos as noticias aqui compendiadas pde em duvida a exactidão das informações relativas á população alagoina e enaltece o character do povo sobre que discorre.

Muitos outros villares começavam a se expandir e sinão se podia constatar assombroso progresso, ao menos se exhibia o conforto relativo de um povo que não estava premido por circumstancias desfavoraveis á existencia, e da prodigalidade nababesca da terra, auferia os meios de ter um passadio farto, banidas as inquietações acabrunhadoras do dia de amanhã.

Havia mesmo certas culturas, (como a do fumo que assegurava ao povo da villa de Alagôas redditos notaveis), summamente remuneradoras, muito principalmente quando as difficuldades de transporte nunca foram tão estorvadoras na antiga comarca, onde quasi todo o territorio fica propinquo ao littoral, pontuado de estaleiros para construcção de barcos, sumacas e outras embarcações.

Tal era a nova capitania quando empossou-se de seu governo perante o senado da camara de Alagôas, a 22 de Janeiro de 1819, Sebastião Francisco de Mello Povôas, que saltara em Jaraguá aos 27 de Dezembro de 1818. Mello Povôas era uma alta patente do exercito portuguez e descendia do grande estadista Marquez de Pombal.

Já houvera sido governador da Capitania do Rio Grande do Norte e a sua carreira militar fôra rapida.

Tinha tambem o novel governador os mais nobres arminhos de fidalguia, pertencendo a casa de S. M. Fidelissima, sendo commendador da ordem de Christo e cavalleiro da Torre e Espada.

O seu governo distinguiu-se por muita operosidade e por medidas de grande alcance social.

D'essas algumas lhe foram claramente apontadas nas determinações do governo, como se verifica do seguinte trecho da carta regia de 15 de Julho de 1818:

«Estabeleças logo uma junta da administração e arrecadação da minha real Fazenda, subordinada immediatamente ao real erario d'esta côrte, havendo-se por extincta qualquer outra repartição ou ramo de administração da real Fazenda que na mesma capitania exista.»

Povôas installou em breve prazo a junta da admistração e arrecadação da real fazenda, composta de trez membros: Presidente, o Governador; Juiz dos Feitos da Fazenda, o ouvidor Ferreira Batalha; escriptão deputado, encarregado da escripturação da receita e despeza, Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão.

Tambem fundou em Jaraguá a Alfandega que alli existe; creou

uma casa de arrecadação e duas mezas de consulados em Penêdo e S. Miguel de Campos.

Tomou igualmente medidas concernentes a defeza do littoral e da nova capitania, para o que estabeleceu dous pequenos corpos de 1ª linha, um de infantaria e outro de artilharia, contando aquelle, duas companhias com 232 praças, e este, 109. Compunha-se o estado maior de um tenente-coronel commandante, vencendo 50\$000 de soldo e 25\$000 de gratificação. Estando em ruinas os reductos provisórios erigidos por occasião do movimento revolucionario de 1817, tratou Mello Povôas de fortificar a costa, collimando alem de outros o objectivo de impedir as incursões dos piratas que ousadamente haviam investido o rio S. Francisco e apresado a sumaca *S. João Deligente* e penetrado na barra do rio Coruripe, onde deixaram uma outra embarcação em casco.

A 13 de Maio de 1818 começou o Governador os alicerces da bateria real de S. João, assim denominada como zumbaia ao rei fugitivo e localizado na côrte do Rio de Janeiro. Esta bateria tinha seu local no ponto onde está hoje erigida a enfermaria militar.

Tratou tambem de erigir uma outra bateria que, com a primeira cruzasse seus fogos, sendo o sitio onde começou a ser levantada um ponto visinho ao quartel da Capitania do Porto.

A 30 de Junho endereçou Povôas um officio ao Conde dos Arcos exigindo pedras para a construcção de mais tres baterias.

No anno subsequente ficaram terminados os trabalhos da bateria de S. João que recebeu o seguinte armamento: 4 peças de calibre 24.

Julgado insufficiente este artilhamento, foram pedidas mais 10 peças de bronze de calibre 36.

O seu primeiro commandante foi o 2º tenente de artilharia João da Silva Pinheiro.

A bateria de S. Pedro era de madeira e contava 19 peças.

Sua guarnição compunha-se de 1 tenente-coronel, 1 cabo e nove soldados. Competia-lhe a funcção do registo do porto.

Nem uma d'essas duas baterias tiveram suas obras completamente rematadas.

A actividade de Povôas não se restringiu a organizar a fiscalisação das rendas e a promover os meios de defeza da capitania, entre os quaes tambem figura o inicio da construcção (30 de Setembro de 1820) de um vaso, segundo o risco fornecido pelo concelho ultramarino e que devia ter 100 pés de roda á roda, 29 e 1/2 de bocca e receber 10 peças de cada lado. (*)

Tambem fez Povôas levantar a planta da villa de Maceió, construir o quartel militar, e um edificio composto somente de pavimento terreo para a junta da fazenda e almoxarifado.

Não sabemos fundamentado em que razão, mandou fechar o porto do Francez, impedindo alli a entrada de embarcações.

Abriu estradas que facilitassem a communicação com o interior e deixou de sua administração a memoria de outras medidas de remontado alcance.

Permanecia, entretanto, em Maceió, o que era um arbitrio de sua parte, visto como a Capital da capitania era Alagôas, que já se enciumava da preterição.

O decreto de 5 de Maio de 1821 dera-lhe a categoria de metropole, e, portanto, para derimir este damno aos habitantes da localidade, a camara da villa, secundada pelas demais camaras, dirigiu uma representação, que não foi attendida e teve parecer contrario de Perdigão e Batalha.

A residir em um logar, que parecia destinado à atrophia prematura, á decadencia precoce, malção, tendo de mais a mais as exhalações fetidas da lagoa a cuja margem foi erecto, preferia certamente Povôas, de-

(*) Este barco foi construido n'um estaleiro de Pajussara, sob a immediata direcção do mestre constructor Angelo Dias Gomes. No dia anniversario da princeza Maria Leopoldina (22 de Janeiro de 1821) foi batida a cavilha nuestra recebendo o arcabouço o nome de corveta—*Rainha Carlota*.

Em setembro de 1823 seguiu para o Rio de Janeiro o novo vaso porem já com o nome de *Maceió*, debaixo do commando de D. Francisco de Souza Coutinho, Marquez de Maceió.

morar em uma outra villa mais accessivel ás embarcações, com uma topographia summamente favoravel á creação de uma grande capital, uma natureza salubre e esplendorosa e que se mostrava dotada de grande aptidão progressiva e fadada a uma expansão maravilhosa.

Assim ia Maceió se antepondo não só a Alagôas como a tradicional e nobre cidade de Penêdo, que muito justa e razoavelmente se propuzera a exercer a categoria de capital, como se depreheende de um officio em que a camara da cidade preferida agradecia ao rei a dignidade a que approuvera elevar a antiga comarca de Pernambuco, que já tinha grandes elementos de vitalidade.

Por esse tempo, mais ou menos, começou a metropole a sentir os primeiros fremitos de desconfiança em relação ás tendencias emancipacionistas da colonia, e d'ahi as medidas que visavam abafar os sentimentos em ebulição, prestes a explodirem.

Uma serie de providencias que o tempo demonstrou serem de todo contraproducentes, veio de Portugal, collimando o escopo de cercear as franquias já concedidas e das quaes o povo estava de plena posse.

As rixas entre nacionaes e portuguezes iam se tornando sempre e cada vez mais azedas, afeleiando os sentimentos dos filhos da metropole e dos colonos, que se despiciavam mutuando epithetos e alcunhas pejorativas, bem como estrophes facêtas.

Quando taes hostilidades iam se accentuando, Povôas, que havia completado o seu tempo de governo, deixou-o, formando uma junta de nove membros, de que foi elle o presidente.

Éram as seguintes as figuras da junta governativa:

Presidente: Sebastião Francisco de Mello Povôas;

Vogaes: José Antonio Ferreira Braklamy; padre Antonio Gomes Coêlho; coronel de milicias Francisco de Cerqueira e Silva; tenente-coronel de milicias António José dos Santos; capitão de ordenanças José Moreira de Carvalho; José de Souza e Mello; Luiz José Lopes Couto e o tenente-coronel de 1.^a linha Manoel Duarte Coêlho.

Esta junta, que foi investida de seus poderes aos 11 de Julho de

1821, governou com muito criterio, deixando de sua administração honrosa memoria. Conservou o antigo secretario de Povôas, Ignacio Apri-gio da Fonseca Galvão.

Effectuou-se na vigencia de seu dominio a eleição dos deputados para as côrtes portuguezas, recahindo os suffragios do eleitorado nos seguintes individuos :

Coronel Francisco Manoel Martins Ramos; advogado Manoel Marques Grangeiro; padre Francisco de Assis Barbosa.

Para a supplencia foi eleito o padre José Luiz de Barros Leite.

A 31 de Janeiro de 1822 procedeu-se a eleição de uma nova junta, menos numerosa de que a primeira, e desfalcada do concurso de Povôas.

Constava de : Braklamy, que tinha a investidura da presidencia; José de Souza e Mello, secretario; capitão-mór Nicoláu Paes Sarmiento; tenente-coronel Manoel Duarte Coêlho e Antonio de Hollanda Cavalcanti.

Não exerceu tranquillamente suas funcções esta ultima junta, porquanto, estimulados os alagoanos com o exemplo da rebeldia que se alastrava e generalisava por todo paiz, mutilaram-n'a, retirando *a fortiore* e n'um impulso de fecundo nativismo, o concurso do elemento portuguez, para entregar as redeas do governo aos elementos genuinamente nacionaes.

Foi o caso que Jeronymo Cavalcanti de Albuquerque, parente do vogal Antonio de Hollanda Cavalcanti, de perfeito accordo com este e com o vogal José de Souza Mello, poz-se á frente de 400 homens armados, contando-se entre estes soldados de 1.^a linha, invadiu a capital, proclamou D. Pedro 1.^o protector e perpetuo defensor do Brazil, depoz o presidente Braklamy e o vogal Manoel Duarte Coêlho, portuguezes, substituindo-os pelo bacharel Caetano Maria Lopes Gama, juiz de fóra de Penêdo e ouvidor interino, que se achava procedendo correição em Alagôas, e por elle mesmo Jeronymo Cavalcanti, que se constituiu vogal, como fez do primeiro presidente.

Em seguida, a junta, proseguindo em sua reacção nativista, demittiu todos os empregados civis e militares oriundos de Portugal, que tiveram a velleidade de oppôr-se a sua acção, fazendo-os embarcar para a Europa, á custa do Estado.

D'essas medidas de hostilidade ficou isento apenas o major commandante de artilharia João Eduardo Pereira Collaço Amado.

Providencias outras tomou a junta tendentes a consolidar seu poder, e entre essas destacam-se a substituição do corpo de artilharia por um de caçadores, e a constracção da bateria do Espirito Santo no porto do Francez para obstar qualquer desembarque de forças luzitanas.

Estacionando em Maceió o General Pedro Labatut, commandante das forças nacionaes, que viera do Rio de Janeiro, recebeu aqui, alem de uma brigada de Pernambuco, auxilios em proporção aos recursos de que podia dispor a junta.

E para corôar a brilhante obra iniciada e sustentada com o maximo patriotismo, o governo de Alagôas fez seguir para o Rio de Janeiro o seu secretario José de Souza Mello que tinha a ajuda de custa de 1.200\$000 rs.

Levava José de Souza Mello a incumbencia de render preito e homenagem ao principe rebelde—D. Pedro I, cuja acclamação reboou gratamente em Alagôas, n'essa phase agitada da vida nacional verdadeiramente illuminada pelo patriotismo e disposta a lutar com todo o fervor para sacudir o jugo dos estranhos na colonia que se queria fazer paiz independente.

Foi uma das raras occasiões em que Alagôas collaborou efficientemente na evolução politica do Brazil.

PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA

GANHAVA terreno a idéa da independencia, idéa que se traduzia em factos e levava de vencida a tibieza das reacções luzitanas, quando se deu a scena memoravel do Ypiranga.

Em obediencia ao decreto de 3 de Junho de 1822 mandou-se proce-

der a eleição para deputados á constituinte, sahindo eleitos os seguintes cidadãos:

Caetano Maria Lopes Gama, José de Souza e Mello, Ignacio Accioly de Vasconcellos, padre José Antonio de Caldas e dr. Miguel Joaquim de Cerqueira.

Despertou reclamações dos eleitores de Porto-Calvo esta eleição, porem apesar de terem representado ao príncipe D. Pedro I, nem uma proncuidade teve o reclamo.

N'essa representação punha se á mostrá uns tantos actos illegaes que inquinavam de nullidade insanavel as eleições procedidas.

Remodelou-se em seguida a junta por terem d'ella se desaggregado Caetano Maria Lopes Gama e José de Souza e Mello, que foram ao Rio de Janeiro tomar assento na assembléa constituinte.

Foram substituidos (1° de Outubro), pelo advogado José Fernandes de Bulhões, que ficou exercendo a presidencia e Laurentino Antonio Pereira de Carvalho.

A 12 de Outubro de 1822 deu-se no Rio de Janeiro a aclamação de D. Pedro.

Alagôas, a 30 de Novembro, procedeu tambem a aclamação do mesmo imperador, completando assim a obra a que se dedicáa cordialmente.

A junta demittiu o commandante das armas, acusando-o de inepto, sendo por decreto imperial nomeado para substituil-o, o tenente-coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bello, que á mesma junta foi addido com voto na parte militar.

Este governo provisional revelou tendencias para o arbitrio e entre outros actos reprovaveis que praticou figura a especie de deportação imposta aos ex-deputados ás côrtes portuguezas:

Manoel Martins Ramos e Manoel Marques Grangeiro que foram intimados para que não voltassem á Provincia.

A imposição effectuou-se a 10 de Abril de 1823, declarando o governo imperial, no dia 1° de Setembro do mesmo anno, a desaprovava formalmente.

SEDIÇÃO PORTO-CALVENSE

OS primeiros annos que se seguiram á independencia toram para o Brazil epoca de grandes abalos e tremendas convulsões.

A este fado ineluctavel não podia subtrahir-se Alagôas, onde as alterações da ordem se succediam com frequencia, dominando pouco mais ou menos extraordinaria anarchia, mantida pelo caudilhismo nefasto.

Assim em Novembro de 1823 levantou-se uma sedição, promovida pela tropa de linha, a qual prendeu os membros do governo, Nicoláu Paes Sarmiento e Antonio de Hollanda Cavalcanti.

Em seguida officiaes e soldados amotinados seguiram para Porto-Calvo, onde acclamaram uma junta que tem na historia a designação de *governo temporario*.

Compunha-se do padre Lourenço Wanderley Cannavarro, presidente; advogado Antonio Mauricio de Amaral Lacerda, secretario; major Bento Francisco Alves; Luiz José de Almeida Lins e Joaquim Mauricio Wanderley.

Esta junta seguiu para a capital onde chegou no dia 1° de Dezembro.

Só apoz quatro dias, os membros da antiga junta, que ainda estavam livres se resolveram a entregar o poder á camara municipal de então, que se compunha de Narciso Corrêa Machado de Araujo, presidente; Joaquim Alves Fontes; Manoel Joaquim Rodrigues; Miguel Joaquim Caldas e Felisberto Peixoto de Araujo Lima, vereadores.

Do que então se passou, lavrou-se uma acta minuciosa.

De posse do poder, a camara conveceu os eleitores para eleger uma nova junta, designando o dia 7 de Dezembro para proceder-se a eleição.

Não chegou a reunir-se a nova junta, porquanto o governo constituído em Porto-Calvo, assumiu no dia 14 o poder, e a 31 de Dezembro, procedeu-se por sua ordem a eleição de uma outra junta.

Foram eleitos : presidente, o padre Francisco de Assis Barbosa, vigário de Ipioca ; secretario, padre José Vicente de Macedo ; membros o coronel Francisco de Cerqueira e Silva, que já fizera parte da primeira junta, capitão-mór Manoel Joaquim Pereira da Rosa e capitão de milicias Tertuliano de Almeida Lins.

O governo d'esta junta se prolongou até 30 de Junho de 1824, quando a provincia teve seu primeiro presidente.

REVOLUÇÃO DE 1824

AINDA perdurava o governo da junta porto-calvense, quando rompeu no Recife a revolta capitaneada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente eleito de Pernambuco, que se recusára a acceitar o presidente nomeado pelo governo imperial para succeder-lhe.

Deu-se o bloqueio do Recife effectuado pelo chefe de divisão Taylor e aos 20 de Março de 1824, os officiaes do exercito, Lamenha e Seára, prendiam o chefe revolucionario.

Recolhido este á fortaleza do *Brum*, obteve a adhesão das tropas, sendo solto e reentregue no poder.

O presidente nomeado, Paes Barrette, retirou-se em companhia de Lamenha e Seára para a Barra Grande, villarejo pertencente ao municipio de Porto-Calvo.

A revolta foi logo secundada em Alagôas.

Abraçaram-n'a até pessoas que já tinham figurado cavalheirescamente na revolução de 1817: Manoel Vieira Dantas e seus dois filhos—2º tenente de artilharia Francisco Frederico Vieira da Rocha e Manoel Duarte Ferreira Ferro (depois Barão de Jequiá).

Foram seguidos pelo tenente Jeronymo Cavalcante de Albuquerque, genro de Manoel Vieira Dantas, por Ignacio de tal, por alcunha *Cutila*, por Fauto Madruga, e pelo sargento Joaquim Wanderley.

Conseguindo muitas adhesões, os prestigiosos revolucionarios, dirigiram-se ao centro de Pernambuco com o fim de alliciar forças, o que chegando ao conhecimento da junta governativa, esta, de accordo com o tenente-coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bello, que havia regressado da metropole, mandou guarnecer a capital e pontos limitrophes das duas então provincias.

Para a Palmeira enviou umas 30 ou 40 praças da centuria de soldados penedenses que na Bahia, durante a guerra da independencia, tão esplendidas mostras de bravura souberam dar.

Commandava este destacamento o capitão ou major Antonio do Carmo Luna, penedense.

Foram feridos varios combates, sendo o primeiro na Palmeira dos Indios.

Verificou-se o segundo em Cruz das Almas, arrabalde da villa de Anadia.

Ahi foi malferido o alteres-ajudante João Lins de Vasconcellos no dia 24 de Maio, á tarde, tendo sido a avançada commandada pelo sargento-mór Manoel Mendes da Fonseca.

Em S. Miguel de Campos teve lugar o terceiro combate.

A revolução que em Alagôas já tinha congregado 800 homens, havia constituido em Anadia uma junta composta do major de ordenanças Antonio de Barros de Macêdo Leite, presidente; José Joaquim de Bastos, secretario; e dos vogaes: padre Lourenço Pereira de Carvalho, vigario da villa de Poxim; Mauoel Ferreira de Sá e Andrade e outro.

Sabendo os legalistas que os revolucionarios tencionavam avançar sobre a capital, derribar a junta governativa e substituil-a pela que haviam formado, fez seguir para S. Miguel o proprio commandante das armas, tenente-coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bello.

Este dispunha dos seguintes elementos: uma força composta da 1ª linha, 2ª de milicias, indios, paizanos e artilharia.

No dia 13 de Junho realisou-se o embate entre as forças legaes e os revolucionarios.

Começou ás 10 da manhã e terminou ás 4 da tarde, perdendo as forças do governo 2 combatentes e tendo 10 feridos.

Phalanges revolucionarias vieram pelo rio Parahyba até o engenho do Kagado. Não podendo transpor o rio, ahí permaneceram, visto como a margem opposta estava occupada pelos legalistas.

Tirotearam algumas vezes até que, desesperançados de atravessar o rio e sabendo do destino da columna que fora battida em S. Miguel, debandaram.

Os chefes revoltosos, apesar de terem procurado asylo nas mattas, foram presos, exceptuando Manoel Duarte Ferreira Ferro.

Os que foram presos ficaram detidos no convento do Carmo no Recife.

Alguas outras pessoas da familia dos revolucionarios tambem soffreram as angustias do carcere, e entre ellas a mulher do capitão Manoel Vieira Dantas, d. Anna Lins e seu filho, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, a quem o futuro reservava tão esplendido destino.

Contava elle n'esse tempo 14 annos de idade.

Os prisioneiros do Recife, que já estavam encarcerados na fortaleza do *Brum*, foram condemnados á pena de morte, pena que depois foi commutada em degredo para as regiões malaricas banhadas pelo Rio Negro.

Manoel Duarte Ferreira Ferro, que conseguira fugir á sanha legalista, premeditou e levou a effeito a fuga de seu genitor, e de seu irmão, vendo seus esforços coroados do melhor exito.

Os condemnados refugiaram-se então em um logarejo do municipio de Piranhas chamado Sinimbú, até que serenou a excitação de animos reinante com o movimento revolucionario.

Os serviços que o tenente-coronel Oliveira Bello prestára á causa legal foram galardoados com sua promoção a coronel (decreto de 9 de Agosto de 1824).

O decreto de 7 de Março e a portaria de 22 de Junho de 1825 amuistiaram os revolucionarios.

PRESIDENCIAS DO 1º IMPÉRIO

O primeiro presidente nomeado por D. Pedro I para Alagôas (20 de Outubro de 1823), foi d. Nuno Eugenio de Lossio e Seiblitz.

Era este administrador o typo mais apto a tomar conta do governo da provincia, diante das circumstancias prementes que a flagellavam.

Dotado de pujante intelligencia, illuminada por uma erudição de benedictino, e de sentimentos cavalheirosos realçados pelos requintes de captivante polidez, parecia talhado para o desempenho da ardua funcção de que fora incumbido.

No dia 1º de Julho de 1824 assumiu o exercicio da presidencia e tratou logo de derimir os funestos effeitos da dissençaõ que, damnosamente irradiada de Pernambuco, repercutira sobre Alagôas.

Auxiliou efficazmente a esquadra de Lord Cochrane, que a seu bordo troucera o general Francisco de Lima e Silva, destinado a seguir por terra para Pernambuco.

Mandou proceder a eleição do Conselho do Governo que a lei de 20 de Outubro de 1823 houvera creado e conjuntamente a eleição do Conselho Geral, creado pelo artigo 72 da constituição do imperio.

A 9 de Dezembro reuniu-se o predito Conselho que se compunha de 10 membros, inclusivé o presidente que era o mesmo d. Nuno.

Um dos cidadãos eleitos para fazer parte daquella corporação, Manoel Joaquim Pereira, deixou de figurar em suas reuniões por ser criminoso, indo assim como preso, para a bateria de S. Pedro.

Entre as deliberações tomadas por esse transumpto das assembléas provinciaes figura o seguinte acto:

Creação de feiras em todas as villas, medida de alto alcance economico, especialmente n'um territorio vasto, de população dissiminada, que por esta forma tinha mais facilidade de realisar suas transacções.

Escolhido senador por Alagôas, d. Nuno Lossio passou a adminis-

tração da provincia ao vice-presidente Tertuliano de Almeida Lins (5 de Maio de 1826).

O conselho do governo proseguia em suas sessões bi-semanaes, reunindo-se nas segundas e quintas-feiras.

Continuando no rectilíneo desempenho de sua tarefa, proveu sobre a divisão judiciaria da provincia, separando-a em duas comarcas, creou um juiz de fôra para a capital, magistrado que deveria tambem exercer a função de procurador da corôa.

Visando tornar mais facéis as communicações entre diversos nucleos de população alagoana, cogitouda creação de correios por toda provincia, com uma administração na Capital.

Um dos membros do conselho, Antonio da Silva Lisbôa, propoz a canalisação das aguas do riacho Bebedouro para Maceió.

Tratou-se tambem de outras medidas, entre as quaes a transferencia do Hospital de Penedo para S. Gonçalo do Amarante.

Ao vice-presidente Tertuliano de Almeida Lins succedeu na administração de Alagoas, o dr. Candido de Araujo Vianna, marquez de Sapucahy, que fora nomeado a 3 de Novembro de 1826, empossou-se do poder aos 14 de Fevereiro de 1828, prolongando-se o seu governo até 25 de Julho do anno predicto.

Na vigencia de sua administração teve a provincia melhoramentos que lhe trouxe a installação dos correios, a 15 de Outubro de 1827.

N'esta administração ainda não se verificou a reunião do Conselho Geral que tambem não teve lugar sob a interinidade de Miguel Velloso da Silveira Nobrega de Vasconcellos, que recebera a administração do mesmo Araujo Vianna, o qual fôra no Rio exercer suas funções parlamentares, como representante de sua provincia natal—Minas-Geraes.

Somente quando estava na presidencia o dr. Manoel Antonio Galvão, nomeado aos 22 de Setembro de 1828 e empossado no dia 1º de Janeiro de 1829, foi que se deu a reunião do primeiro Conselho Geral.

Com um patriotismo inexcedível, e apesar de viver tateante, graças a inexperiencia em que estava do regimen constitucional rerepresentativo, procedeu o Conselho Geral, figurando entre as suas deliberações, as medidas mais honrosas para o bem-estar da provincia.

Creou um consulado em Porto de Pedras (10 de Fevereiro de 1830); elevou á villa a povoação de Santa Luzia do Norte, creando n'ella so lugares de juiz ordinario e de orphãos; estabeleceu 4 cadeiras de aulas preparatorias: francez, rhetorica, cujo lente tinha obrigação de explicar tambem a seus alumnos principios de geographia, chronologia e historia universal; philosophia, e geometria; declarou que a cidade de Alagôas seria sempre a séde do governo, visto como era lugar salubre, abundante de viveres e bôa agua, sendo mais defensavel de aggressões externas do que Maceió, bem como por ter melhores edificios publicos que as villas visinhas e ficar no centro da provincia, *commoda aos povos do sul e norte da mesma*.

O Conselho Geral aboliu os curraes e caícaras de pesca que tem contribuido para prejudicar a navegação das lagoas, obstruindo-as.

Tambem foi de sua iniciativa a reclamação ao governo imperial para que Alagôas ficasse sob a jurisdicção do Tribunal de Justiça de Pernambuco ao envez de continuar sob a dependencia do da Bahia, muito distante.

A Manoel Antonio Galvão succedeu o Visconde da Praia Grande (4 de Agosto de 1830—19 de Maio de 1831), em cujo periodo presidencial tiveram lugar os acontecimentos de 7 de Abril, dos quaes deveria redundar a abdicação do primeiro imperador, e o estabelecimento dos governos regencias.

ALAGOAS NO PERIODO REGENCIAL

CONSEQUENCIAS DA ABDICAÇÃO

O imperador Pedro I que se houvera incompatibilisado com o paiz d'onde não era nato, partiu para a Europa sem que se

verificassem logo as reacções que um facto tão solenne naturalmente deveria despertar.

A noticia de sua abdicção, chegada morosamente em Alagôas no dia 30 de Abril, produziu em Maceiô ruidosas manifestações e uos tantos actos de anarchia, muito communs em occasiões criticas da existencia dos povos.

Numerozo prestito victoriava o novo imperador, a nação brasileira e a assemblêa geral, percorrendo as ruas da villa.

Pela meia-noite um grupo de quatrocentos individuos cercou o quartel do 4.º corpo de artilharia; deu ao capitão Antonio José da Trindade Pinto de Amorim o commando do mesmo corpo, e acclamou ao tenente-coronel de engenheiros-Firmino Herculano de Moraes Ancora commandante geral da guarnição militar da provincia.

Não parando ali em seus actos de demagogia, forçou o quartel-mestre do 4.º de artilharia, Manoel da Costa Moraes, a entregar as chaves da arrecadação ao juiz de paz Ignacio Francisco da Fouseca Calaça Galvão.

A entrega deu-se mediante hombridoso protesto do quartel-mestre.

Calaça Galvão confiou o commando da força de policia ao major reformado João da Silva Pinheiro.

Depois d'esses feitos anarchicos, e de mais algumas demonstrações de alegria, entre as quaes figura o estrugir de uma salva de vinte e um tiros, mandaram Ignacio Galvão e Pinto de Amorim um officio communicando ao presidente o que havia succedido.

Tambem 49 cidadãos brasileiros, entre os quaes alguns de representação na provincia, dirigiram um abaixo assignado ao presidente Visconde da Praia Grande, no qual pediam a convocação extraordinaria do Conselho Geral para tomar varias medidas, muitas d'ellas de character meramente pessoal.

Eram essas as medidas:

A) A suspensão do coronel João Eduardo Pereira Colaço

Amado, commandante do corpo de artilharia e do commandante das armas Francisco Samuel Paes Furtado de Mendonça;

B) Suspensão immediata de todos os empregados portuguezes, qualquer que fosse a sua categoria ou funcção, sendo especializados os nomes dos tenentes-coroneis Joaquim Antonio de Almeida Pinto e José Dias da Costa, e exceptuado o tenente-coronel Firmino Herculano de Moraes Ancora;

C) Obrigação para todos os portuguezes que fossem solteiros e exercessem a profissão de commerciante de prestar caução idonea, e assignada por brasileiro bem conceituado, ou seguindo a profissão de caixeiro, expulsão dentro do prazo de 30 dias, visto como taes auxiliares do commercio eram perturbadores da tranquillidade e inimigos da causa nacional;

D) Retirada coercitiva para o Rio de Janeiro dos militares suspensos;

E) Qualquer hostilidade ou reunião de tropas ou de portuguezes armados contra os cidadãos reunidos no quartel de artilharia ser considerada como aggressão á causa nacional, devendo em tal emergencia os brasileiros tomar a iniciativa da repulsa, visto como protestavam não se separar enquanto os artigos da representação não fossem attendidos, devendo a sua satisfação ter lugar dentro do prazo de 48 horas, embora os reclamantes assegurassem á presidencia o mais sincero apego á ordem e o maximo respeito pela integridade physica dos portuguezes;

F) Expedição de providencias energicas para a manutenção da ordem.

Dominada pelo mesmo entusiasmo nativista a municipalidade da Capital dirigiu ao Conselho da Proviucia uma outra representação em que secundava o pedido dos maceióenses.

Este exemplo foi seguido tambem pela Camara Municipal de Anadia. O Viscondé da Praia Grande, que ao ter noticia da abdição diri-

gira uma proclamação ao povo (*), convocou no dia 2 de Maio o Conselho que deliberou aquiescer á suspensão do commandante das armas Francisco Samuel de Paes Furtado de Mendonça, sendo enviado preso para o Rio de Janeiro no primeiro paquete; bem como suspender João Colaço Amado, José Dias e Joaquim Antonio de Almeida Pinto.

Não accedeu, porém, ao absurdo pedido de demittir immediatamente todos os empregados portuguezes, civis, militares ou ecclesiasticos e envial-os para a côrte, allegando que os seus chefes deveriam exercer sobre elles severa fiscalisação, e mostrando o que havia de arbitrio em aquiescer á similhante iniquidade.

Não satisfez tambem aos demais pedidos, limitando-se a umas tantas escaptorias proprias a aguardar que os animos, effervescentes no momento, se acalmassem.

A CABANADA

A reacção contra os acontecimentos que provocaram a abdicção de Pedro I e a inauguração de uma nova ordem de cou-

(*) Eis a proclamação, documento incolor e falho de vivacidade:
 «Alagoanos, o Imperador do Brazil o Senhor D. Pedro II é o nosso chefe politico pela abdicção feita pelo seu augusto pai. Elle acaba de recommendar a mais exacta harmonia entre os seus subditos, e a observancia da constituição jurada: não quebranteis esse seu primeiro grito; segui o exemplo dos nossos Representantes; o exemplo da Bahia, abraçando-vos com os nossos irmãos adoptivos. Uma só voz seja a nossa.

Viva a nossa Santa Religião!

Viva o Senhor D. Pedro II!

Viva a Constituição!

Viva a Regencia!

Viva a Assembléa Geral Legislativa! Vivam os generosos alagoanos!

Palacio do governo das Alagoas 1° de Maio de 1831.

O presidente—*Visconde da Praia Grande.*

sas deveria se dar mais cedo ou mais tarde e effectivamente se deu em varios pontos.

As manifestações reaccionarias de Pernambuco, promovidas pelo partido *Columna*, chefiado por Gustavo Pantoja e pelo coronel Martins Dourado, tiveram repercussão profunda em Alagôas, provocando a guerra civil conhecida por *Cabanada* ou sedição de Panellas de Miranda.

Os chefes revoltosos do partido *Columna* enviaram para o centro da provincia visinha o sargento-mór Torres Galindo, que, chegando ao Bonito, levantou o estandarte da revolta.

Não tardaram as providencias por parte do presidente pernambucano, o qual remetteu para o interior e com o fim de jugular o movimento sedicioso uma força sob o commando do major José Vaz do Pinho Carapeba.

Dada a primeira refrega Torres Galindo entregou-se logo prisioneiro, porem a insurreição reagiu-se acaudilhada por Antonio Thimoteo, chefe dos indios, o qual, reunindo as forças rebeldes do Bonito, seguiu para o lugar denominado Altinho.

Emquanto o major José Vaz perseguia Antonio Thimoteo, a população indignada com as tropelias commettidas pelas forças, fazia causa commum com o sedicioso chefe cujas fileiras engrossava.

Resultou da attitude hostil da população contra os soldados de Carapeba, ser este derrotado, mal-ferido, indo succumbir no Recife, em consequencia dos ferimentos recebidos.

De Alagôas então seguiram forças, e Antonio Thimoteo, que perigrinava de Panellas de Miranda onde escapou de ser morto, para S. Bento, foi pelas forças alagoanas victimado.

Com o desaparecimento do segundo chefe não se dispersou a choldra amotinada.

Assumiu a chefia d'ella um sargento desertor, Vicente Ferreira Tavares Coutinho, filho de um padre.

Ficou na tradição popular conhecido por Vicente de Paula.

Era elle um d'esses typos truculentos e ferozes, que os sertões

mal policiados do Brazil criam e desenvolvem na atmosphera da protecção criminosa que dispensam as autoridades conniventes com o seu banditismo e o povo inculto, amigo de todas as manifestações violentas da força, prestigia, propagando a fama de suas bravuras por largas extensões regionaes do paiz.

Mal tinha elle se posto á testa da rebelião, quando um desgraçado incidente, veio dar-lhe um numero consideravel de adeptos.

Foi o caso que Manoel Lobo de Miranda Henriques, parahybano que governou a provincia (19 de Maio de 1831—26 de Novembro de 1832) por nomeação da regencia trina e interina, mandou, achando-se em Porto-Calvo, recrutar pelo alferes de 1' linha João Lins de Vasconcellos, os indios do Jacuhype.

Sabe-se o que eram esses recrutamentos, a que as iniquidades durante elles praticadas, emprestavam o mais sombrio colorido.

Para realisal-o, entretanto, nem siquer foi ouvida a pessoa de maior ascendencia entre os pobres aborigenes, o seu capitão-mór Hypolito.

Diante de suas pacificas reclamações perseguiram-n'o, e em uma tocaia conseguiram prendel-o conjuntamente com dois companheiros.

Trouceram-n'o manietado para Porto-Calvo.

Quando o desgraçado caboclo descia as escadas do Juiz de paz, a quem pedira garantias de vida, justamente receioso de sua victimação, foi apunhalado á traição, a dois passos da cadeia!

O bandido que o prostou morto, ficou impune; apenas teve como represalia do hediondo crime, a platonica reprovação de seu acto por parte do commandante do destacamento.

Não tardaram, porem, os indios do Jacuhype em procurar tomar desforço do ultraje sangrento que receberam. Alliaram-se aos indios de Panellas de Miranda, e deram principio a tremendas revendictas.

Mataram fria e barbaramente trez moços de destaque, pendurando-os de uma trave sobre uma fogueira e queimando-os.

Devastaram e incendiaram mais de 20 engenhos, aprisionando a es-

cravatura que, mais tarde formou a quadrilha conhecida pela designação de *papa-meis* e que deixou tão sombria nomeada.

A rebellião proseguiu n'uma serie de depredações horripidas, quasi sem idéal, como succede com os movimentos que de quando em quando convulsionam os sertões brazileiros.

Radicou-se na complicitade dos proprietarios de engenho, que por motivos diversos—medo, desejo de dominio ou qualquer moel, a bafejaram, e encontrou nos armamentos que o governo de uma junta provisoria havia permutado por um carregamento de *pau-brazil* e distribuido estolidamente pelos juizes de paz, que deveriam com semelhantes armas municiar seus guardas, mais um elemento de que carecia para oppor solida resistencia ás levas de soldados destinados a enfrental-a.

O disequilibrio social continuava a se manter por um lado nas incursões do banditismo, por outro nas medidas de repressão que iam attingir aquelles que eram suspeitos de connivencia com os rebeldes.

Individuaremos entre esses os seguintes cidadãos: coronel João Baptista (Barra Grande); Manoel Affonso; tenente-coronel Bernardo Antonio de Mendonça, presidente da camara municipal de Porto-Calvo e seu irmão coronel Jacintho Paes de Mendonça, sendo estes dois membros do concelho do governo.

Todos esses cidadãos foram presos, inclusivè os dois ultimos, que em Alagôas, tomavam parte nas deliberações do Concelho, tendo vindo de Porto-Calvo uma precatoria requisital-os.

Para alli seguiram ambos (Maio ou Abril de 1833), embarcados sob a guarda do alferes Joaquim Thimoteo Romeiro.

O tenente-coronel Bernardo Antonio de Mendonça ainda esteve no presidio de Fernando de Noronha.

Improficuamente o governo provincial remettia tropas para subjugar os amotinados, baldadamente dispendia dinheiro, com as mesmas tropas.

A sedição continuava forte, avolumando-se sempre por novos contingentes que a ella iam adherindo.

Interveiu então o governo regencial, mandando para batter os revoltosos o coronel José Leite Pacheco (1834), que commandava, alem das forças da provincia, tropas vindas da Bahia e Fernando de Noronha.

O presidente Vicente Thomaz Pires de Figueireiro Camargo suspendeu o referido coronel, quando este foi ao acampamento e deu o commando das forças em operação ao major José Thomaz Henrique, a quem se ordenou agir de accordo com o major Joaquim José Luiz de Souza, commandante das forças em operações na provincia de Pernambuco, onde estalára sinistramente a revolta.

Durante as operações, a disciplina das tropas legalistas soffria quebras bem notaveis, não sendo de menor vulto a que, sob o commando de Pacheco, effectuou-se com a deserção da Guarda Nacional da cidade de Alagôas de que era commandante o tenente-coronel Francisco de Paula Mesquita Cerqueira.

Como ameaçasse eternisar-se a rebelião, protegida pela densidade de mattas frondosas, onde encontravam os amotinados seguro vaticouzo, o bispo de Olinda, D. João da Purificação Marques Perdigão, deixando a sede da diocese, e acompanhado apenas pelo vigario das Alagôas, conego Domingos José da Silva, internou-se pelas florestas do Riacho do Matto, Roçadinho e Panellas de Miranda e procurou incutir no espirito dos sediciosos, já então em numero de 15.000, as severas injuncções do respeito á lei e ás auctoridades constituídas, aconselhando-os a que depuzessem as armas e tomando o solemne compromisso de obter-lhes do governo geral o perdão.

A sua empreza foi coroada do melhor exito e assim terminou a lide sangrenta, estúpida e bôçal, que entravou o progresso da zona de suas sinistras depredações.

OUTRAS CONSEQUENCIAS DA ABDICAÇÃO

NÃO foi somente a *Cabanada* o movimento importante que abalou rijamente a provincia nesse procelloso periodo em que

o Brazil teve por timoneiros homiens como Feijó, Lima e Silva e Vergueiro.

Nem um, porem, teve tanta importancia.

Participando do estado geral de excitação dos animos que avassalava o paiz recém-emanicipado e fermentava nos clubs e nas sociedades patrioticas, Alagôas contou, em meados de Agosto de 1831, o seu primeiro jornal, o *Iris Alagoense*.

Teve como seu primeiro redactor o francez Monsieur Adolphe Emile du Bois Garin, que exercia cumulativamente outras funcções na factura desse jornal destinado a defesa de principios antagonicos a ideias restauradoras, que tardiamente surgiram depois da abdicção.

Chrismado, depois de um pequeno tirocinio, com o nome de *Federalista Alagoano*, bem demonstrou a tendência dos espiritos que o orientavam e do esboço de partido a que servia.

Prova de que a provincia ia tomando incremento e ficando com maior densidade de população é o facto bastante significativo da creação de mais trez villas; duas—Imperatriz e Assembléa—por decreto de 13 de Outubro de 1831, e uma—S. Miguel de Campos—por decreto de 10 de Julho de 1832.

Tambem na administração de Chichorro da Gama, que se prolongou de 26 de Novembro de 1832 até 6 de Julho de 1833, foi Alagôas dividida em quatro comarcas, que eram as seguintes:

Alagôas, comprehendendo Alagôas, S. Miguel de Campos, e Santa Luzia do Norte;

Maceió, comprehendendo Maceió, Porto de Pedras e Porto-Calvo;

Atalaia, comprehendendo Atalaia, Assembléa e Imperatriz;

Penêdo, comprehendendo Penêdo, Poxim e Anadia.

ELEIÇÃO DA PRIMEIRA ASSEMBLÉA PROVINCIAL

A Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, durante seu impedimento por doença, succedeu na gestão dos negocios da

provincia, o padre José de Souza Machado, que assumiu o governo a 11 de Agosto do 1834 e serviu até 31 de Outubro.

Foi durante a vice-presidencia d'este sacerdote que teve lugar a eleição da primeira Assembléa Provincial, instituída creada pelo Acto Adicional á Constituição promulgado a 12 de Agosto de 1834.

Faltaram á eleição os requisitos indispensaveis á livre representação popular, sendo por alguns erros insanaveis inquinada de nullidade.

Uma coalisáo entre os collegios eleitoraes de Atalaia e Alagôas, frustrando a livre manifestação das urnas, deu a maioria da Assembléa a pessoas oriundas daquellas duas localidades, ao mesmo tempo que um individuo desconhecido para a generalidade dos habitantes da provincia e por grande numero antipathico, Manoel Simões Costa, escrivão de orphãos de Atalaia, assumiu o poder na qualidade de membro do Conselho do Governo, aos 6 de Dezembro de 1834.

Este governicho de opereta que apenas durou quatorze dias, caracterisou-se por uma serie de inconsequencias resultantes das suggestões recebidas por Mauoel Simões Costa das pessoas que o assediavam, como seus assessores de todos os instantes.

Apenas intrusado no poder por um golpe de audacia, Simões Costa marcou a diaria de 10\$000 para os deputados provinciaes, creanuo lugares fartamente remunerados para a secretaria da assembléa.

Os cofres estavam exhaustos, visto como os seus redditos desapareciam na voragem dos dispendios suscitados com a rebellião da *Cabanada* e, por consequencia, taes liberalidades não deixavam de revoltar a todos, fazendo assim attiazir o seu au3: a indignação produzida pelas falcatrúas eleitoraes, praticadas por mutuo accordo, entre Alagôas e Atalaia.

Visando promover uma reacção salutar contra semelhantes desmandos, o dr. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, alliado ao inspector da thesouraria geral dr. Antonio de Andrade Luna e ao major de ordenanças Manoel da Paixão Moraes, retirou-se da Capital, tendo o primeiro tido a previdencia de solicitar do proprio Simões Costa, sob o pretexto de proceder a uma diligencia ou abrir um recrutamento, um troço de sol-

dados que effectivamente lhe foi concedido, dando-se-lhe por commandante o alteres do exercito Felix Gomes de Almeida.

Em S. Miguel os reaccionarios procuraram adhesões e obtiveram-n'as de uma das familias mais prestigiosas d'aquella localidade— os Sinimbús.

Não contentes ainda com os elementos que já haviam angariado, procuraram em outros pontos tornal-os mais vultuosos.

Na tarde de 16 de Novembro de 1834 chegou á Taperaгуá, suburbio de Alagôas, a força composta de 200 homens e enviou uma commissão ao vice presidente em exercicio para que passasse o poder a outro, ameaçando-o com mais força que deveria vir de Maceió, Pilar, Atalaia, e Santa Luzia do Norte, como effectivamente succedeu no dia seguinte.

Apezar de reunida a guarda nacional sob o commando do tenente-coronel Francisco de Paula Mesquita Cerqueira, o vice-presidente submetteu-se ao que lhe foi imposto e retirou-se do poder, que os chefes revoltosos entregaram ao 5º conselheiro João Camillo de Araujo, advogado.

Diante das representações que lhe foram dirigidas, tomou João Camillo de Araujo a deliberação de mandar procedera novas eleições para deputados provinciaes, o que se verificou no dia 15 de Janeiro de 1835.

O resultado d'esta eleição foi mais satisfactorio e liberal, e fez com que o nosso primeiro congresso provincial tivesse uma representação formada pelo escol social da então provincia.

Não fosse o assassinato do vigario de Atalaia José Vicente de Macêdo (12 ou 13 de Novembro), que fora poucos dias antes eleito deputado geral e que, intimado a retirar-se de sua parochia, o tratara de fazer, assinalando a sua partida com um acto de grande humildade christã, despedindo-se de todos os seus parochianos, e a farça em que figurou de protagonista Simões Costa mereceria apenas irrisão.

Do que se passou deu conhecimento ao governo central João Camillo de Araujo, declarando a assembléa geral ser da competencia da provincial a solução do caso.

A abertura da primeira assembleia provincial de Alagoas teve lugar no dia 15 de Março de 1835, administrando então a provincia o tenente-coronel do estado-maior José Joaquim Machado de Oliveira, em cujo governo que durou apenas 5 mezes foram creadas a villa da Palmeira (resolução n.º 10 de Abril de 1835) e a de Traipú (resolução n.º 19 de 28 do mesmo mez e anno).

TRANSFERENCIA DA CAPITAL PARA MACEIÓ

SUCCESSIVAMENTE e antes de Agostinho da Silva Neves em cujo governo effectuou se a transferencia da Capital para Maceió, dominaram a provincia depois de Machado de Oliveira, Antonio Joaquim de Moura e dr. Rodrigo de Souza da Silva Pontes.

Na administração do primeiro teve lugar a terminação da *Cabanada*, na do segundo a erecção de Matta-Grande em villa pela resolução n.º 18 de 18 de Março de 1837 e a criação da comarca de Anadia pela resolução numero 3 de 22 de Janeiro de 1838.

Caracterisaram tambem esta administração actos da Assembléa Legislativa, tirando ao poder executivo a attribuição de nomear e remover juizes de direito, a criação de agencias para arrecadar as rendas da provincia em Pernambuco e na Bahia, a criação da thesouraria provincial, indicação dos casos de suspensão, demissão e aposentadoria dos empregados da secretaria do governo, usurpação à assembléa geral da attribuição de legislar sobre a organização judiciaria e criação da prefeitura com 5 prefeitos, 1 para cada comarca, e agentes subalternos, como sub-prefeitos e inspectores de quartirão.

Assumindo o poder Agostinho da Silva Neves (18 de Abril de 1838—10 de Janeiro de 1840), apoderou-se do mesmo sentimento peculiar ás anteriores administrações, de que Maceió offerencia melhores vantagens para servir de capital do que Alagoas.

E tratou de fazer a transferencia, cujo primeiro acto motivou logo a reacção dos filhos de Alagôas.

Foi o caso que, tendo o thesouro expedido uma ordem para que a thesouraria geral fosse com o respectivo cofre transferida para Maceió e, tendo o presidente posto o —*Cumpra-se*— na mencionada ordem, os suspicazes alagoanos dirigiram ao dr. Neves uma representação firmada por 105 pessoas, na qual se lhe pedia que sustasse a execução da ordem,

Volveu-lhes o presidente que, tendo a referida ordem emanado do poder central de que era delegado, não poderia deixar de lhe dar execução, sob pena de assumir a responsabilidade de sua deliberação.

E, proseguindo na exposição das considerações que começára a explanar, alvitrou aos peticionarios que se dirigissem directamente ao governo geral.

Então o juiz de paz e mais dous cidadãos lhe pediram para que adiasse o despacho da petição para o outro dia.

Silva Neves acquiesceu promptamente para não desgostar o povo agglomerado, que, entretanto, mantinha uma attitude pacifica e respeitosa.

Ficou marcado o dia 29 de Outubro (a 27 fôra apresentada a petição) para que o presidente dêsse o despacho.

A multidão dissolvia-se tranquillamente, quando um episodio de minima importancia, amotinou-a.

Este incidente foi provocado pelo dr. José Tavares Bastos, que, tendo sido nomeado juiz de direito de Villa-Nova (Sergipe), tinha recebido uma noticia, trazida por um expresso, de que o presidente, accedendo a uma representação popular, não lhe daria exercicio.

Ao envez de encolerisar-se com a descônsideração que o attingia, o dr. Tavares Bastos, exclamou no meio do agrupamento :

Assim devem agir os administradores que amam o povo ! Entretanto o presidente d'esta provincia propositadamente procura todos os modos de deixar patente seu odio à cidade de Alagôas.

Seguiu-se a estas palavras medonho tumulto, tremendo alarido,

avançando o povo para o almoxarifado e para o quartel de policia com o fim de obter armas.

O presidente ordenou ao juiz de paz que fizesse dispersar o povo, mandou pôr de promptidão a força de policia, e, como o metim se tivesse restringido a gritos e actos inconsequentes, foi facil dar-se a dispersão da turba, restabelecendo-se a serenidade por cerca de 11 horas da noite.

Entre os que mais se demasiaram em manifestações hostis, foi, no dia seguinte, preso um cidadão, e demittido um capitão da guarda nacional.

Foi de relativa tranquillidade o dia 28.

Ao alvorecer, porem, o dia 29 o presidente despertado por um grande rumor, abriu a janella de palacio, e defrontou com o major Manoel Mendes da Fonseca, que procurava alliciar os soldados de linha para secundarem a sedição, que estava no animo de todos.

Encarnou-a Mendes da Fonseca, pai do marechal Deodoro da Fonseca, de modo que, sendo chamado pelo presidente no momento em que procurava attrahir à sua causa os soldados, respondeu-lhe que não era tempo de lhe fallar, sublinhando a phrase ultima de sua resposta em que lhe recommendava que não se expuzesse ás vistas da multidão.

Crescia a defecção em torno de Silva Neves: primeiro desamparou-o a guarda de palacio, e em seguida a companhia de policia revocada com o escopo de supprir a lacuna deixada por aquella.

Emquanto as defecções davam a medida do isolamento em que deveria ficar Silva Neves, os actos de sedição se succediam, permanecendo o mesmo administrador insulado e incommunicavel no palacio, em redor do qual fôra postada uma força.

Não se lhe quebrantou, porem, o animo na premente angustura em que se viu.

Impossibilitado de agir, tambem não procurou parlamentar com os amotinados e, quando um officio de edilidade da capital ponderou-lhe que elle devia deixar a gestão das cousas publicas, volveu-lhe Silva Neves que, pela situação em que o collocára a colligação coercitiva do

povo e da tropa em armas se reputava em posição impossível de continuar no governo.

Convidou então a Camara Municipal ao dr. José Tavares Bastos para na qualidade de 5º vice-presidente, assumir a administração da provincia, o que se realisou a 29 de Outubro, durando seu governo até 5 de Novembro.

Mas os protestos de iroso platonismo que faziam os cidadãos de Alagôas, deveriam em breve ser nullificados, porquanto a energia diamantina do dr. Lins de Sinimbú, 1º vice-presidente que assumira o poder em Maceió, procurou atabafar o motim, desde logo circumscripto á capital, onde, no meio dos empolgantes panoramas a tropa em rebeldia, fazia manobras e evoluções no lendario e magestoso *Campo da Honra*.

Medidas breves e decisivas, que bem demonstravam não ser o dr. Sinimbú um simples ideologo, caracterisaram a sua administração.

D'ellas individuaremos: a declaração de que era Maceió a sêde provisoria do governo provincial, o facto de procurar tornal-a defensavel, reunindo forças da capital interina, de S. Miguel e Anadia, enquanto esperava auxilios de Pernambuco e Bahia.

Os sediciosos, que a principio tiveram a idéa de convidal-o para assumir o poder, trataram de por um de seus órgãos, a camara municipal, convidal-o para vir exercel-o mesmo na cidade de Alagôas.

Sinimbú declarou acceder apenas quando a tropa e o povo, tendo dado plena liberdade ao presidente, se mostrassem em attitude pacifica.

Então a cidade amotinada sentiu o assedio geral do isolamento em que a deixavam as demais localidades da provincia e a legalidade, como sempre, poudo armar legiões para battel-a.

Nem por isso se mostraram menos contumazes os rebeldes: fizeram vir de Maceió o patacho—*Dous Amigos*, mas o vice-presidente teve a providencia de, antes de sua partida, mandar entregar ao dono do patacho a seguinte portaria, a ser aberta quando a bordo se achasse o dr. Silva Neves:

«Nº 17. O vice-presidente da provincia ordena ao mestre do patacho *Dous Amigos*—José Paulo dos Reis—que no caso de se apresentar a seu bordo o ex.^{mo}. dr. Agostinho da Silva Neves, o receba como presidente d'esta provincia, pondo o navio á disposição do mesmo Ex.^{mo}. Sr. para desembarcar n'este porto de Maceió ou qualquer outro da provincia que por elle fôr designado.

Palacio do governo das Alagôas, em Maceió, 2 de Novembro de 1839.

(assignado) *João-Lins Vieira Cansação de Sinimbú.*»

Desconhecedores os proselytos da sedição dos designios que animavam o energico vice-presidente Sinimbú, já no dia antecedente haviam intimado o dr. Neves a se retirar de Alagôas.

Seguido de homens em armas, de caudilhos da sedição e de raros amigos, o presidente deposto, tomou o rumo do Porto do Francez, onde o patacho—*Dous Amigos*—o recebeu a seu bordo.

Quando este se fez ao largo, foi apresentada a portaria ao presidente que ordenou seguisse a embarcação para Maceió.

Às 8 horas da noite, no meio de festivas aclamações ruidosas, desembarcava o dr. Silva Neves e no dia 3 reassumia o exercício de suas funcções.

Embora empenhado em debellar a sedição circumscripita apenas á Capital, o presidente fez um appello aos filhos de Alagôas para que depuzessem as armas, extenuando, entre outras promessas conciliatorias, a de esquecer os aggravos pessoaes que lhe foram infligidos nos dias agitados de sua permanencia na Capital, desde o rebeutar do motim até sua retirada para Maceió.

Máu grado, porem, as manifestações cordatas de Silva Neves, os sediciosos continuaram a se manter com firmeza na hostilidade em que estavam primitivamente.

Fortificavam a cidade, dirigiam emissaries para os lugares propinquos e tomavam outras medidas.

Em vão procuravam soccorros que não viuham. Pelo contrario.

A situação se tornava para elles sempre e cada vez mais precaria, muito principalmente quando de Pernambuco chegou uma força, commandada pelo tenente coronel Trajano Cesar Burlamaque, e um navio de guerra,

A força ao entrar na cidade em armas não encontrou sião o abandono.

Os sediciosos, entregues ao desanimo, procuraram refugio pelos campos, e a tropa, disciplinada e correctta, manteve uma attitude verdadeiramente digna ao se apoderar da localidade, onde nada vestigiava a agitação anterior.

A transferencia da thesouraria geral effectuou-se e o dr. Agostinho da Silva Neves, regressando a Alagôas (14 de Novembro), revelou grande isenção de animo na repressão dos disturbios que o puzeram em tão prementes collisões.

Houve algumas prisões, principalmente de officiaes de linha.

A 15 de Novembro foi convocada extraordinariamente a assembléa legislativa provincial, cuja reunião deveria effectuar-se no dia 1° de Dezembro, tendo a camara municipal recebido um officio em que se lhe ordenava a convocação de 10 supplentes para substituirem os deputados conniventes com a sedição.

Na mensagem que o presidente dirigiu a assembléa, entre outras allegações, propoz a transferencia da Capital para Maceió, demonstrando por uma serie de argumentos as vantagens daquella localidade sobre a em que se achava a sede do governo provincial.

A assembléa tomou em consideração os dizeres presidenciaes e elegeu uma commissão especial para dar parecer sobre o projecto do dr. Agostinho da Silva Neves.

Compunha-se a alludida commissão do dr. Francisco Pereira Freire, dr. Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, dr. Ignacio de Barros Vieira Cajuciro, dr. Matheus Casado de Araujo Lima Araujo e Francisco Elias Pereira.

A comissão, no dia 4, apresentou o projecto que formulára, da mudança da Capital, dando a Maceió também a categoria de cidade.

Discrepava apenas da opinião dos outros membros da comissão o dr. Matheus Casado de Araujo Lima Arnaud.

Entrando em discussão o projecto durante os dias 5, 6 e 7 foi approvedo por 14 votos contra 4, de filhos de Alagôas.

No mesmo dia de sua promulgação foi sancionado.

E com uma celeridade espantosa promoveu-se a transferencia da Capital, porquanto tendo sido expedidas as ordens para que tal se fizesse no dia 11, a 14 de Dezembro eram assignados os ultimos actos officiaes em Alagôas.

A assembléa legislativa encerrára já, no dia 9, as suas sessões, e o ultimo acto administrativo que se passou em Alagôas foi a suspensão do juiz de direito dr. Pontes Visgueiro, que depois adquiriu tão sombria celebridade pela tragedia a que o arrastou uma paixão senil.

Determinou a suspensão do alludido juiz de direito o facto de ter votado contra a transferencia da Capital.

Tendo seguido para Maceió no dia 15, a 16 de Dezembro, o dr. Agostinho da Silva Neves estréava uova phase de sua accidentada administração.

Nem um protesto parecia dever assignalar mais o abandono em que ficava a pobre cidade, depreciada com um tão grande desamor, depois de uma vida officialmente ruidosa.

Porem Silva Neves, deixando o poder em Janeiro de 1840, e governando o dr. João Lins Vieira Causação de Sinimbu, alguns deputados alagoanos que formavam a maioria da assembléa procuraram reaver para sua pequena patria a categoria que lhe fôra arrebatada.

E como previssem que a reacção dos maceióenses seria sangrenta, conforme era de esperar pelos carteis cheios de ameaças que appareceram um dia pregados ás esquinas, dissolveu-se, apresentando como pretexto para assim proceder não poder a assembléa funcionar na casa em

que se achava e que era indecente, acanhada e inconstitucional, discutindo-se ainda a legalidade do acto entre a presidencia e a assembléa.

O ponto designado para o funcionamento da assembléa fôra o consistorio da igreja de Nossa Senhora do Rosario.

Apezar d'este facto, o presidente Sinimbú convocou os deputados para se reunirem em Assembléa no dia 19 de Julho, sendo esta reunião adiada para 25 de Outubro pelo dr. Manoel Felizardo de Souza e Mello que assumira a administração a 18 de Julho.

Os naturaes da antiga Capital procuraram ainda, por occasião de uma visita do presidente Manoel Felizardo captar-lhe a boa vontade, recebendo-o entre louçanias e festas, ao espoucar do foguetorio, e ao despetalar de flôres balsamicas.

Nada valeram as caricias tributadas e a cidade decahida resignou-se á severa injuncção do destino sob a qual desmedra ainda hoje no soturno mutismo dos villares decadentes, no meio das opulencias e ouropeis de uma natureza louça e fecunda.

Ainda a 25 de Outubro não se reuniu a assembléa, como não se reuniu a 1 de Março de 1841, nem a 1 de Janeiro de 1842, e nem finalmente em Maio do mesmo anno.

ALAGOAS NO INICIO DO SEGUNDO IMPERIO

QUANDO aos 23 de Julho de 1840 dava-se a declaração da maioria de D. Pedro II, a antiga provincia de Alagoas apresentava um estado lastimoso de atrazo e descultura, que solememente contrastava com a riqueza inaproveitada de que dispunha e que poderia usufruir, si por acaso o aguilhão das ambições estimulasse seus filhos a auferirem proveitos e amontoar thesouros obtidos de seu sólo feraz.

A instrucção primaria era nulla, e faltava-lhe o cunho de con-

cretisação necessaria ao bom aproveitamentò dos 1500 alumnos, que contavam suas 38 escolas, das quaes somente 7 eram destinadas a educação do sexo feminino.

Não tinha melhor orientação o ensino secundario, estabelecido sem um plano definido, e esparso em cadeiras de latim, francez geometria e rhetorica na cidade de Alagôas, e em outras de latim e francez em Penêdo.

As rendas provinciaes não attingiam a cem contos.

As do exercicio de 1837—1838 attingiram apenas a 73.461\$947, quando as despesas montaram a 73.297\$938. De 1838—1839 a receita subiu a 98.098\$754, e a despeza ultrapassou-a de muito, pois foi de 152.923\$263 réis.

A divisão judiciaria dava para Alagôas apenas 5 comarcas com 15 termos e 15 municipios.

Não se podia, portanto, fazer uma laiga e severa distribuição da justiça e, si considerarmos que a policia se compunha, apenas nominalmente, de 150 praças, para uma população disseminada por um territorio relativamente grande, justificar-se-á a espantosa serie de crimes, que vulneravam até as pessoas dos magistrados.

O desenvolvimèto do espirito religioso e catholico do povo continuava, entretanto, a se entremostrar na erecção consecutiva de templos, espalhados pelas circumscripções de suas 20 freguezias, que tantas contava Alagôas.

SUCCESSORES DE MANOEL FELIZARDO ATÉ 1844

ALÉM do capitão-mòr Pedro Antonio da Costa e José Ignacio de Barros Leite, que substituiram Manoel Felizardo durante seus trabalhos no parlamento, foi este succedido no poder, que deixou a 26 de Novembro de 1842, pelo desembargador Caetano Silvestre da Silva.

Durante as presidencias interinas de Pedro Antonio e de Bastos Leite nada se affastou do *ramerrão* provincianno, nem das normas consuetudinarias à vida regional, que evolve lentamente.

Entre os actos designados sob a rotulação de expediente, apenas pode-se relembrar a elevação de Penêdo à categoria de cidade (lei n.º 3, de 18 de Abril de 1842).

Tambem o dr. Caetano Silvestre, que entrou em exercicio a 27 de Dezembro de 1842 e serviu até 7 de Fevereiro de 1844, bem como seus substitutos dr. Claudio Manoel de Castro que serviu de Fevereiro a Março do mesmo anno e o decimo quinto presidente dr. Anselmo Francisco Peretti, não derão ás suas administrações notavel esplendor.

Deixou, entretanto, o dr. Peretti a mais gloriosa tradição de prudencia e tino.

Em seu periodo administrativo, no qual se empenhou em manter o direito e assegurar a liberdade, a provincia gosou de uma grande tranquillidade, sendo crível que, si seu predomínio não fosse apenas de quatro mezes, que decorreram de 1.º de Março de 1844 a Julho do mesmo anno tivesse podido fazer por Alagôas o mesmo que fez por Sergipe, que tambem administrou com applausos universaes.

Não foi, porem de somenos importancia a sua acção, fecunda em promover o cumprimento estricto, rigoroso e severo da lei n'uma terra que ainda hoje anda tão distanciada d'ella.

LISOS E CABELLUDOS

GOVERNAVA Alagôas o talentoso parlamentar paraense Bernardo de Souza Franco, homem experimentado nas lides da liberdade, quando se deu a famosa rebellião cognominada de guerra dos *lisos e cabelludos*.

Tal movimento sedicioso foi como que o preludiar das luctas, mais pacificas, porem não menos estereis, do partidarismo em Alagôas.

Ella visou apenas, sob o pretexto de destruir uma *olygarchia* que se julgava ir se formando com a ascendencia da familia *Sinimbú*, er-
guer outros vultos com os quaes as sobrevivências do feudalismo se man-
tiveram na faina unica de se entregarem, pelo revezamento das facções
sem ideaes, á partilha das sinecuras e das posições honrosas que a pro-
vincia poderia dar.

Nomeado pelo miuisterio de 2 de Fevereiro de 1844, a que pres-
tára no parlamento o seu apoio, o dr. Souza Franco foi recebido na pro-
vincia com a maxima desconfiança pelos affiliados ao crêdo conservador.

Taes desconfianças mais se accentuaram ainda quando elle come-
çou a fazer alterações em empregos policiaes, cargos de mera confiança, etc.

Um orgão da imprensa, que mal estréava sua missão inquinada
de torpezas e injustiças, o *Alagoano*, sob a redacção do dr. José Tavares
Bastos, começou a fazer virulenta campanha contra as tendencias que di-
zia absorventes dos *Sinimbús*, o que facilmente foi crido pelo povo, que
via dois deputados geraes oriundos da mesma familia.

A lucta proseguia formidavel, tendo os elementos que lhe empre-
stava a alliança dos proceres politicos da provincia, entre os quaes eram
contados os seguintes cidadãos: dr. José Tavares Bastos, dr. Francisco
Joaquim, Matheus Casado de Araujo Lima Arnaud, José Antonio de
Mendonça, dr. Jacintho Paes de Mendonça, Salvador Pereira da Rosa, co-
nego Calheiros, Lucio Soares de Albuquerque Eustaquio, Barnabè Perei-
ra da Rosa, tenente de engenheiros Francisco Elias Pereira, Joaquim
Thimoteo Romeiro, José Vieira de Araujo Peixoto, Vicente de Paula
Carvalho, José Rodrigues Leite Pitanga, Azarias Carlos de Carvalho Ga-
ma, Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão, major Simplicio e Jose
Corrêa da Silva.

De outros auxilios ainda dispunha a reacção contra Souza Fran-
co: fornecia-os o elemento portuguez e o commercio de Maceió.

Tambem actuavam no animo de alguns que se battiam contra a
situação a lembrança da transferencia da Capital, que inimisára Tavares
Bastos com *Sinimbú*, a quem o primeiro não perdoava o apoio prestado
ao dr. Silva Neves durante o motim, que aquelle estimulára.

E a revolta estalou.

Salvador Pereira da Rosa, Barnabé, Simplicio e o conego Calteiros, chefiando uma columna de revoltosos, acamparam em Bebedouro na noite de 4 de Outubro.

Sentindo-se sem forças para oppôr resistencia aos revoltosos, Souza Franco procurou a bordo do chavão *Caçador*, o abrigo que reputava indispensavel a sua pessoa.

Na manhã seguinte travou-se um tiroteio que se prolongou por duas horas, tendo a primeira columna recebido o auxilio que lhe trouxeram outros sediciosos ao mando de José Vieira de Araujo Peixoto, pai do marechal Floriano; Manoel Duarte Ferreira Ferro, e os ajudantes de ordens da presidencia foram presos, e soltos em breve espaço por José Vieira.

Em seguida foi enviado a Bernardo de Souza Franco o juiz de direito Francisco Telles de Menezes, que o convidou a reassumir o poder, sob as seguintes condições:

Amnistia para os revoltosos;

Manutenção dos mesmos nos lugares que por ventura occupassem;

Eleição dos drs. Tavares Bastos e Francisco Joaquim para os cargos de deputados geraes.

Souza Franco não hesitou em prometter-lhes amnistia, sob a clausula de deporem as armas.

Dirigiu tambem a seguinte proclamação ao povo:

«Alagoanos! Reina de novo o imperio da lei na Capital d'esta Provincia e restituida á ella a Presidencia em a noite de hontem, vão ser abertas as repartições publicas.

A' coadjuvação dos alagoanos leaes, e prompto soccorro da sempre briosa provincia de Pernambuco devidos esse triumpho que não foi tinto de sangue; e as forças que occupavam a Capital a evacuaram sob a promessa de perdão que pedirám, e vou impetrar-lhes do governo de S. Magestade o Imperador, se como lhes ordenei entregarem no tempo que lhes fiz marcado, o armamento e munições que tenham pertencentes á nação.

A Presidência espera que cada um cumpria seu dever, e ella fará o seu, e cumprirá religiosamente sua palavra.

E' tempo, Alagoanos, de depordes os odios de partido que vos dilaceram.

Abandonai estes epithetos affrontosos de cabelludos e bellados com que inimigos vossos, aproveitando vossa bõa fé, cavão a ruina da provincia, e reunidos em torno do governo formai um só partido—o da legalidade contra a anarchia, e dos sustentadores da ordem publica contra aquelles que a perturbam; e contaí com numerosas forças que em tão poucos dias nos acudirão das provincias vizinhas e da côrte do imperio.

Viva S. Magestade o Imperador!

Viva a Religião Catholica Apostolica Romana!

Vivam os defensores da legalidade!

Palacio do Governo das Alagoas, 12 de Outubro de 1844.

Bernardo de Souza Franco.

Os revoltosos, abandonando a metropole, onde agiram com a maxima lisura em referencia ás propriedades privada e publica, foram para o interior, mantendo a mesma attitude aggressiva dos primeiros dias da sedição.

Chegando ao conhecimento do presidente aquelle facto, este enviou esforços para mandal-os dispersar.

Esta tentativa deu em resultado um novo ataque á Capital.

Tevelugar no dia 21 de Outubro e á frente dos revoltosos vinha um homem affeito á caudilhagem e ao banditismo, dominado da vesania do crime, e que já figurára na *Cabanada*: Vicente Ferreira de Paula, alliciado por alguns revoltosos que entreviam propinqua a derrota.

A força sediciosa se compunha de 1.000 homens entre os quaes Vicente de Paula contava quatrocentos bandidos que elle mantinha para as suas incursões predatorias.

As forças legaes eram compostas de 60 praças da companhia pro-

visoria da provincia commandadas pelo capitão Manoel Agostinho, 150 praças do 2º Batalhão de artilharia de Pernambuco, commandadas pelo major Sergio Tertuliano Castello Branco e de 100 guardas nacionaes de S. Miguel de Campos, que tambem ficavam sob o commando do mesmo Manoel Agostinho

Travou-se o combate reuvido e pertinaz, prolongando-se das 6 horas da manhã até as duas da tarde.

O partido dos *lisos* teve 20 homeus mortos e varios feridos, e a parcialidade legalista dos *cabelludos* teve 10 mortos e 21 feridos.

A lucta se travou, acastellados os combatentes nos anteparos de trincheiras que lhe forneciam saccas de algodão, ou abrigados ás casas onde se achavam recolhidos.

La, co.ntudo, a revolta entrar em seu triste declinio.

Reforços advindos de Pernambuco sob o commando do brigadeiro Antonio Corrêa Seabra destroçaram completamente os revoltosos, nos dois recantos de Muricy e Atalaia.

N'este ultimo lugar, comtudo, foi grande a mortandade de soldados, devido a um erro estrategico praticado pelo brigadeiro Seabra, que entrou no villar com as forças dispostas em columna cerrada, quando as hostes inimigas se achavam a cavalleiro na grimpa de um colle, onde haviam assestado uma peça de artilharia.

Mais uma outra circumstancia actuava contra a força legal: o facto de achar-se o exercito da sedição entrincheirado nas casas d'onde fazia vivissimo fogo.

Entretanto a sua derrota não tardou muito tempo em verificar-se

Muitos se internaram nos campos, outros procuraram refugio nas provincias visinhas de Pernambuco e Bahia, onde ha quem supponha tivessem elles acoroçadores para as suas rebelliões contra a ordem constitucional,

Não obstante, foram aquinhoados com o galardão de sua audacia, porquanto, tendo o dr. Francisco Joaquim se evadido para o Rio de Ja-

neiro, obteve da mediação de seu irmão, senador do imperio Antonio Luiz Dantas de Barros Leite, além da amnistia, a nomeação do presidente Caetano Maria Lopes Gama, a quem tocou a missão injusta de combater os inimigos da legalidade, e dar aos sediciosos o triumpho que lhes negára a sorte das armas.

Tambem como triste corollario desse motim de caracter tão assinaladamente pessoal e egoistico, deve-se notar a que plano inferior foram relegados os filhos da provincia na eleição procedida para deputados geraes, que foram os seguintes: Henrique Marques de Oliveira Lisboa, Mariz Sarmiento, padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, o *Carapuceiro*, e o dr. José Tavares Bastos, sendo tambem eleito supplente o conego Affonso de Albuquerque Mello.

E assim terminou similhante sedição, prejudicial aos interesses provinciaes, e somente capaz de atizar os odios formidaveis que ateiou.

OS IRMÃOS MORAES

ENTRE as monstruosas individualidades, relembradas nos annaes dos crimes como invulgares aberrações teratologicas, devem figurar os irmãos Moraes, que, depois da lucta dos *lisos* e *cabelludos*, surgiram inopidamente na zona central de Alagôas e tantos factos de banditismo praticaram.

Filhos do Vigario de Palmeira dos Indios, padre José Caetano de Moraes victimado por suspeito de pertencer á parcialidade que se rotulava dos *lisos*, os dois irmãos resolveram vingal-o.

Aquelle sacerdote fora assassinado pela força do governo, commandada pelo major Cobra e incumbida de trazel-o preso á Maceió.

E apezar d'isto ficára inulta a pobre victima! . . .

Reunindo a numerozo bando de 40 ou 50 individuos affeitos a uma existencia de sicarios, praticaram os mais odiosos requintes de cruel-

dade, em varios pontos do Estado, não poupando nem mesmo creanças de tenra idade.

Oppuzeram-lhes a força e o prestigio de Pedro Ivo Velloso da Silveira, que capitaneava 100 praças.

Foi inutil: Manoel de Araujo Moraes e José de Araujo Moraes não encontraram estorvos em sua faina de destruição e de morte.

O que antes fora n'elles um sentimento desculpavel, transformouse em vesania, na peor especie possivel de nevrose do sangue.

Fôra em holocausto ao dominio dos *cabelludos* que o punhal homicida trespassára o coração do padre Moraes!

Pois bem! Quantos houvesse afiliados a essa facção teriam de pagar, muito principalmente aquelles que estavam em maior evidencia! . . .

Rumo do sertão seguiram elles um dia e transpondo o riacho Ipanema, foram se esbarrar em Aguas Bellas, onde residia o pai do Barão de Atalaia, membro da familia Sinimbú, no meio da qual se encontravam os procéres da parcialidade dos *cabelludos*.

Cercaram a casa d'aquelle ancião, que escapou miraculosamente achando-se até enfermo.

O Barão tinha partido a poucos instantes para Alagôas.

Tornaram-se então os dois Moraes os typos classicos do terror, espalhada como estava sua fama entre gente de imaginação incendiada como a nossa.

Dominado, porem, o povo de furor contra os dois insignes bandidos, votaram-lhe uma guerra de exterminio.

Manoel de Araujo Moraes foi logo assassinado nas mattas de Vicente de Paula por um caboclo.

José perdurou mais tempo em sua tarefa summamente odiosa, infundindo um verdadeiro panico nos lugares por onde passava, e por notavel contraste, dando lugar a que, á sombra de seu nome digno de execração, medrassem tambem risiveis anedoctas.

Transpondo o rio S. Francisco no lugar denominado *Rabello*, José

Moraes, que era alvo de uma batida incessante, de uma caçada medonhíssima, internou-se pelas *caatingas* bastas do municipio do Porto da Folha, no Estado de Sergipe.

Já então estava disperso o seu grupo, e o facinoroso sentia o tragico abandono em que o deixaram os alliaados de outr'ora. Em redor d'elle tudo era perseguição, hostilidade e odio.

A companhia reunida para captural-o seguia-lhe a pista como um bando de caçadores que intentam preiar uma fêra bravia.

Chefiavam a expedição José Alfre Cavalcanti Pimentel, Victorino, e Apollinario. Arguto e pervicaz, procurava lhe descobrir o traço dos passos celeres, Izidro da Hora.

Chegaram por fim a um lugar solitario denominado Cipò de Leite, às faldas de uma serra, a Serra da Vacca.

José de Araujo Moraes procurava, quando o depararam, matar a fome que lhe devorava as entranhas.

Tinha feito uma fogueira ao lume da qual comia, em falta de outro alimento, uma cobra que matára ou encontrára morta.

Prenderam-n'ò, quiçá sem resistencia da sua parte, visto como nem uma resistencia podia offerecer uma creatura cambaleante de inanição, causada talvez da longa jornada feita para escapar à vehemencia da perseguição que lhe moveram.

Mesmo assim não hesitaram em matal-o.

A vasa dos sentimentos de raiva accumulados em longo periodo de dias, extravasou, determinando a immolação do paranoico. Deceparam-lhe em seguida a cabeça e depois de previa salga —com a qual se procurou obstar a decomposição, levaram aquelle estranho membro de bandido em triumpho, á guisa de trophêu, mettendo-o dentro de uma sacola de couro crú, em que nos sertões se costuma carregar a agua com o fim de obstar a sêde nas longas travessias por estradas desertas.

O grupo que prendeu e matou o Moraes sahiu em um lugar de Sergipe chamado Canindé, atravessando d'ahi para Alagóas, em uma canôinha que ficou denominada *Cabeça do Moraes*.

A fama dos Moraes ainda hoje perdura dentro de seu nimbó de sangue, especialmente na zona de suas proezas, consecutórios lógicos da excitação geral dos animos e da falta de garantias legais e jurídicas ainda hoje subsistentes.

CONSPIRAÇÃO ABORTADA

PARA substituir o Visconde de Maranguape foi nomeado aos 25 de Setembro de 1845, o dr. Antonio Manoel de Campos Mello, o qual assumiu o poder a 10 de Novembro.

Attrahida sua attenção para as preocupações empolgantes do faccionismo interesseiro dominante na provincia durante toda existencia historica do segundo imperio, o dr. Campos Mello deixou-se engodar pelos mexericos locais, indo até a repressão de uma conspiração de *opera buffa*, em que se dizia perigar sua existencia.

Visitava o dr. Campos Mello a Detenção de Maceió, quando, choroso e tremplo, ajoelhando aos seus pés, um preso desvendou um trama urdido com o fim de roubar-lhe a vida.

N'uma carta apresentada ao alludido presidente e escripta por Lima Rocha a José Paulino, adeptos dos *cabelludos*, havia indícios que levaram o presidente a crer na plausibilidade da delação.

Lima Rocha estava preso na cadeia da Capital, porem tinha umas tantas regalias que lhe concedia uma condecoração dada pelo Imperador.

Violando o direito que tinha a essas immunidades, metteram-n'o em grilhões e enviaram-n'o para a Bahia, sendo então detido no forte de S. Marcello.

O bacharel Manoel Lourenço da Silveira, Francisco Ignacio de Araújo Jitón, Manoel Agostinho e Waldemar foram, como suspeitos, lançados a bordo de uma presinganga.

Do inquerito aberto não resultou o menor indício de criminalidade contra os suppostos conspiradores, pelo que foram restituídos á liberdade, excepto Lima Rocha sobre o qual pesavam graves accusações de haver praticado varios crimes, motivo pelo qual estava sujeito a ser submettido ao *verdictum* do jury.

O plano da conspiração era o seguinte: Lima Rocha evadir-se-ia da cadeia conjunctamente com outros, e n'um espectáculo de gala assassinaría o presidente e outras auctoridades.

ENGRANDECIMENTO MATERIAL DA PROVINCIA FORMAÇÃO DOS PARTIDOS

ATÉ 1853 e depois da presidencia Campos Mello contou Alagôas successivamente os seguintes gestores: dr. Felix Peixoto de Britto e Mello (*) (12 de Agosto de 1847—20 de Abril de 1848); dr. Manoel Sobral Piuto, vice-presidente, que administrou apenas 26 dias; dr. João Capistrano Bandeira de Mello (16 de Maio de 1848—6 de Fevereiro de 1849); General Antonio de Aguiar (6 de Fevereiro—14 de Julho de 1849); dr. José Bento da Cunha Figueiredo (14 de Julho de 1849—18 de Abril de 1853).

A essas administrações, muitas d'ellas mais notaveis por terem sido extremamente ephemeras, caracteriza o sincero desejo de impulsionar o adiantamento material da provincia até então estacionaria.

Peixoto de Britto parece ter trazido a esse respeito grandes desiguos, vindo de Pernambuco em sua companhia para Alagôas, o euge-

(*) Quando se tratou da concessão de licença por parte da Assembléa Geral para poder este deputado ser nomeado presidente da provincia, o grande parlamentar Rebouças que era então nosso representante, impugnou tal concessão, apontando Peixoto de Britto, como implicado indirectamente nos ultimos motus cantonaes.

nheiro Pedro José de Azevedo Schramback que liga seu nome a varios empreendimentos e obras publicas realmente uteis, como a cadeia de Maceió, etc.

A ordem tende a firmar seu imperio; o caudilho das mattas, Vicente de Paula, baixa a cerviz á auctoridade, que até então enfrentára; a insurreição praieira agita os animos em Pernambuco, sem que tenha em Alagôas mais do que a platonica repercussão de um apoio de ordem moral.

(Presidencia Bandeira de Mello).

O general Antonio Nunes de Aguiar funda o lyceu alagoano e cria o consulado de Jaraguá e, seguindo os costumes do tempo, revividos com a republica, se faz eleger deputado geral.

Succede-o José Bento.

Alem' de operoso e infatigavel, tem em seu favor a relativamente longa permanencia á frente dos negocios provinciaes.

Feito o inventario de seus actos administrativos, verifica-se que trabalhou pelo progresso alagoano, bem merecendo a fama de que ainda hoje goza no Estado.

Foi no seu tempo que se fundou a colonia militar de Leopoldina e erigiu-se o palacete da antiga assemblêa provincial, o pharol, a inspecção de algodão transformada depois em quartel de policia e com a republica, em edificio do senado.

Foi ainda em sua administração que se lançaram os fundamentos do cemiterio publico, e do hospital de caridade.

José Bento, interessado em facilitar as communicções na provincia, abriu a estrada da Matta do Rolo, aos 9 de Abril de 1853, e contractou com a Companhia Bahiana a navegação costeira.

Foi no seu governo que se deu a primeira e unica incursão da febre amarella em Alagôas (1850).

A' proporção que a serenidade arrefecia o ardor vulcanico das paixões que outr'ora tão violentamente explodiram, até o encerramento definitivo das rebelliões do segundo imperio, installavam-se, por imitação

dos grandes centros nacionaes, os dois partidos—liberal e conservador—cada um com sua respectiva alcunha: o liberal chamado *luzia*, e *saquarema*, o conservador.

Os liberaes desfaldavam a bandeira da constituinte, e tinham por pregoeiro de suas ideias o *Tempo*, redigido pelo dr. José Angelo Marcio da Silva, que, por suspeito de adepto á revolução praieira, estivera preso, recolhido a um quartel e depois removido para o brigue *Canopo*, d'onde se evadiu, apparecendo apenas para se submeter ao jury em Porto-Calvo, sendo então absolvido.

Os proceeres do partido liberal, alem de José Angelo, eram: Luiz Coelho de Gusmão, vice-presidente da provincia, José Vieira de Araujo Peixoto, José Luiz Beltrão Mavignier, João Gomes Ribeiro, José de Barros Accioli Pimentel, Jacintho Paes Pinto da Silva, Antonio Joaquim Buarque de Nazareth, Ricardo Pereira da Rosa Lius, Galdino Augusto da Natividade e Silva e o padre Sebastião de Moraes Bello.

O dr. José Bento foi o organisador do partido adverso—*saquarema*. Secundaram-n'o José Prospero Jehovah da Silva Garoatá, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, Rodrigo Netto Firmiano de Moraes e José Sizenando de Avelino Pinho.

O dr. Prospero Jehovah redigia o *Timbre*, órgão official do partido.

OUTROS DELEGADOS DO GOVERNO IMPERIAL ATÉ 1865

O que caracterisa esta phase do governo de Alagôas, e a normalidade gradual da ordem publica, e o avanço da provincia para as normas juridicas, a repressão do crime, que até então impune havia proliferado ao ensombro da protecção dos magnatas e prepotentes.

Reprimir os delictos era uma ideia dominante, cuja execução se

recomendava a diversos presidentes de província. Coube a Saraiva, successor de José Bento da Cunha Figueiredo, iniciar esse movimento de reacção contra o banditismo.

E fel-o com aquella firmeza prudente de animo com que serenamente desempenhou a sua vasta obra de estadista.

A' acção repressiva da justiça, durante a administração de José Antonio Saraiva, não escaparam nem os caudilhos, que aparcerados com os membros numerosos de suas familias e com os sequazes obtidos pelo terror ou pelas alliciações do dinheiro, transformam os settões em arena dos amphitheatros, matam por prazer, subjugam, arrazam, destroem tudo com uma impiacabilidade sem par.

Attrahida a atepção do correcto administrador, cujo dominio foi apenas de 6 mezes e dias (20 de Outubro de 1853—26 de Abril de 1854), para a asseguração do direito pela perseguição tenaz aos sicarios pouco ou quasi nada poude fazer em prol da provincia.

Na sua administração creou-se um collegio orphaulogico profissional e em Paulo Affonso e Imperatriz foram creadas comarcas (3 de Março de 1854).

Passou o poder ao dr. Roberto Calheiros de Mello, que n'elle se manteve durante pouco mais de 5 mezes, até que a 14 de Outubro de 1854 assumiu as redecas do governo o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Este presidente teve de luctar contra a invasão da *cholera morbus* na provincia.

O terrivel flagello oriental, penetrando em Alagôas pela villa de Piassabussú, no dia 18 de Novembro de 1855, no outro dia já estendia os véus luctulentos do terror e da morte sobre Penêdo e d'ahi irradiava-se sobre toda zona marginal do S. Francisco.

A dizimação dos habitantes da infeliz região foi enorme, dependendo a provincia para debellar o terrivel *morbus* quantia superior a 200 contos.

Premido por circumstancias tão dolorosas, e mais ainda pelos

interregnos abertos em sua administração, nos quaes foi substituido pelo dr. Roberto Calheiros de Mello, tendo apenas governado um anno, seis mezes e seis dias, foi quasi de todo infecundo seu governo.

Ligeira menção devem ter as presidencias de Angelo Thomaz do Amaral (10 de Dezembro de 1857—19 de Fevereiro de 1859), e de Augustinho Luiz da Gama (16 de Abril—18 de Agosto de 1859).

O facto mais relevante da presidencia de Manoel Pinto de Souza Dantas (1^o de Outubro de 1859—24 de Abril de 1850), foi a visita imperial, feita com a celeridade vertiginosa com que D. Pedro II sabia viajar, e, portanto, sem grandes vantagens para a provincia, onde S. Magestade apenas fez uma grande derrama de condecorações, frustrando tambem muitos intuitos de certos homens perdidos que pensavam actuar no animo do imperador com requintes de ostentação luculliana, para satisfação de suas vaidades de alarves.

Igualmente nem um proveito auferiu Alagôas do governo do dr. Pedro Leão Velloso, homem politico de largo descortino e grande patriotismo, restringido em sua acção governamental (1^o de Maio de 1860—15 de Março de 1861) pelo curto periodo em que administrou a provincia.

Veio apòs o dr. Leão Velloso, o dr. Souza Carvalho, de quem se disse que o Imperador o tinha lançado em seu livro negro.

Souza Carvalho teve de enfrentar tremenda crise financeira, em que o deficit orçou por 143:351\$895 réis.

O presidente envidou patrioticos esforços para a debellação da crise, reduzindo as despesas e descontando nos ordenados do functionalismo publico 20 %.

O dr. João Marcellino de Souza Gonzaga (15 de Junho de 1863—16 de Março de 1864) promoveu alguns melhoramentos de que a provincia tinha urgente e inadiavel precisão.

Apontaremos de taes melhoramentos: o eucanamento de agua potavel de Maceiò contractado com o engenheiro Carneiro Monteiro, tomado o encargo da realisação das obras do dr. Wilmer, engenheiro inglez; e a erecção do segundo raio da detença maceioense.

Tambem o lyceu alagoano, suppresso por lei n.º 370 de 4 de Julho de 1861, foi restaurado a 16 de Novembro de 1853 por lei n.º 394.

ALAGOAS DURANTE A GUERRA DO PARAGUAY

GOVERNAVA a provincia João Baptista Gonçalves Campos quando estalou a guerra contra a Republica do Paraguay.

A' noticia da affronta irrogada ao Brazil, Alagoas sentiu logo um assomo de vibrante indignação, e sem trepidar todos procuraram contribuir para o desagravo nacional.

Os sacrificios foram feitos de boa vontade, embara se tornassem vultuosos, porque a provincia deu a consignação de 1.171 soldados para a guerra.

Entre os hymnos mais bellos de esperanza na victoria propinqua partiu o corpo policial commandado pelo coronel Carlos Cyrillo de Castro para o theatre da guerra.

A espontaneidade com que os cidadãos corriam ás armas era edificante e commovedora.

Luctando para enviar soldados á guerra, Gonçalves Campos não desorbitou da esphera de sua missão, nem esqueceu de promover um melhoramento importante para a provincia—a creação da bibliotheca publica, annexa ao lyceu e para a qual entrou nosso erudito historiador Alexandre José de Mello Moraes com valiosas dádivas.

Gonçalves Campos governou de 16 de Dezembro de 1864 a 26 de Julho de 1865, tendo em sua administração se dado um interregno de seis dias, no qual foi substituido pelo dr. Roberto Calheiros de Mello,

Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel (2 de Agosto de 1865 —19 de Abril de 1866).

Tambem o dr. Esperidião esforçou-se para remetter ao theatre da guerra grande numero de voluntarios e este esforço foi secundado pelo

dr. Galdino Augusto da Natividade e Silva, que o succedeu (20 de Abril ao fim de Julho de 1865).

Veio depois o commendador João Martins Pereira de Alencastre e o alliciamento de voluntarios que ia se verificando sem grandes abusos, transformou-se n'uma caçada barbara e impiedosa de homens, de que as truculencias brutaes dos potentados sertanejos se valeram para exercer actos de ferozes vinganças, firmando pela prepotencia sem correctivos um poderio despotico e sanguinario.

Sobre o administrador, que assim homologava e sobalçava feitos tão ruinosos para a tranquillidade publica, choveu desde logo um côro medonho de anathemas.

A politica provinciana viu na indignação suscitada pelos actos da presidencia, um vasto campo de exploração e não trepidou em semeial-o com as urzes e tojos da intriga.

Alencastre era reaciocinario, os seus autagonistas, aguilhoados pelos proprios interesses egoistas, desabusados.

O partido liberal que se dividira n'aquella occasião em duas facções, partido liberal e partido progressista, viu esta ultima facção alliada aos conservadores para batter a primeira.

A intriga reinante procurou vehiculos para os seus desabafos, e os situacionistas montaram a *Lanterna*, com a qual emulava em torpezas e desbragamento a *Voz do Povo*, custeada pelo grupo da opposição.

Nunca se havia, nem mesmo em epochas da maior effervescencia politica, contemplado tanta vilania.

Calumnias, factos sobre os quaes o esquecimento lançava um manto misericordioso e o tempo ia deliundo da memoria do povo, eram reedictados em todos os tons.

Os homens haviam perdido de todo a compostura.

O presidente açulava ou permittia a represalia no mesmo tom, e ia ao mesmo tempo removendo professores a torto e a direito, e ferindo a cada passo a justiça com demissões de funcionarios, que tinham jús a sua conservação pela lei provincial n° 1 de 4 de Março de 1843.

Exaltadas as paixões até os paroxismos de uma conflagração, foi o presidente substituído, deixando seu nome ligado á conclusão da cadeia, ao adiantamento das obras do hospital de caridade, e á erecção do jardim que circundava o palacete da antiga assemblea provincial.

Passou a 12 de Junho de 1867 o exercicio ao dr. Benjamin da Rocha Vieira, e no mesmo dia verificou-se o seu embarque.

Deram-se por occasião de seu bóta-fóra scenas horripilantes e nojentas: os sinos escarminhos plangiam á finados, estrugiam de todos os angulos da cidade foguetes sem bomba, enquanto os pasquins mais torpes profusamente distribuidos eram levados até a bordo do vapor, onde deveria seguir para o Rio de Janeiro o desmoralizado administrador. (*)

O dr. Benjamin da Rocha Vieira governou dois dias; seguiu-se-lhe o dr. Galdino Augusto da Natividade e Silva que governou 1 mez e oito dias, sendo demittido a 10 de Julho e passando o poder ao mesmo dr. Benjamim, 2.º vice-presidente.

Este não accitou e para que não se desse a acephalia no governo, d'elle tomou conta o presidente da Camara Municipal dr. Thomaz do Bomfim Espindola, visto como estava incompleta a lista dos vice-presidentes, não estando juramentados nem tendo as cartas de nomeação, os que foram escolhidos pelo governo imperial.

Foi sob a interinidade do dr. Espindola que se deu a inauguração da navegação do S. Francisco, de Penêdo á Piranhas, medida de grande alcance economico.

Depois de 8 dias de governo o dr. Espindola foi substituído pelo dr. João Francisco Duarte, 1.º vice-presidente, que governou 1 mez e 3 dias, até 9 de Setembro, data em que passou o poder ao dr. Antonio Moreira de Barros.

Ainda não se tinha dado esta mudança, e governava, portanto, o dr. João Francisco Duarte, quando foram abertos os portos do rio S. Francisco á mariuha mercante de todas as nações e a 7 de Setembro era smilhante navegação iniciada.

(*) Como Presidente de Goyaz distiguiu-se muito Alencastre.

O dr. Moreira de Barros tinha dado sobejas provas de critério, tino e circumspecção.

Era um homem totalmente diverso do commendador Alencastre, a quem faltavam os requisitos essenciaes para um bom administrador e a cultura jurídica indispensavel para o desempenho das arduas funcções que lhe foram commettidas, apesar de elle ter iniciado sua vida no fóro, exercendo o mister modesto de tabellião na Bahia.

Escolhido adrede para fazer com que cessassem na provincia as hostilidades tremendas que punham em constante embate as facções antagonicas, viu não obstante, estes odios se acirrareem por um modo tão acerbo que chegaram ao motim e ao tumulto.

Como não se quiz apparear com aquelles que desejavam se fizessem tremendas reacções, foi logo alvejado pelo despeito dos proprios partidarios a principio dispostos a enaltecel-o.

São de uma infantilidade irrisoria os artigos do libello accusatorio vibrado contra o dr. Moreira de Barros, e trahem apenas a desorientação dos homens quando os interesses do egoismo superam as injuncções do dever civico, e as personalidades se sobrepoem ao Estado, de que pretendem apenas usufruir proventos.

De que se arguia o presidente nas columnas do *Progressista*?

De não ter intervindo n'um pleito eleitoral, em favor de seu partido; de ter demittido o tenente-coronel Joaquim Corrêa do cargo de delegado de policia da Imperatriz por haver disparado casualmente um tiro n'um individuo; de ter mandado, por sollicitação, o dr. José Joaquim de Oliveira assistir a apuração de uma eleição n'um ponto em que estavam imminentes sérios conflictos, cujos pródromos se tinham já mostrado; de ter exonerado o subdelegado de Jaraguá, Manoel da Costa Mendes, comprometido em tranquiernas eleitoraes; de ter nomeado José Gomes Ribeiro commandante da policia, quando o candidato do partido era Miguel Reinaux Duarte; de haver nomeado uma commissão suspeita aos *progressistas* para uma syudicancia nas coutas do corpo de policia, onde se dizia haver grande desfalque.

A esta serie de motivos trivolos juntaram-se mais outros do mesmo jaez, que a serenidade do historiador especifica maravilhado da insensatez das paixões da epoca.

A suspensão do dr. Mariano Joaquim da Silva, inspector da thesouraria provincial, depois de um exame que uma commissão nomeada pelo vice-presidente dr. Galdino da Natividade nomeára para verificar a escripturação d'aquelle departamento do publico serviço, bem como o facto de ter sido consecutivamente submettido a processo de responsabilidade, que o dr. Corrêa de Andrade, juiz municipal de S. Luzia do Norte instaurára, a demissão do mesmo inspector e a nomeação do dr. Prospero Jehovah, que não acceitou o mencionado lugar para o qual foi nomeado o dr. Possidonio de Carvalho Moreira, não podiam, mesmo reunida a outras queixas servir, de pretexto para uma campanha sinão em uma terra onde as noções do direito estão em um estado simplesmente embryonario.

Tambem não poderia merecer reparos da parte do *progressismo*, que tantas provas de retrogração ia dando, a rescisão do contracto feito com o órgão, que era o vasadouro de suas idéas, para a publicação do expediente do governo.

Este órgão por infracções das clausulas do respectivo contracto já havia merecido tres multas.

Pelos abusos praticados no exercicio do cargo de delegado da Imperatriz pelo alferes de policia João Martins de Farias Pinheiro, que levára igualmente auctorisação para recrutar, tambem não podia ser accusado o dr. Moreira de Barros, em contravenção das ordens do qual é que aquelle official se demasiára.

Entretanto, os actos capitulados deram azo a que o *Progressista* vergastasse a administração do dr. Moreira de Barros, defendido pelo *Partido Liberal* e pelo *Diario de Alagoas*.

Estavam os negocios publicos preteridos por essas dissensões estereis, quando um movimento armado se realisou na Imperatriz.

Motivou-o a conducta irregular do Alferes Pinheiro, recrutando

um individuo em prol do qual o advogado Luiz Goloy de Vasconcellos e o subdelegado de uma localidade de Pernambuco (Caruarú), Joaquim Valentim de Araujo reuniram 200 homens e a 29 de Janeiro atacaram a cadeia da Imperatriz, visando soltar o alludido recruta.

17 praças unidas a varios cidadãos da villa offereceram séria resistencia aos assaltantes, duraute um tiroteio que se prolongou por mais de uma hora.

Do computo do resultado do combate, chegou-se á evidencia de que os sediciosos tiveram duas perdas de vida e dois prisioneiros, ficando ferido gravemente 4 soldados e levemente um sargento e o alferes Mathias Cardoso de Araujo Jussára.

Mas os assaltantes, repellidos no primeiro ataque, não se desvaneceram de seus intuitos e, acampando em um lugar que fica distante da villa cerca de trez kilometros denominado Varzea-Grande, vieram engrossar duplicadamente suas forças.

Novas influencias sertanejas vieram tambem sobalçar os amotinados em seus intuitos.

Individuaremos d'esses o major João Corrêa de Araujo e Arnaldo da Silva Correa.

Tambem o proprietario da Varzea-Grande, tenente-coronel Joaquim Corrêa, apandilhou-se com os sublevados.

E occorreu aos mesmos o pensamento de, por meio de noticias propositadamente espalhadas, se constituirem um espantallo para o governo, de modo a extorquir-lhe o perdão do attentado commettido.

Mas o presidente não se atemorizou, providenciando pelo contrario com toda energia para a debellação do tumulto.

A' proporção que os dias se passavam os revoltosos ascendiam em numero e recebiam mais incremento dos caudillos do interior.

Entre esses Almeida Braga, que deveria fiudar seus dias na detenção de Maceió, trouxe-lhes 200 homens mais.

Emquanto na Imperatriz tornava-se mais vultuoso o grupo dos sediciosos, em Maceió o *Progressista* insinuava ao presidente que elle de-

via, á guisa do conselheiro Silveira Lobo a respeito de factos pouco mais ou menos semelhantes passados em Páu d'Alho, chamar á cordura os animos exaltados, exhibindo uma conducta repassada de benignidade.

E, com o intuito de deprimir o animo do Presidente, cidadãos opposicionistas fizeram chegar-lhe ao conhecimento por intermedio de um varão de alto valor moral, dr. Roberto Calheiros de Mello, que os rebeldes se aprestavam para invadir Maceió.

Aquella communição feita ás duas horas da madrugada do dia 6 de Fevereiro e mesmo ás duas horas transmittida ao dr. Moreira de Barros fez com que esses cidadãos que se propunham a servir de intermediarios para obstar a invasão plaueada, fossem chamados á presença do alludido administrador.

Salvante um d'elles, todos os demais se negaram a comparecer á presença do dr. Moreira de Barros, que, entretanto, fez o chete de policia tomar-lhes por termo as declarações de que fôra portador o dr. Roberto Calheiros.

Foi inegualavel a firmeza de character do chefe do poder executivo provincial, que se viu logo apoiado pelas adhesões das classes conservadoras,

Com uma espontaneidade louvavel o Barão de Jequiá offereceu-se conjunctamente com os officiaes de seu commando a ir batter os revoltosos da Imperatriz.

O dr. Moreira de Barros accitou o offerecimento e o Barão de Jequiá seguiu levando para aquella localidade mais de 500 homens em armas (12 de Fevereiro).

Ferido o combate da *Cabeça do Porco*, foram battidos os rebeldes, que procuraram se evadir.

O tenente-coronel Corrêa seguiu para a Capital em companhia de seu amigo Antonio Corrêa Lima, o qual do Passo de Camaragibe, onde exercia as funcções de delegado de policia, marchara á reunir-se a tropa legal, e como já achasse extincto o motim, convenceu aquelle cau-

dilho do erro em que cahira e o arrastou consigo á sede do governo provincial.

A Maceió recolheu-se no dia 22 a força legal por não ter mais inimigos a combater.

Entre outros actos vandalicos praticados pelos sediciosos figura o incendio do cartorio da villa da Imperatriz.

Emquanto factos de tanta gravidade preocupavam o dr. Moreira de Barros, a expansão economica de Alagoas era estorvada pelas influencias maleficas da politicagem malsã, e o correcto administrador só podia assigular em sua administração a inauguração de um pequeno trecho de via-ferrea de Maceió a Jaraguá, feita no dia 25 de Março de 1868.

Entretanto o seu criterio, as grandes qualidades de seu espirito lucido, auguriaram-lhe muitas sympathias de que recebeu inconcussas provas depois do dia 22 de Maio de 1868, quando passou a administração ao dr. Graciliano Arestides do Prado Pimentel.

A administração d'este cavalheiro teve a duração ephemera dos meteos, passando-se apenas duraute ella um facto de mais relêvo, como foi a installação da Alfandega de Penêdo a 6 de Julho de 1868.

A 27 de Julho do mesmo anno tomava as redeas do governo o dr. Silverio Fernandes de Araujo Jorge.

Accusarám o dr. Silverio de desenvolver infrene perseguição contra os liberaes, demittir auctoridades policiaes em numero avultadissimo, suspender officiaes da Guarda Nacional, e secundar o falseamento propositado da liberdade das urnas, dando mão forte aos galopins eleitoraes.

A excitação dos animos era tal que até da crucificação de um individuo feita pelo alferes Trigoso de Bulhões conserva a memoria popular a horripilante lembrança.

Tudo isto se fazia, diziam para consolidar definitivamente o poderio de uma familia n'uma terra onde, esquecidas ou ainda não sabidas as conquistas do evangelho da democracia, as tendencias absorventes e olygar-

chicas das pandilhas e das facções relegaram para um plano inferior as necessidades da provincia.

Esteve o dr. Silverio no governo por pouco mais de 2 mezes, findos os quaes teve como successor o dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.

Tinha este presidente um espirito operoso e emprehendedor e por isto ligou seu nome a varios melhoramentos locais em Maceió, muitos d'elles de character meramente decorativo.

Multiplicando sua actividade, alargando a esphera de sua acção, installou no lyceu de Maceió, nos fins de 1869, a *escola normal*, creada pela resolução provincial n.º 424 de 18 de Junho de 1864, e uma caixa de beneficencia para os orphãos desvalidos, a 28 de Junho de 1871 inaugurou-se a via-ferrea da Capital á Imperatriz.

Fez tambem um bello calçamento a parallelipedos na Capital, construiu a ponte do desembarque e a que hoje sobre o riacho Maceió tem a denominação de ponte dos Fousecas.

Tambem augmentou a subvenção e o prazo á navegação a vapor das lagôas Norte e Manguaba.

Taes emprehendimentos determinaram não só o dispendio dos saldos existentes nos cofres publicos, como tambem um grande onus para as rendas futuras da provincia.

Mostram igualmente as vistas largas do emerito administrador, alem do que poude levar a effeito no seu tirocínio administrativo, as medidas de grande alcance planeadas, devendo-se enumerar entre essas a navegação dos pequenos rios da provincia—S. Miguel, Coruripe, Camaragibé e Porto de Pedras.

Tambem se entregou a gastos que para os minguados redditos provinciaes eram nababescos, devendo-se contar entre esses a extraordinaria somma de aposentadorias que subscreveu.

Foi em seu governo que occorreu a terminação da guerra do Paraguay. Para essa guerra concorreu a provincia com os seguintes contingentes:

Na administração do desembargador João Baptista Gonçalves Campos: 627 voluntarios, 245 guardas nacionaes designados, 257 recrutas e 42 officiaes ;

Na administração do dr. Esperidião Pimentel: 156 guardas nacionaes, 19 voluntarios, 2 voluntarios do exercito, 114 recrutas e 4 officiaes ;

Na administração do commendador Aleucastre: 126 voluntarios, 329 guardas nacionaes, 255 recrutas, em dois corpos, remettendo-se mais em outro corpo 112 voluntarios, 228 guardas nacionaes, 16 recrutas, alem de 60 praças para armada, já se tendo em anteriores admiuistrações remettido 59 homens para o serviço naval ;

Na administração do dr. Moreira de Barros: 650 homens ;

Na do dr. Silverio Jorge: 150 recrutas.

Na do dr. José Bento: 277 homens. A administração do dr. Jose Bento teve tambem a gloria de ver durante ella, crear-se aos 2 de Dezembro de 1869 a gloriosa e benemerita instituição que zela carinhosamente nossas tradições—o utilissimo *Instituto Historico Archeologico e Geographico Alagoano*.

DE 1871 A 1880

FINDA a guerra a 1° de Março de 1870, o paiz voltou á normalidade, e entregou-se a faina de resarcir-se dos prejuizos havidos com uma campanha sanguinolenta, que tantos sacrificios lhe custou.

Por esse tempo tambem novos ideaes vieram, como um sopro de esperança, varrer as almas e os espiritos; o abolicionismo tornou-se uma preocupação absorvente e teve uma victoria assignalada com a decretação da lei do ventre livre, e a propaganda republicana subiu em gradação com o manifesto de 70.

Em nem um d'esses factos teve saliencia Alagôas, onde ainda os

homens esteril.savam os mais bellos dotes da intelligencia e do caracter nas luctas acerbis, ferozes, truculentis e selvagens da politicagem aldeia, que avassalava o animo de seus administradores.

D'esses houve em quasi um decenio que se prolongou de 1871 a 1880 os seguintes:

D'. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha (*) (28 de Agosto de 1871—22 de Dezembro de 1872);

D'. Luiz Romulo Peres de Moreno (22 de Dezembro de 1872—12 de Abril de 1874);

D'. João Vieira de Araujo, (12 de Abril de 1874—25 de Abril de 1875);

D'. Felipe de Mello Vasconcellos (vice-presidente, 25 de Abril—27 de Maio de 1875);

Caetano Estellita Cavalcanti Pessôa (7 de Junho—26 de Dezembro de 1876);

Vice-presidencia do dr. Pedro Antonio da Costa Moreira (26 de Dezembro de 1876—16 de Maio de 1877);

D'. Antonio dos Passos de Miranda (16 de Maio de 1877—8 de Fevereiro de 1878);

Vice-presidencia do dr. Thomaz do Bomfim Espindola (8 de Fevereiro—11 de Março de 1878);

D'. Francisco de Carvalho Soares Brandão (11 de Março—26 de Novembro de 1878);

Vice-presidencia do dr. Torquato de Araujo Barros (26 de Novembro—27 de Dezembro de 1878);

D'. Cincinato Pinto da Silva (27 de Dezembro de 1878—15 de Julho de 1880)

(*) Este presidente que trouxe a incumbencia de eleger o Barão de Macció para uma vaga na Assembléa Geral; teve lucta acerba com o senador Jacintho de Mendonça, que desejava incluir parentes seus na chapa. Esta lucta prolongou-se até o governo do dr. Caetano Estellita, que fez a conciliação.

São doze administradores, doze delegados do governo imperial, que aqui vieram quasi que somente trazendo as incumbencias subalternas de eleger *Fulano* ou *Sicrano*, para tal ou tal cargo, e não para cuidar dos interesses superiores da provincia, arena de gladiadores, encarniçados no odio proveniente da ambição e do egoismo.

De seus actos poucos aproveitaram a então provincia, onde o historiador que encarar apenas o desenvolvimento cultural de uma região pouco ou nada encontraria para registrar nas paginas que escrevesse.

Apenas obteve a provincia duas especies de melhoramentos, cujos inestimaveis serviços estão se tornando patentes: a inauguração do telegrapho em 1873, e o principio de execução definitiva dos trabalhos da viação ferrea, iniciados pode-se assim dizer, com a Estrada de Ferro de Paulo Affonso.

O primeiro lugar que gosou dos benefícios de uma estação telegraphica, foi, como era natural, Maceió, irradiando-se d'ahi a liuha por varios pontos.

A construcção da estrada de ferro de Paulo-Affonso foi feita para ligar o alto ao baixo S. Francisco, accelerando-se sua construcção para aproveitar os *retirantes* que as *seccas* faziam partir dos lugares do interior, onde os effeitos danuosos do terrivel flagello meteorologico mais se accentuaram (*)

Multiplos motivos concorrem para q' esta estrada fosse mais uma causa permanente de dispendios do que uma fonte de receitas, entre ellas, porem, devendo figurar o pessimo traçado que seguiu e que absorveu esterilmente quantiasas sommas.

Tambem é mister constatar entre as fundações deixadas pela benemerencia de algum administrador mais sollicito, a do *Asylo de Nossa Senhora do Bom Conselho de Orphãs Desvalidas*, que perpetua na memoria popular o nome de seu fundador, o dr. Passos de Miranda.

(*) Tambem para localisar os emigrantes, o dr. Soares Brandão creou uma colonia no Porto Real do Collegio, a qual extinguiu-se sem dar bons fructos.

Ao dr. Cincinato Pinto da Silva devemos a criação do *Monte-Pio dos Servidores do Estado*, o primeiro que se installou no Brazil. (Lei de 22 de Junho de 1879.

A esse administrador, porventura, um dos mais benemeritos que tivemos, deve-se tambem, um certo impulso dado ao movimento da instrucção no Estado, de que restam ainda provas materiaes nas antigas escolas Cincinato, existentes em Maceió e em Penêdo e cada uma transformada respectivamente em Superior Tribunal e Lyceu.

A expansão economica de Alagôas foi por todo esse decennio muito pouco notavel, montando as rendas publicas a pouco mais de seiscentos contos de réis annuaes.

A imprensa igualmente não se affastou do *ramerrão* habitual do jornalismo provinciano; viveu entre os dous extremos: ou o achincalhamento grosseiro e bordelengo dos proceres da governação, ou as louva-minhas baratas e interesseiras.

Do bem publico não tratou, só vendo o mal praticado pelos que eram objectos de suas desafeições e de seus odios, amarusados para a contemplação do que de odioso praticavam os homens da sua grey.

A cultura juridica modificou-se com a criação de novas comarcas (Palmeira, Pão de Assucar). Outras medidas vinham contribuir para a definição territorial do Estado; desligação do Poxim de Anadia, elevação de Muricy e de Maragogy à categoria de villas, etc.

E n'essas medidas de mero expediente deslisaram mais dez annos da vida alagoana.

DERRADEIROS PRESIDENTES

AO dr. Cincinato Pinto da Silva succedeu na administração da provincia o vice-presidente dr. Accioly de Barros Pimentel (15 de Julho de 1880—25 de Fevereiro de 1882).

Foi uma administração relativamente prolongada e caracterisaram-na os seguintes factos: Abertura ao trafego provisório dos primeiros 28 kilometros da Estrada de Ferro de Paulo-Afonso e grandes melhoramentos no mercado publico de Maceió.

Demittido pelo governo imperial, foi interinamente substituida pelo dr. Candido Augusto Pereira Franco, que entregou as redeas da governação ao dr. José Barbosa Torres (16 de Março—28 de Maio de 1882).

Attingido por uma febre palustre com tendencias a maligna passou a administração ao dr. Pereira Franco, que a 31 de Maio sancionava duas leis: creando a comarca de Coruripe e elevando Limoeiro de Anadia á categoria de villa.

Sucedeu-o o dr. Euthiquio Carlos de Carvalho Gama, vice-presidente, de quem recebeu o governo o dr. Domingos Antonio Raiol, Barão de Guajará (3 de Setembro—6 de Dezembro de 1882).

De 11 de Dezembro de 1882 a 26 de Abril de 1883 administrou a provincia o dr. Joaquim Tavares de Mello Barretto, sendo, portanto, tão ephemera a sua administração quanto a de seu predecessor e a de seu immediato successor que foi o dr. Euthiquio Carlos de Carvalho Gama (26 de Abril—25 de Agosto de 1883).

O dr. Henrique de Magalhães Salles que succedeu áquelle e governou de 25 de Agosto de 1883 a 3 de Setembro de 1884, deixou má grado sua morosidade, luminosos traços de sua passagem no governo, no qual mostrou o sincero empenho de bem servir o publico.

Ainda hoje attestam o seu zelo de correcto administrador o Asylo de Mendicidade, iniciado em sua presidencia, bem como a criação do Lyceu de Artes e Officios que, sob a égide da Sociedade Protectora da Instrucção Popular, abriu suas aulas no dia 3 de Fevereiro de 1884 á frequencia dos artesãos e proletarios, aos quaes tem prestado valiosos serviços.

Passemos por alto a nova interinidade do dr. Euthiquio (3—11 de Setembro de 1884), detendo-nos na presidencia do dr. José Bento Vieira Barcellos, operoso cidadão que morreu esmagado pelo excesso de tra-

balho a que se entregava para que sua administração, que infelizmente deveria ser tão curta (11 de Setembro--12 de Novembro de 1884), fosse caracterizada por actos de inconcusso patriotismo.

O dr. José Bento trouxe a missão dada por Lourenço de Albuquerque de fazer as eleições geraes.

A molestia o assaltou quando trabalhava com vigoroso afinco na elaboração da reforma da instrução publica. Era muito extremado em politica.

Houve uma nova interinidade preenchida pelo dr. Euthiquio, de 14 a 26 de Novembro de 1884, sendo o mesmo substituído pelo dr. Antonio Tiburcio Figueira, que esteve no governo até 2 de Junho de 1885 que ainda foi substituído pelo dr. Euthiquio.

O ultimo presidente d'esta situação liberal foi o dr. Pedro Leão Velloso Filho que dirigiu a provincia de 6 de Julho a 16 de Setembro do 1885.

Ao vir para Alagôas Leão Velloso Filho trouxe recommendações de Saraiva, que conhecia propinqua a queda da situação liberal, para que não se incompatibilisasse. Procurou proceder com a maxima isenção de animo, o que determinou desagradar ao partido de que era delegado.

Inaugurada a situação conservadora, desenvolveu-se uma perseguição infrene contra os liberaes, transformando-se a governação publica n'um empreza de derrubadas características das situações recém-inauguradas, no regimen monarchico. Foi nomeado vice-presidente o capitão Manoel Gomes Ribeiro.

Creado na provincia para onde veio na mais tenra idade, filho de um cavalheiro que exerceu proeminente papel na politica local, s. exc. era extremado conservador e assim teve de seguir a praxe estabelecida por todos os partidos na phase de sua ascensão, quando não se respeitava, graças as exigencias descabidas da politica, nem mesmo as provas mais frisantes de exacção dadas pelos mais antigos e correctos funcionarios publicos, que, sendo adversarios, eram implacavelmente demittidos.

O sr. Manoel Gomes Ribeiro foi demittido, tendo por substitu-

to o dr. Amphilophio Botelho Freire de Carvalho que governou de 7 de Outubro de 1885 a 26 de Março de 1886, dia em que passou o poder ao dr. Geminiano Brazil de Oliveira Góes.

O dr. Amphilophio esteve em lucta com seu partido por causa da eleição do dr. Sinimbu Junior. Na administração Geminiano, tão pouco duradoura, deu-se a elevação de Bello-Monte a categoria de villa.

O dr. José Morcira Alves, que presidiu a provincia de 8 de Novembro de 1886 a 5 de Setembro de 1887, nada deixou de memoravel: sancionou a lei que creava a Comarca de Camaragibe, e a que elevava Piranhas á categoria de villa.

Tivemos depois de Moreira Alves, o dr. Antonio Caio da Silva Prado, notavel apenas pelo seu espirito de bohemio o qual viajou pelos sertões mettido n'um paludamento de vaqueiro, deixou na provincia a memoria de suas estroinices, morrendo no Ceará onde fez brilhantissimo governo.

Tambem aqui a sua permanencia foi tão curta que impossivel lhe seria desenvolver durante ella um sério programma governativo.

Na curul presidencial veiu ainda sentar-se o vice-presidente capitão Manoel Gomes Ribeiro.

Os ultimos presidentes que teve Alagôas foram:

D'. José Cesario Miranda Monteiro de Barros (10 de Julho de 1833—6 de Janeiro de 1839). Era homem irresoluto, simples, desconfiado e fraco.

D'. Arestides Augusto Milton (6 de Janeiro—1 de Maio de 1889);

D'. Manael Victor Fernandes de Barros, em cujo governo foi Palmeira dos Indios elevada a cidade. S. exc. administrou desde 1 de Agosto até Outubro de 1889, dacta em que passou á administração ao dr. Manoel Messias de Gusmão Lyra substituido a 15 de Novembro! pelo dr. Pedro Moreira Ribeiro

Assim findou esta longa sequencia de presidentes, dos quaes sómente dois eram filhos de Alagôas, sendo que muitos d'elles governaram apenas dias.

O furor das paixões politicas era de tal forma acendrado aqui que Alagôas foi a provincia que maior numero de administradores contou, como se verifica pela seguinte estatistica :

Amazonas	teve	30	Presidentes
Pará	»	56	»
Maranhão	»	53	»
Piauhy	»	45	»
Ceará	»	54	»
Rio Grande do Norte	»	49	»
Parahyba	»	55	»
Pernambuco	»	59	»
<i>Alagoas</i>	»	61	»
Sergipe	»	54	»
Bahia	»	51	»
Espirito-Santo	»	52	»
Rio de Janeiro	»	40	»
Minas-Geraes	»	59	»
S. Paulo.	»	53	»
Goyaz	»	31	»
Matto-Grosso	»	35	»
Paraná	»	27	»
S. Catharina	»	36	»
Rio Grande do Sul	»	58	»

Essa quantidade extraordinaria de administradores em menos de um seculo, dá claramente a reconhecer que os syndicatos negros formados para a exploração do burgo poder que era Alagôas, estavam sempre dispostos a ferir e vulnerar aquelles que, vindos de outros meios menos corruptos, não se queriam aparceirar com os transfugas da honra e do brio que, depois de bestialisar o povo, o avassallaram sem dó nem piedade.

Por vezes as reacções se tornaram formidaveis contra os detentores do poder; foram, porem, menos violentas nos ultimos dias do segundo imperio, que assim mesmo ainda assistiram a um massacre feito pelo dr. Manoel Victor Fernandes de Barros, em vesperras do pleito eleitoral que se deveria ferir para a eleição dos deputados ao parlamento nacional.

MARCHA E EVOLUÇÃO DO ABOLICIONISMO PROPAGANDA REPUBLICANA

O abolicionismo em Alagôas não foi uma campanha violenta e asperrima como no sul do paiz.

Foi, entretanto, uma lucta muito bella, que suscitou dedicações tenazes e produziu terrosos apóstolos, inflammando os corações capazes de paixões grandiosas no odio santo contra a instituição funesta, que ainda hoje se perpetúa no seu legado de males á nação brasileira.

Desde a Capital, onde a *Sociedade Libertadora Alagoana* foi de uma rara e invencivel coragem na disseminação das idéias anti-esclavagistas, até o mais recondito lugar do interior, o sentimento do povo se mostrou vibrante, nas columnas dos órgãos de publicidade e na tribuna das conferencias.

Dois órgãos, principalmente, da imprensa indigena, o *Lincoln* e o *Gutenberg* pelejavam essa bella campanha, e entre os individuos que n'ella se nobilitaram manda a justiça, que ainda não se pode fazer completa por ora, rememorar os nomes do dr. João Francisco Dias Cabral e do coronel Francisco Domingues da Silva.

O primeiro, alma de eleito da philantropia e do altruismo, espirito illuminado pelos clarões vivissimos dos ideaes immorredouros, talento de escól, perdido e asphixiado no estreito carcere do ambiente provinciano, deu á redempção dos captivos o esforço abnegado que nunca soube recusar ás causas grandiosas.

O segundo, dotado de um raro *savoir faire*, mixto de ideologo e homem pratico, foi o para-raios da colera escravocrata, arrastando para a lucta os moços que recebiam as suas licções e mantendo a custo de sacrificios inesqueciveis, depois do dia 13 de Maio de 1888, um instituto de ensino profissional, em que se preparou para a lucta da existencia uma pleiade numerosa de filhos dos ex-escravos.

Vencido o escravismo, tomou certo vulto e incremento a propaganda republicana, pelo *Gutenberg* esposada com ardoroso enthusiasmo.

Em alguns pontos do Estado individualmente Maceió, Penêdo, Palmeira dos Indios e Pão de Assucar, fundaram-se clubs de propaganda, que ainda não dominavam de todo a hybernante opinião publica, quando se effectuou o advento da Republica.

O sentimento dominante por occasião de se fazer victorioso o grande ideal foi o de pasmo e hesitação.

Não era, porem, o mouarchismo uma paixão radicada no coração alagoano, como ficou bem provado com a excursão do Coude d'Eu em fins de 1889.

Afóra as demonstrações de regosijo official poucos signaes do affecto popular recebeu o príncipe itiuerante.

Deduz-se claramente do que acabamos de expôr que tanto a instituição que se affogava como um scl pallido e angustiado nas sombras marbreadas de sangue de seu occaso, como a que se levantava, nos esplendores auroriaes dos sonhos dos utopistas, não apaixonavam os nossos concidadãos, arrastando-os nas correntes rumorosas de fêrvido enthusiasmo patriotico.

POLITICA REPUBLICANA

QUANDO se deu o movimento revolucionario de 15 de Novembro, de que resultou a desthronisação do imperador Pedro II, o crêdo republicano era apenas, como deixamos transparecer, balbuciado em Alagoas por meia duzia de sonhadores, aggremiados em clubs, cuja dissolução dar-se-ia em breve tempo, si os acontecimentos não se precipitassem.

Talvez pelo facto de ser o proclamador de Republica um distincto general alagoano, a então provincia, governada pelo dr. Moreira de

Barros, accitou logo o novo regimen, formando-se uma junta governativa trina, composta do tenente-coronel commandante do 26° Batalhão de infantaria, Aureliano de Azevedo Pedra, Ricardo Brenuand Monteiro, republicano historico, e dr. Manoel Ribeiro Barretto de Menezes, antigo democrata, cujos idéaes vacillavam entre o liberalismo demagogico de 1848 e o genuino republicanismo, por uma anomalia triumphante.

Poucos dias depois de accita entre os delirios de festarolas ruidosas, a proclamação da Republica era nomeado a 19 Novembro, o commendador Tiburbio Valeriano de Araujo para o cargo de governador provisório, no qual foi, por decreto do mesmo dia, substituido pelo coronel reformado Pedro Paulino da Fonseca, irmão do dictador.

O velho militar era a mais nitida encarnação do *bairrismo*. — Alagoano até a medula dos ossos, o coronel Pedro Paulino não se contentou em estudar miuciosamente as chronicas e a chorographia alagoanas; levava mais longe o seu amor extremado pelo nucleo dos marechaes.

A noticia de que o coronel Pedro Paulino seria o governador do Estado, encheu de jubilo toda população alagoana, excepto um ou outro despeitado. Havia então um verdadeiro delirio de fraternidade que cedo se esvaeceu.

Foi, portanto, a chegada do novo governador um motivo das mais calorosas expansões populares, como tambem das bajulações interesseiras dos astutos que pretendiam explorar a inexperiencia do venerando ancião, o qual absolutamente não conhecia os meandros esconsos da politicagem provinciana.

Telegrammas, brindes, saudações, polyanthéas, tudo concorreu para entontecer o nobre e incauto governador, que foi logo cercado por uma turba-multa de litteratos de meia-tigella, enquanto os politiqueiros aguardavam que as aguas se turvassem para se entregarem as suas pescarias.

Desacertos de toda a ordem assignalaram o seu predominio, esmarkado, entretanto, por alguns actos reveladores das intenções rectas, hyalinas, puras e santas que o digno alagoano albergava em seu peito

costumado a pulsar de longa data por essa terra, assevandijada pela torpeza de politicos nefarios e execrandos.

Algumas obras publicas foram incrementadas ou feitas durante o seu governo, que tambem procurou dar abrigo aos orphãos de sua terra, creando, com poucos recursos, o Collegio Orphanologico de Alagôas.

Já então rugia a opposição com os seus processos villissimos de antanho, e fracassando o seu arremedo de partido catholico, atirou-se a outros expedientes. Não era, porem, da tempera dos soffredores o coronel Pedro Paulino e demasiando-se em indignação, mandou arrebeutar a typographia do *Orbe* e fez outras violencias censuraveis.

Approximando-se a eleição para a constituinte foram apresentados os seguintes candidatos:

Para senadores:

Marechal Floriano Peixoto, dr. Cassiano Candido Tavares Bastos, coronel Pedro Paulino da Fonseca.

Para daputados:

D. Joaquim Pontes de Miranda, dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, dr. Theophilo dos Santos, dr. Gabino Bezouro, dr. Ladislau Netto.

Tendo de seguir para o Rio de Janeiro a tomar assento no senado federal, o coronel Pedro Paulino da Fonseca, passou o exercicio do cargo de governador ao vice-governador, dr. Roberto Calheiros de Mello, que governou o Estado de 25 de Outubro de 1890 a 18 de Dezembro do mesmo anno, quando passou o poder ao dr. Manoel de Araujo Gôes, nomeado governador por acto de 29 de Novembro de 1890.

Havendo de se proceder a eleição para os membros da constituinte alagoana, houve-se o dr. Gôes com a maxima isenção na escolha dos nomes que deveriam representar o Estado, formando uma chapa verdadeiramente conciliadora, o que não impediu que a constituição fosse discutida e votada no meio de sessões tumultuosas.

Votados os nossos foraes, effectuou-se a eleição, sahindo triumphantes em antagonismo ao dr. Gabino Besouro, candidato a governador, o coronel Pedro Paulino, e em antagonismo ao Barão de Traipú, candidato a vice-governador, o dr. Araujo Góes (12 de Junho de 1891).

O resultado da eleição motivou muitos actos de hostilidade por parte da opposição contra o governo, principalmente depois que o coronel Pedro Paulino, tendo entregue o poder ao seu substituto legal, este se mostrou disposto a reagir contra a exaltação dominante nos animos.

Chegou a exacerbação a termos taes que uma passeiata promovida a 9 de Outubro pelo partido democrata, antagonico ao governo, foi violentamente dissolvida, dando-se então a morte de um moço chamado Pedro Leite.

Poucos dias depois, tendo o dr. Araujo Góes adherido ao golpe de estado que dissolveu o congresso, foi deposto (23 de Novembro de 1891), sendo substituido por uma junta governativa composta dos Srs. capitão dr. Carlos Jorge Calheiros de Lima, tenente-coronel José Corrêa Telles, commandante do 26°, dr. Jacintho de Mendouça, dr. Ribeiro de Menezes, tendo antes sido entregue o poder ao intendente da Capital.

Como presidente do senado, assumiu o cargo de governador, o Barão de Traipú, no dia 28 de Novembro do mesmo anno.

No dia 20 de Fevereiro de 1892 procedeu-se a eleição para governador e vice-governador, sahindo eleitos para o primeiro desses cargos o dr. Gabino Besouro, e para o segundo, o Barão de Traipú.

Em 2 de Março de 1892 assumiu o poder o Dr. Gabino Besouro conjunctamente com o Barão de Traipú.

A sessão em que s. exc. o Sñr. Besouro prestou o compromisso de bem servir foi simplesmente lugubre e acabrunhante.

O aspecto severo do illustre militar, a sua phisiouomia carrancuda, a commoção que a voz deixava trahir, tudo deu um cunho de mau estar que a todos attingiu, ao momento em que o novo governador recebia a investidura do mando supremo do Estado.

Assim o dizem testemunhas presencias de esse acto solemne, sobre o qual pesavam as calmarias de Março, como prenuncios de uma tormenta que em breve estalou.

No meio dos afañosos deveres que lhe cumpria desempenhar para fazer a organização constitucional de Alagoas, entregue aos multiplos mistères de sua administração, desaveiu-se o dr. Gabino Besouro com o Barão de Traipù e mais tarde com o marechal Floriano Peixoto, que o apresentara ao Estado, patrocinando-lhe as justas aspirações, e do qual era tão amigo, que se recusara a mandar proceder a eleição para preenchimento da vaga de senador pelo facto de ter o mesmo marechal Floriano, dada a deposição de Deodoro da Fonseca, tomado conta da presidencia da Republica.

Incapaz de transigir ou ceder s. exc. resistiu, demasiando-se em medidas de repressão contra os seus inimigos, muitos dos quaes foram desfeiteados em plena rua.

A opposição constitucional, chefiada pelo dr. Araujo Góes, que tinha por organ a *Gazeta de Alagoas*, arrefeceu um pouco, tendendo mesmo á uma conciliação, ao passo que os antigos adeptos do dr. Gabino Besouro battiam-se com um ardor leonino para alijal-o do poder.

Emquanto perdurou a revolta da armada na bahia de Guanabara, o marechal Floriano, que queria evitar maiores difficuldades, temporisou com a permanencia do governador de Alagoas em seu posto; logo, porem, que Saldanha da Gama abandonou as aguas tranquilas e esmeraldinas da placida bahia, tudo aprestou-se para a deposição do chefe do poder executivo estadual.

Procurou-se, entretanto, revestir a deposição com as fórmulas da legalidade, e ao Superior Tribunal, que julgava sobre questões constitucionaes, sollicitou-se um accordão, que effectivamente foi dado, declarando finalizado o seu mandato, pois s. exc. viéra apenas terminar o periodo governativo de seu antecessor.

Recrudescceu a agitação; os conflicts se succediam com uma fre-

quencia assustadora; as primeiras horas da noite, em Maceió, eram de terror para as famílias.

Magotes de soldados de linha, capitaneados pelo tenente Honorino de Almeida, percorriam as ruas, alarmando tudo. Reinava a intranquilidade, predominava o desassocego.

Afinal raiou o dia 15 de Julho, em que, depois de ligeiros conflictos, começou a defecção da força estadual, milicia disciplinada e provida de bom material bellico.

O dia passou-se todo em continuo sobresalto. Seutinellas perdidas pelas ruas, muitas dellas de faces patibulares, aguardavam a marcha do 26º Batalhão para o palacio governamental, em cujas largas janellas estava accumulada, previamente abertos, uma enormidade de cunhetes de ballas.

Pela madrugada de 16 o dr. Gabino Besouro passou o exercicio do cargo, que abandonava, ao presidente da Camara dos Deputados, coronel Macario das Chagas Rocha Lessa, que por sua vez transmittia o mesmo ao presidente do Concelho Municipal, coronel Feligionio Avelino Jucundiano de Araujo, o qual, não o aceitando, entregou-o ao juiz seccional, bacharel Petronillo da Santa Cruz Oliveira, que se julgou incompativel para exercer tal cargo.

Formou-se então uma junta governativa composta do dr. Manoel Sampaio Marques, coronel José Tavares da Costa, e deputado estadual Francisco Soares Palmeira.

No dia seguinte, 17, tendo o dr. Gabino Besouro se aboletado em casa da familia do hoje general Dantas Barreto, então em operações de guerra no Rio Grande do Sul, essa junta entregou o poder ao presidente do Superior Tribunal, dr. Tiburcio Valeriano da Rocha Lins.

Tres mezes depois, a 16 de Setembro de 1894, era aleito o novo governo, sendo governador o Barão de Traipú e vice-governador o coronel José Vieira de Araujo Peixoto, os quaes assumiram o poder a 17 de Outubro de 1894.

A administração Gabino Besouro caracterisou-se por uma grau-

de operosidade, contrastada por uma ferrenha e importuna rigidez, que devia terminar logicamente no que terminou.

O Barão de Traipú exerceu o poder desde o dia 17 de Outubro de 1894 até o dia 17 de Julho de 1895, data em que passou o exercicio ao seu substituto legal, o coronel José Vieira de Araujo Peixoto.

A's 3 horas da manhã do dia, 1° de Maio de 1895, foi o Barão de Traipú deposto constituindo-se, então uma junta governativa composta dos srs. Drs. Dario Cavalcanti, José da Rocha Cavalcanti e Francisco José da Silva Porto.

Ao meio dia de 1° de Maio, estando o Barão de Traipú com um nucleo bastante numeroso de amigos, albergados no hotel *Nova Cintra*, os revoltosos que agiam fundamentados n'um accordão do Superior Tribunal, mandaram pelo alferes Peralgino, auxiliado por 30 praças, dissolver o ajuntamento.

Chegando em frente ao hotel, a força fez alto e depois de alguns insultos, prorompeu vivissimo fogo, que victimou o capitão Vieira Dantas, attingido por cinco ballas, e o alferes Bizerra Lima, sahindo gravemente feridos o capitão Lisboa e o major Calheiros.

Morreram tambem na lucta o marchante de nome Candido e uma filha do cidadão Moraes Cahet, Maria Amalia Cahet.

Verificado o morticínio, a junta alterou-se, ficando constituída pelo dr. Dario Cavalcanti, dr. Estevam Paes Barretto Ferrão Castello Branco e Francisco Ribeiro Lins.

No dia seguinte veio ordem telegraphica do presidente da Republica dr. Prudente José de Moraes Barros, para que o 26° Batalhão repuzesse o governador deposto, o que se verificou entre 9 e 10 horas da manhã.

Procedeu-se logo depois uma reacção contra os revoltosos, reformando-se tambem a constituição na parte que dava poderes ao Superior Tribunal para entender de actos inconstitucionaes, do poder executivo e do legislativo.

Assumindo o exercicio o coronel José Vieira de Araujo Peixoto,

teve um momento de difficuldade, quando se manifestou divergencia entre o batalhão de linha, que tinha a sua parada em Maceió, e o corpo de policia.

O batalhão foi retirado, ficando em seu lugar o 33^o, de Sergipe.

Em 14 de Janeiro de 1896 entregou o coronel Vieira Peixoto o governo ao Barão de Traipù, que se manteve no poder até 12 de Junho de 1897. dacta em que foi substituido pelo dr. Manoel José Duarte, eleito governador no dia 12 de Fevereiro de 1897, conjunctamente com o coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco.

O dr. Manoel Duarte teve de enfrentar a lucta partidaria que lhe moveu a concentração e a dissidencia aberta em seu proprio partido, das quas eram orgãos, em Maceió, o *Gutenberg* e em Penêdo, *A Tribuna Popular*, alem de outros jornaes.

Revelou bons designios, não tendo, porem, a superioridade de animo precisa para pol-os em execução.

Um anno antes de terminado o seu triennio, entregou o poder ao seu substituto legal, coronel Santos Pacheco, que governou com muita cordura, apesar dos entraves que lhe eram oppostos pela opposição, que se esforçava de modo titaneo para derrubar a situação predominante, dispondo de hostes aguerridas e innumeradas.

A concentração disputou com muita galhardia o lugar de governador, tendo suffragado o dr. Miguel Palmeira em antagonismo ao dr. Euclides Vieira Malta, na eleição procedida no dia 12 de Fevereiro de 1900.

Foi, entretanto, victorioso o dr. Euclides Vieira Malta, sendo eleito vice-governador o coronel Miguel Nunes da Silva Tavares.

A effervescencia dominante nos animos fazia esperar uma lucta fructificada na occasião da posse dos primeiros magistrados estadoaes e effectivamente o partido opposicionista chegou a reunir elementos para leval-a a effeito, presumindo contar com o apoio do governo federal, que, entretanto, creara a politica dos governadores, destruindo assim as ultimas esperanças dos concentristas.

Sem illusões de especie alguma, os opposicionistas abandonaram o campo aos eleitos do suffragio popular, assumindo o dr. Euclides Malta o poder, no dia 12 de Junho do predito anno de 1900.

Governando sem rancores, procurou conciliar sympathias e acalmar os espiritos conturbados pelas paixões partidarias, o que facilmente conseguiu. Em sua administração fez alguns melhoramentos de utilidade publica, destacando-se o palacio do governo, que è um bello monumento.

Para substituir o dr. Euclides Malta, uma forte corrente da opinião publica, fielmente interpretada pelo directorio do partido republicano, apresentou o então senador federal dr. Joaquim Paulo Vieira Malta, o que motivou a volta do Barão de Traipú à actividade politica, da qual se tinha affastado desde 14 de Janeiro de 1902, sendo, em substituição, escolhido chefe do partido situacionista, o então governador.

Houve, por essa causa, um momento de agitação nas cousas publicas, sendo indigitado o Barão de Traipú para o cargo de governador pelos que eram antagonicos ao dr. Paulo Malta.

Ao contrario de todas as previsões não foi renhido o pleito effectuado em 1903, sahindo victoriosos o alludido dr. Paulo Malta, governador, e coronel Antonio Maximo da Cunha Rego, vice-governador.

Essa eleição effectuou-se estando no governo o presidente do senado commendador José Miguel de Vasconcellos; que tomou conta da administração do Estado por impedimento legal do vice-governador, coronel Miguel Tavares, e esteve no poder 15 dias, de 5 a 20 de Abril do mesmo anno de 1903.

Na dacta prefixa pela constituição estadual, iniciou o seu triennio governativo o dr. Paulo Malta, que trouxe para o governo santas e puras intenções, burladas não só pela agitação politica que se alastrou no Estado, vulnerando de um modo desabrido o grande coração do bem intencionado administrador, como tambem pela crise que avassallou todo

Estado, fazendo com que não pudesse elle desempenhar como desejava seu programma administrativo.

Fez, não obstante, muitos beneficios á agricultura, da qual se tornou um benemerito.

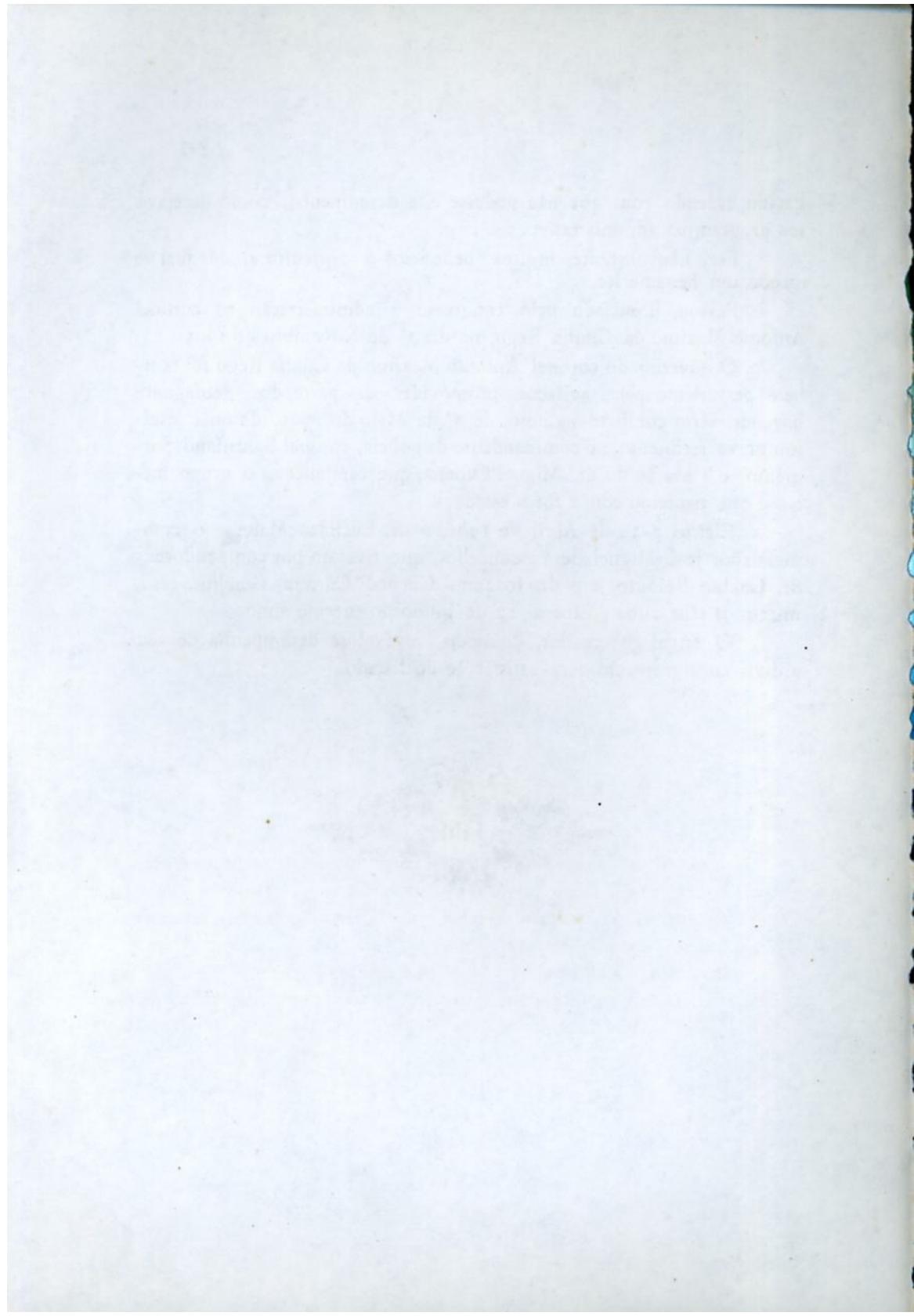
Passou, licenciado pelo congresso, a administração ao coronel Antonio Maximo da Cunha Rego, no dia 1° de Novembro de 1905.

O governo do coronel Antonio Maximo da Cunha Rego foi tambem perturbado pelas agitações promovidas da parte dos demagogos havendo sério conflicto na noite de 1° de Maio do 1906, do qual resultou grave ferimento no commandante da policia, coronel Salustiano Sarmiento, e a evasão do dr. Miguel Omena, que capitaneava o grupo faccioso que tiroteiou com a força estadual.

Eleitos a 12 de Abril de 1906, o dr. Euclides Malta e o commandador José Miguel de Vasconcellos, que tiveram por competidores o dr. Gabino Besouro, e o dr. Joaquim Guedes Correia Gondim, assumiram os seus altos postos a 12 de Junho do mesmo anno.

O actual governador, de modo louvavel se desempenha de seus arduos encargos, com geral satisfação do Estado.





BIBLIOGRAPHIA

Na confecção d'este livro haurimos preciosos subsidios das seguintes obras:

Historia de Alagôas—Espindola.

Historia de Sergipe—F. Freire.

Historia da America Portugueza—S. da Rocha Pitta.

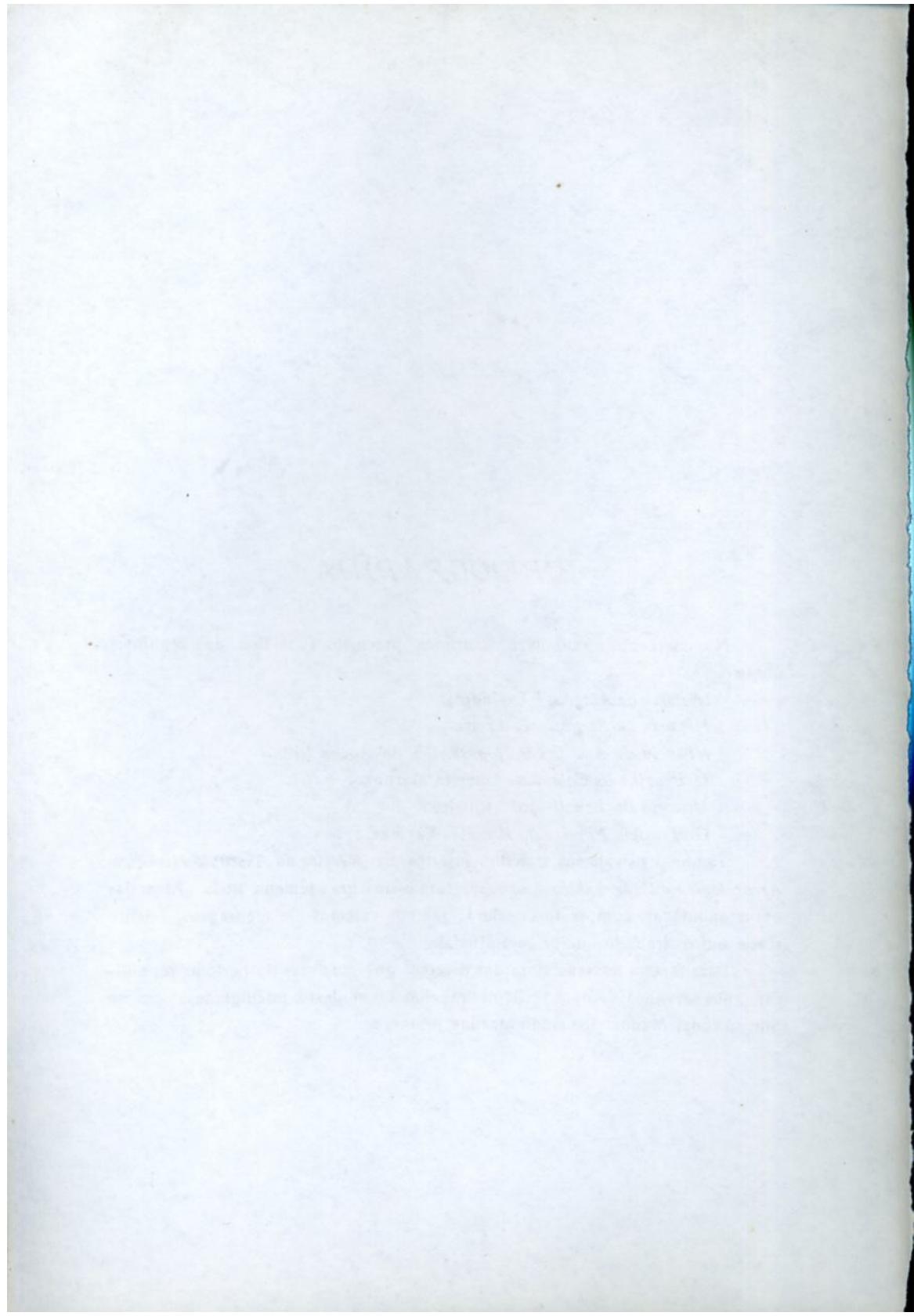
O Brazil e as Colonias—Oliveira Martins.

Historia do Brazil—João Ribeiro.

Geographia Physica do Brazil—Wapæus.

Tambem os valiosos trabalho insertos na *Revista do Instituto Historico, Archeologico e Geographico Alagoano*, foram-nos grandemente uteis. Alem das obras apontadas, cumpre-nos declarar que nos valemos de mensagens, relatorios e outros trabalhos de origem official.

Para fazer a nomenclatura dos diversos governadores do periodo republicano, nos servimos de um excellente trabalho do modesto, intelligente e operoso Sñr. coronel Manoel Laurindo Martins Junior.



INDICE

DEDICATORIA PROLOGO

	Pag.
Descoberta	1
A terra	3
O homem	5
Alagôas no XVI seculo	8
A guerra hollandeza	11
Novo dominio portuguez	29
O quilombo dos Palmares	30
Alagôas, comarca de Pernambuco	33
Revolução de 1817	37
Alagôas, capitania independente	42
Proclamação da independencia	50
Sedição porto-calvense	52
Revolução de 1824	53
Presidencias do primeiro imperio	56
Alagôas no periodo regencial. Consequencias da abdicação	58
A cabanada	61
Outras consequencias da abdicação	65
Eleição da primeira assembléa provincial	66
Transferencia da Capital para Maceió	69
Alagôas no inicio do segundo imperio	76
Successores de Manoel Felizardo até 1844	77
Lisos e cabelludos	78
Os irmãos Moraes	83
Conspiração abortada	86
Engrandecimento material da provincia. Formação dos partidos	87
Outros delegados do governo imperial até 1865	89
Alagôas durante a guerra do Paraguay	92
De 1871 a 1880	101
Derradeiros presidentes	104
Marcha e evolução do abolicionismo. Propaganda republicana	109
Politica republicana	110

ERRATA

Si em phases de relativa tranquillidade não poderia o auctor d'este opusculo jactar-se de ser um bom revisor, não é de admirar que em um momento angustioso da vida deixasse em um trabalho qualquer escapar á revisão os numerosos descuidos de que está inçada a HISTORIA DE ALAGOAS, dos quaes se limita n'esta errata a apresentar os mais graves. Eil-os:

PAGINA	LINHA	ERRO	EMENDA
9	28	assistidas	assistidos
18	11	exforços	esforços
27	20	Victima	Victimas
28	18	sahiram	sahiriam
55	6	desesperançados	desesperanças
63	23	prostou	prostrou
68	19	procedem	proceder
76	26	auferirem	auferir
78	1	Bastos	Barros
82	11	lhe	lhes
84	24	votaram	votára
96	13	reunida	reunidas
97	10	ferido	feridos
99	29	diriam	diziam,
100	14	parallelipedos	parallelipedos
104	17	amamosados	amaurosada
105	8	attingido por	attingido este por
106	12	que ainda	e ainda
103	26	burgo poder	burgo podre
115	28	aleito	eleito
116	30	superio	superior
117	12	das quas	das quaes

Estado de Alagoas

GOVERNADOR DO ESTADO

GUILHERME GRACINDO SOARES PALMEIRA

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

THEOBALDO BARBOSA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROF. JOSÉ MEDEIROS

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

PROF. ERNANI OTACÍLIO MÉRO

REEDIÇÃO

SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS S/A - SERGASA

MACEIÓ - OUT./1981